

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ASCENSÃO CHINESA: UMA ANÁLISE DE SEUS IMPACTOS SOBRE O BRASIL

Julien Marcel Demeulemeester

**PORTO ALEGRE
DEZEMBRO DE 2012**

JULIEN MARCEL DEMEULEMEESTER

ASCENSÃO CHINESA: UMA ANÁLISE DE SEUS IMPACTOS SOBRE O BRASIL

Monografia de graduação apresentada junto ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Moreira da Cunha

Porto Alegre

Dezembro de 2012

JULIEN MARCEL DEMEULEMEESTER

ASCENSÃO CHINESA: UMA ANÁLISE DE SEUS IMPACTOS SOBRE O BRASIL

Monografia de graduação apresentada junto ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 21 de dezembro de 2012.

Prof. Dr. André Moreira Cunha

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profa. Dra. Jacqueline Angélica Hernández Haffner

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profa. Dra. Rosana Pinheiro Machado

Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Professor André Moreira Cunha, por suas valiosas contribuições e pela atenção dispensada a este trabalho.

Agradeço aos meus pais e ao meu avô (in memoriam) por terem me ensinado o que tão valioso é o conhecimento.

Agradeço à 索婧, sempre presente durante o processo de desenvolvimento deste trabalho e fonte insaciável de conhecimento sobre qualquer tema relacionado à China.

Por fim, agradeço à UFRGS por ter sido a minha segunda casa nestes quatro anos de graduação e agradeço também a todos os professores que me acompanharam nesta caminhada, por proporcionarem um ambiente acadêmico de excelência.

The temporary hegemony of Western European civilization has distorted our view of the past and made our interests one-sided. Because the world had been dominated by the West for a hundred and twenty years – a short span of time yet, in retrospect, an eternity – the West came to consider itself as the focus of world history and the measure of all things.

(David Kang, 2008)

RESUMO

O presente tem como objetivo central avaliar os impactos que a ascensão chinesa imprime sobre o Brasil. Argumenta-se que a ascensão chinesa traz externalidades contraditórias para a economia brasileira, cujos efeitos diferenciam-se dentro de um vetor tempo. Por um lado, a crescente demanda por bens primários tem trazido dinamismo à economia. Entretanto, por outro lado, observa-se a emergência de uma relação assimétrica com tendência regressiva de especialização na produção de bens primários e uma ameaça à produção e exportação brasileira de bens manufaturados, o que poderia afetar as estratégias de desenvolvimento de longo prazo do país. Quanto aos aspectos metodológicos, em um primeiro momento, é feita uma comparação das perspectivas teóricas ocidentais sobre a ascensão chinesa, com a perspectiva teórica dominante nos meios acadêmicos chineses. Em um segundo momento, são utilizados bancos de dados de agências internacionais e cálculos de indicadores econômicos para avaliar os impactos que o Brasil vem sofrendo em decorrência da ascensão chinesa. O trabalho justifica-se pela ausência de literatura que explore a temática considerando o Brasil como um espaço geoeconômico diferenciado e pela relevância de avaliar os riscos e oportunidades de tal relação dentro do contexto das estratégias de desenvolvimento do Brasil.

Palavras Chave: ascensão chinesa; China; Brasil; riscos e oportunidades.

ABSTRACT

This paper's main objective is to assess the economic and political impacts that China's rise brings to Brazil. It argues that China's rise brings contradictory externalities to the Brazilian economy, whose effects differentiate within a time vector. On the one hand, the growing demand for commodities has brought dynamism to the economy. However, on the other hand, the relationship evolves in an asymmetric pattern with a regressive tendency of specialization in the production of primary products and a risk to the production and exportation of Brazilian manufactured goods, which may negatively affect the country's development strategies in the long term. On what regards to the methodological aspects, we will firstly compare the occidental theoretical perspectives about China's rise with the mainstream vision of the Chinese academy. Afterwards, we will use international databanks and calculate economic indicators to assess the impacts Brazil has been feeling due to its closer relation with China. The research is justified by the absence of academic research involving the impacts of China's rise in Brazil as a differentiated geo-economic region and by the significance of assessing the risks and opportunities of the relation for the Brazilian development strategies.

Key Words: China's rise; China; Brazil; risks and opportunities.

摘要

本文的主要论点是指出中国的发展对巴西经济及政治方面的影响。我们认为中国的发展为巴西带来了正反两方面影响，这些影响将在长期的发展中得以体现。首先，中国的发展为推动巴西的经济起到重要促进作用，这一点是毋庸置疑的；然而，由于日益密切的经贸关系，中国在带动巴西经济呈上升趋势的同时，也会因潜移默化的影响使得巴西出口产品渐渐单一化，这一影响会为生产加工业带来危机，并未国家经济的长期稳定发展埋下隐患。在理论方面，我们将利用国际数据库提供的数据及先关计算法则来演算在中巴关系密切化的气候中，中国对巴西的影响究竟如何。日前，少有学者进行关于中国发展对巴西影响的深入研究，此为本研究的意义所在之一；另一方面，本研究也为巴西发展战略的制定在契机和挑战两方面提供了可鉴之处。

关键字：中国崛起；中国；巴西；风险和机会。

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A Estratégia da pomba da paz.....	39.
Gráfico 1 – Participação de economias selecionadas dentro da corrente de comércio brasileira de 2001 a 2011 (em %).....	55.
Gráfico 2 – Índice de Intensidade de Comércio da China com regiões selecionadas entre 2001 e 2011.....	56.
Gráfico 3 – Evolução do comércio bilateral entre Brasil e China (em US\$ bilhões).....	56.
Gráfico 4 – Evolução da participação chinesa dentro da corrente comercial brasileira (em US\$ bi).....	57.
Gráfico 5 – Crescimento da participação brasileira dentro da corrente de comércio chinesa (em US\$ bi).....	58.
Gráfico 6 – Importações chinesas de bens primários de regiões selecionadas (em %).....	59.
Gráfico 7 – Influxo de IED no Brasil e origem dos IED brasileiros em 2011 (em US\$ bilhões).....	61.
Gráfico 8 – Evolução das exportações brasileiras à China decompostas por intensidade tecnológica de 2001 à 2011 (em US\$ bi).....	65.
Gráfico 9 – Evolução das importações brasileiras da China decompostas por intensidade tecnológica de 2001 à 2011 (em US\$).....	66.
Gráfico 10 – Saldo comercial do Brasil com a China decomposto por intensidade tecnológica dos setores (em US\$ bilhões).....	67.
Gráfico 11 – Evolução das exportações brasileiras à destinos selecionados em anos selecionados (em %).....	68.
Gráfico 12 – Exportações brasileiras decompostas por intensidade tecnológica (em %).....	69.
Gráfico 13 – Participação das exportações do Brasil e da China nas importações de bens manufaturados de países selecionados (%).....	71.
Gráfico 14 – Índice Herfindahl-Hirschman de Concentração das Exportações.....	73.
Gráfico 15 – Índice de Complementaridade de Comércio.....	74.
Gráfico 16 – Participação das importações chinesas de <i>commodities</i> em relação ao total das importações mundiais (em %).....	78.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição geográfica dos IEDs chineses e mundiais e intensidade de investimentos.....	60.
Tabela 2 – Fluxos de IED chineses ao Brasil na ótica da MOFCOM, Banco Central e Heritage Foundation (em US\$ milhões).....	62.
Tabela 3 – Perdas de mercado para a China das exportações brasileiras de produtos manufaturados em economias selecionadas (em %).....	75.
Tabela 4 – O Efeito da ascensão chinesa nos preços das exportações brasileiras de <i>commodities</i>	79.

LISTA DE ABREVIATURAS

- ALADI – Associação Latino-Americana de Integração
- ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
- ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático
- BC – Banco Central
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BM – Banco Mundial
- CASS – Chinese Academy of Social Sciences
- CEBC – Conselho Empresarial Brasil-China
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CMS – Constant Market Share
- CNI – Conselho Nacional das Indústrias
- CSN – Conselho de Segurança Nacional
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- ICC – Índice de Complementaridade de Comércio
- IED – Investimento Estrangeiro Direto
- IHH – Índice Herfindahl-Hirschman
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
- MOFCOM – Ministry of Commerce of the People's Republic of China
- OEA – Organização dos Estados Americanos
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PCC – Partido Comunista Chinês
- PIB – Produto Interno Bruto
- RPC – República Popular da China
- UNASUL – União das Nações Sul-Americanas
- UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12.
2 ASPECTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DA ASCENSÃO CHINESA.....	17.
2.1 Interpretação Teórica da Ascensão Chinesa.....	17.
2.1.1 Perspectiva Ocidental.....	18.
2.1.1.1 A Perspectiva Realista.....	18.
2.1.1.2 A Perspectiva Liberal.....	22.
2.1.2 A Perspectiva Chinesa.....	26.
2.1.3 Comparação da Perspectiva Ocidental com a Perspectiva Chinesa.....	33.
2.2 A Estratégia Diplomática Chinesa.....	35.
2.2.1 A Ascensão Pacífica.....	43.
2.3 O Consenso de Beijing.....	45.
3 OS IMPACTOS DA ASCENSÃO CHINESA NO BRASIL.....	50.
3.1 Panorama Histórico das Relações Sino-Brasileiras.....	51.
3.2 As Relações Comerciais Brasil-China.....	55.
3.2.1 O Fluxo de Investimentos.....	60.
3.3 A Especialização Regressiva na Produção de <i>Commodities</i>	65.
3.4 A Concorrência na Produção Manufatureira.....	71.
3.5 O Aumento do Preço das <i>Commodities</i>	77.
3.6 A Ameaça ao Projeto de Liderança Brasileira na Integração Regional.....	81.
3.7 Outros Impactos.....	82.
4 CONCLUSÃO.....	84.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	88.
APÊNDICES.....	96.
Apêndice A: a evolução da participação chinesa na pauta comercial e financeira brasileira e da participação brasileira na pauta comercial chinesa.....	96.
Apêndice B: participação chinesa nas importações mundiais de <i>commodities</i>	98.
Apêndice C: dados brutos dos indicadores econômicos calculados.....	98.

1 INTRODUÇÃO

A ascensão das economias periféricas e o consequente reordenamento da estrutura econômica e política internacional parece ser um dos eventos mais relevantes da conjuntura das relações internacionais contemporâneas. Junto a estas mudanças, emerge um novo padrão de relacionamento Sul-Sul entre nações. Neste contexto, as economias maduras perdem dinamismo relativo e a China reascende como ator fundamental no cenário geopolítico e geoestratégico do novo século e como principal motor desta realidade de crescimento econômico sustentada pelas nações emergentes. A ascensão chinesa e sua proeminência no cenário internacional traduzem-se em variadas implicações econômicas e políticas, as quais serão objeto deste trabalho, com especial atenção para o caso brasileiro.

A década de 1990 na América Latina, marcada por baixos índices de crescimento econômico e por indicadores sociais desfavoráveis, simbolizou o fracasso do receituário preconizado pelo Consenso de Washington na região (RAMO, 2004). O ano de 2001 abria as portas para o novo século com uma série de momentos simbólicos de ruptura no receituário latino-americano de desenvolvimento, com a China surgindo como uma nova opção no horizonte. Naquele ano, acontecera a crise econômica na América Latina, os atentados terroristas do grupo Al Qaeda nos Estados Unidos reconfigurando a política estratégica do país com atenções menos voltadas à América Latina e mais voltadas ao Oriente Médio, o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) e o lançamento de sua política de Zou Chuqu (走出去) orientando a sua atuação externa. Neste interregno de dez anos, o gigante asiático passou de virtualmente não ter presença na América Latina a tornar-se o principal parceiro comercial de diversos países da região (VADELL, 2011), imprimindo fortes consequências sobre a economia brasileira e sobre a inserção internacional do país.

Neste contexto, o peso dos tradicionais parceiros econômicos e estratégicos brasileiros recua, enquanto que a relação com a China adquire caráter cada vez mais relevante (JENKINS 2010 e 2012; BITTENCOURT, 2012). Este processo tem estimulado crescente literatura sobre os impactos desta transformação no Brasil¹, cujas percepções revelam contradições que merecem análise criteriosa. Por um lado, comércio e investimento têm expandido-se exponencialmente e a demanda chinesa por recursos naturais tem representado importante fonte de dinamismo. Entretanto, por outro lado, configura-se um padrão de relacionamento

¹ Ver, entre outros: Cunha et al. (2012); Jenkins (2010 e 2012); Bittencourt (2012); Leão, Pinto e Acioly (2011).

assimétrico, em que a região encontra-se imersa em uma realidade menos dinâmica de produtora e exportadora de bens primários, bem como emerge potencial ameaça à indústria manufatureira em decorrência da concorrência chinesa². Como consequência, a região poderia sofrer com problemas de longo prazo como a maldição dos recursos naturais (PALMA, 2007), a “doença holandesa” ou a desindustrialização (OREIRO e FEIJÓ, 2010; BRESSER-PEREIRA, 2009), o que afetaria as perspectivas de desenvolvimento brasileiras³. Neste sentido, argumenta-se neste trabalho que a ascensão chinesa traz riscos e oportunidades à economia brasileira, dentro de uma realidade que se aproxima mais dos riscos.

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar os impactos que a China imprime no Brasil em decorrência de sua ascensão, depositando especial atenção nos impactos econômicos e no período pós-2001. A maior ênfase nos aspectos econômicos se deve a limitações de espaço do trabalho e, evidentemente, não se pretende com este recorte temático ignorar as demais implicações políticas que a ascensão chinesa carrega que não estão presentes neste trabalho; pelo contrário, no decorrer das atividades de pesquisa para a elaboração deste trabalho, identificou-se na esfera política relacionada à ascensão chinesa um rico campo de pesquisa para trabalhos futuros. Já o recorte temporal justifica-se por 2001 ter sido o ano de ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), intensificando a sua estratégia de internacionalização e os consequentes impactos que o este processo carrega, além da série de eventos que aconteceram naquele ano que simbolizaram um distanciamento relativo dos Estados Unidos da região. Evidentemente, não se pretende, com esse recorte temporal, afirmar que a ascensão chinesa iniciou-se em 2001 e tampouco que esse processo já esteja concluído.

A hipótese principal do trabalho é a de que a ascensão chinesa imprime externalidades contraditórias sobre a economia brasileira, cujos efeitos diferenciam-se dentro de um vetor tempo. No curto prazo, a crescente demanda por bens primários e o aumento do influxo de investimentos tem trazido dinamismo à economia brasileira, ao financiar um ciclo virtuoso de

² Ver, entre outros: Jenkins e Barbosa (2012); Saslavsky e Rozenberg (2009); Moreira (2007); Batista (2008); Filgueiras e Kume (2009).

³ Conforme sugerido pela perspectiva clássica das teorias econômicas desenvolvimentistas e pelos seus seguidores atuais, assume-se que: (i) o investimento é um ponto central para a expansão da renda; (ii) o processo de crescimento econômico não é linear e tampouco indiferente do setor em que a economia se especializa; (iii) o setor manufatureiro leva ao desenvolvimento graças a sua relação com outros setores; (iv) o progresso tecnológico tem uma dinâmica endógena associada com a acumulação de capital liderada pelo setor manufatureiro. Assume-se, assim, que o setor manufatureiro carrega significativa importância no desenvolvimento econômico. Ver, entre outros: Thirlwall (2011), Palma (2007 e 2010) e Rodrik e McMillan, (2012).

crescimento com baixa vulnerabilidade externa e fiscal. Entretanto, por outro lado, no longo prazo, a China representa um risco de aprofundamento de uma tendência regressiva de especialização da pauta exportadora brasileira em produtos primários⁴ e uma concorrência ao setor manufatureiro do Brasil, que tem percebido ameaça crescente tanto em seu mercado doméstico quanto em suas exportações para terceiros mercados.

O estudo justifica-se pela relevância dos impactos que o Brasil vem sentindo e potencialmente sentirá em decorrência da ascensão chinesa e pela necessidade de maior reflexão sobre estes impactos em razão de seus efeitos sobre as perspectivas de desenvolvimento do país. A isto, soma-se o fato de que a literatura que explora a temática tende a fazer estudos mais abrangentes, envolvendo regiões como a América Latina ou o Mercosul, não havendo literatura que explore o Brasil como um espaço geoeconômico diferenciado. A temática e a abordagem do trabalho, bem como a sua atualidade, podem torná-lo útil também fora da academia, em especial entre os setores empresariais e governamentais, carentes de análises menos empíricas e mais teóricas sobre o tema da ascensão chinesa e de seus impactos.

No que tange aos aspectos metodológicos, cabe dividi-los em duas partes, quais sejam: (i) uma primeira parte de caráter teórico, que visa essencialmente, mas não exclusivamente, fazer uma comparação das perspectivas teóricas ocidentais sobre a ascensão chinesa com as perspectivas teóricas dominantes na academia chinesa; e (ii) uma segunda parte de caráter mais empírico, com o intuito de avaliar economicamente os impactos que a ascensão chinesa imprime no Brasil. No tocante à parte teórica, pretende-se utilizar os principais expoentes das teorias realista e liberal das Relações Internacionais, em vista de contemplar o *mainstream* teórico ocidental e compará-lo com a percepção da ascensão chinesa dominante nos meios acadêmicos do país. Em um segundo momento, será feita uma abordagem de caráter empírico, no intuito de verificar economicamente os impactos que a ascensão chinesa imprime no Brasil. Serão utilizados dados econômicos de agências internacionais, principalmente da Conferências da Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e do Escritório Nacional de Estatísticas da China (MOFCOM). Também serão calculados

⁴ Por tendência de especialização regressiva entende-se uma reversão das estratégias desenvolvimentistas brasileiras (período de 1930 a 1980), que permitiu o estabelecimento de estruturas produtivas e de comércio caracterizadas, entre outros fatores, por: (i) diversificação setorial e de produtos; (ii) um aumento da participação do setor manufatureiro no valor adicionado da economia; (iii) um aumento da participação do setor manufatureiro na composição das exportações; (iv) um aumento da produtividade (THIRLWALL, 2011).

indicadores econômicos⁵, para verificar a extensão, consequências e motivadores dos impactos chineses sobre a economia brasileira.

Em relação à organização do trabalho, além desta introdução, ele ainda está dividido em dois capítulos e uma conclusão. O primeiro capítulo, constitui-se de uma releitura teórica da literatura que estuda a ascensão chinesa, envolvendo obras dos principais expoentes da academia ocidental e chinesa. Em um primeiro momento, será feita uma comparação da interpretação da perspectiva teórica ocidental sobre a ascensão chinesa com a perspectiva dominante nos meios acadêmicos chineses. A abordagem da perspectiva teórica ocidental será feita utilizando os principais autores da teoria realista e da teoria liberal das Relações Internacionais⁶. Enquanto que o contraponto com a perspectiva chinesa será feito abarcando a abordagem dominante dentre os teóricos da academia chinesa, do Partido Comunista Chinês e da Academia de Ciências Sociais da China⁷. Em um segundo momento, será feita uma breve análise das linhas gerais da política externa chinesa e de sua estratégia de ascensão pacífica, através da releitura de documentos oficiais do governo chinês e da literatura que explora a temática, para entender qual o papel que o Brasil ocupa dentro da política externa chinesa. Por fim, será avaliado o chamado “Consenso de Beijing” como alternativa política e econômica ao receituário neoliberal do Consenso de Washington.⁸

No segundo capítulo, pretende-se avaliar os impactos que a ascensão chinesa imprime sobre o Brasil. Neste intuito, serão frequentemente remontados os pontos vistos no capítulo anterior à título de suporte teórico enquanto é feito um levantamento de dados estatísticos e cálculos de indicadores econômicos, com o objetivo de sugerir que a crescente aproximação sino-brasileira traz externalidades contraditórias, com seus efeitos diferenciando-se dentro de um vetor tempo. Em um primeiro momento, será feito um breve panorama histórico das relações sino-brasileiras, seguido de um panorama das relações comerciais e financeiras. Na seção seguinte, serão analisados pontualmente os impactos que o Brasil vem sentindo em

⁵ Foram calculados, entre outros indicadores: (i) o Índice Herfindahl-Hirschman, para medir a concentração das exportações chinesas e brasileiras para destinos selecionados; (ii) o Índice de Complementaridade Comercial para verificar a ocorrência de deslocamento das exportações; (iii) o Índice de Intensidade Comercial para verificar as tendências de aumento das relações bilaterais entre países emergentes em detrimento daquelas entre economias maduras, causando crescente potencial de impactos; (iv) o método de *Constant Market Share* para medir os impactos da concorrência chinesa nas exportações brasileiras de bens manufaturados.

⁶ Serão utilizadas, principalmente, as obras de: Mearsheimer (2001 e 2006); Waltz (1979 e 1993); Layne (2012); Nye (2012); Ikenberry (2011), Kissinger (2011) e Wohlforth (2012).

⁷ Serão utilizadas, principalmente, as obras de: Zheng (2005); Kang (2007) e Hu (2010).

⁸ Não se pretende neste capítulo fazer uma releitura teórica exaustiva do realismo e da perspectiva chinesa, tampouco se pretende fazer uma análise exaustiva da política externa chinesa ou do Consenso de Beijing. Este capítulo tem caráter auxiliar, com vista de ajudar na compreensão do objetivo central do trabalho – explorar os impactos que a ascensão chinesa imprime no Brasil.

decorrência da ascensão chinesa, segundo a ordem seguinte: (i) tendência de aprofundamento de uma especialização regressiva na produção de bens primários; (ii) ameaça à produção manufatureira, tanto aquela destinada ao mercado doméstico quanto aquela destinada a terceiros mercados; (iii) aumento do preço das *commodities* como um fator estimulante à economia nacional; e (iv) ameaça à liderança brasileira em seu projeto de integração regional. Finalmente, na última seção, serão retomados os pontos principais explorados no trabalho à guisa de uma conclusão.

2 ASPECTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DA ASCENSÃO CHINESA

O desenvolvimento chinês, ainda que tenha seu lado econômico bastante enfatizado pelos estudos em geral, está intimamente relacionado com questões políticas que, muitas vezes, em um primeiro olhar, não parecem ter influência significativa em tal processo. Serão abordados, nesta seção, alguns destes aspectos, quais sejam: uma interpretação teórica da ascensão chinesa através de uma comparação das perspectivas teóricas ocidentais com a perspectiva teórica dominante entre os acadêmicos chineses, a estratégia da política externa chinesa e sua política de ascensão pacífica, e o Consenso de Beijing como uma alternativa ao receituário do Consenso de Washington. Evidentemente, não se defende que essas sejam as únicas questões relevantes da ascensão chinesa, apenas foram escolhidas por estarem mais relacionadas com o objetivo do trabalho. Alguns fatores econômicos também serão tangenciados nesta seção, tendo em vista que os âmbitos políticos e econômicos estão muito relacionados, conforme preconiza o analista chinês Jiang Shixue: *“It is increasingly recognized that, in the age of globalization, politics tend to be economic in nature, and economic issues are often linked to politics [...] this point is certainly relevant for Sino-Latin-American relations in this new century.”*⁹ (JIANG, 2005, p. 8)

2.1 Interpretação Teórica da Ascensão Chinesa

O debate sobre as causas e consequências do processo de ascensão e queda das grandes potências têm há muito tempo estado presente na literatura de Relações Internacionais¹⁰. Muitos especialistas afirmam que a China pode estar em meio ao que pode ser uma longa trajetória de ascensão que a levará ao status de potência global¹¹. Outros, afirmam que a China talvez já seja uma grande potência, e a questão reside no fato de o quão mais poderosa ela pode tornar-se¹². Neste sentido, a ascensão chinesa, e se ela poderá encontrar pacificamente seu lugar no leste-asiático e no mundo torna-se uma das discussões mais importantes e recorrentes entre teóricos da política internacional contemporânea. Nesta seção, será feita uma comparação dos principais expoentes da perspectiva teórica ocidental

⁹ É cada vez mais aceito que, na era da globalização, a política tende a ser econômica por natureza e a assuntos econômicos estão frequentemente ligados à política [...] e esse ponto é certamente relevante para as relações sino-latino americanas neste novo século (JIANG, 2005, p. 8 – Tradução livre do autor).

¹⁰ Ver, dentre outros: Kennedy (1990); Arrighi (1996).

¹¹ Ver, dentre outros: Ikenberry (2011); Hu (2011) e Kang (2010).

¹² Ver, dentre outros: Jacques (2012); Khanna (2008), Jiang (2010).

sobre a ascensão chinesa com a perspectiva dominante nos meios acadêmicos chineses¹³. A abordagem da perspectiva teórica ocidental será feita utilizando-se os principais autores da teoria realista e da teoria liberal das Relações Internacionais. Enquanto o contraponto com a perspectiva chinesa será feito abarcando a abordagem dominante dentre os teóricos da academia chinesa, do Partido Comunista Chinês e da Academia de Ciências Sociais da China.

2.1.1 Perspectiva Teórica Ocidental

2.1.1.1 A Perspectiva Realista

A teoria realista parte da percepção de que o sistema internacional é formado por Estados com interesses próprios que competem por poder. Além disso, o realismo sugere que o sistema internacional é governado pela anarquia, ou seja, não há nenhum poder superior que governa as relações entre Estados. Neste sentido, os Estados usam de todos os meios dos quais tem dispor para defender suas agendas e ganhar poder, frequentemente causando tensões e conflitos com outros atores do sistema. A ascensão chinesa, portanto, segundo esta perspectiva teórica, teria considerável potencial para desestabilizar o sistema, variando segundo a corrente literária dentro da teoria realista (MEARSHEIMER, 2006; WALTZ, 2000). A teoria realista é comumente dividida em três principais vertentes, quais sejam: realismo clássico, realismo estrutural defensivo¹⁴ e realismo estrutural ofensivo. Nesta seção, será depositada especial atenção, principalmente, na aplicação do realismo defensivo e ofensivo para a interpretação da ascensão chinesa e posterior comparação com outras perspectivas teóricas ocidentais e chinesas.

A teoria de política internacional preconizada por John Mearsheimer (2001) em seu livro *The Tragedy of Great Power Politics*, principal expoente do Realismo Ofensivo das Relações Internacionais, explica o comportamento dos Estados no sistema internacional, como potências em ascensão tendem a comportar-se e como outros atores do sistema tendem a reagir. O argumento central de sua teoria é que as grandes potências e as potências em ascensão tentam estabelecer hegemonia em sua região, ao mesmo tempo em que tentam evitar que outros atores do sistema exerçam hegemonia em seu território. Neste sentido, a estrutura básica do sistema internacional forçaria os Estados a prezar pela sua sobrevivência e a competir por poder relativo com outros atores do sistema. Assim, o objetivo final de cada

¹³ Avaliar interpretações teóricas da ascensão chinesa, em sentido amplo, não é o objetivo central deste trabalho, por isso, não busca-se aqui fazer uma análise exaustiva; esta seção serve como auxiliar para a compreensão do objetivo principal do trabalho – explorar os impactos da ascensão chinesa sobre o Brasil.

¹⁴ O realismo estrutural às vezes também é chamado de neorealismo.

Estado seria o de aumentar a sua fatia de poder mundial e, eventualmente, dominar o sistema. Neste sentido, Mearsheimer (2006), em seu artigo *China's Unpeaceful Rise* aplica a sua teoria de política internacional ao caso da ascensão chinesa e afirma que não se tratará de uma ascensão pacífica. Segundo o autor, se a China continuar nesta caminhada de altos índices de crescimento econômico durante as próximas décadas, os Estados Unidos e a China envolver-se-ão em uma competição securitária com altas chances de guerra. Neste caso, a maioria dos vizinhos chineses – incluindo Índia, Japão, Cingapura, Coreia do Sul, Rússia e Vietnã – irão aliar-se aos Estados Unidos para conter a China (MEARSHEIMER, 2006).

Segundo a teoria preconizada para Mearsheimer (2001), o sistema internacional teria três características definidoras. Em primeiro lugar, os atores do sistema internacional são Estados que operam em anarquia, o que significa que não há autoridade maior do que eles. Em segundo lugar, todas as grandes potências tem capacidades militares, concedendo meios para que tomem iniciativas ofensivas contra outros atores do sistema. Em terceiro lugar, nenhum Estado tem o conhecimento pleno das intenções de outros Estados e tampouco o poder de prever suas ações futuras. Assim, em um sistema em que seus membros podem ter intenções malignas, bem como capacidades militares ofensivas significativas, os Estados agem racionalmente e tendem a temer uns aos outros. Nestas condições, os atores do sistema entendem que a melhor maneira de sobreviver é através da acumulação de poder relativo em relação a outros Estados, ou seja, quanto mais poderoso um Estado é menores são as chances de ele sofrer um ataque que eventualmente ameaçará a sua sobrevivência. Desta maneira, o objetivo final de todas as potências é tornar-se o *hegemon* – a única grande potência do sistema¹⁵ (MEARSHEIMER, 2001).

Os Estados Unidos são, desde o final do século XIX, a potência hegemônica do hemisfério ocidental. Mearsheimer (2006) aponta que, embora os Estados Unidos sejam o ator que detém mais poder no sistema, eles não constituem-se em um hegêmona global. Durante o século XX, houve quatro grandes potências que tiveram a capacidade de ameaçar a hegemonia regional estadunidense, quais sejam: a Alemanha Imperial (1900-1918), o Império Japonês (1931-1945), a Alemanha Nazista (1933-1945), e a União Soviética durante a Guerra Fria (1945-1989). Em todos os casos, os Estados Unidos tiveram a mesma estratégia de

¹⁵ Mearsheimer (2006) argumenta que é muito improvável que um Estado, no mundo moderno, torne-se um hegêmona mundial, pois é quase impossível projetar e sustentar poder em todo o sistema, especialmente nas zonas de influência de potências distantes. Portanto, a melhor posição que um Estado pode atingir é tornar-se um hegêmona regional, e lutar no sentido de evitar que outras potências ascendam a este *status*, a fim de manter-se o único hegêmona regional de todo o sistema.

derrotar e dismantelar as potências aspirantes a *hegemon*. Isto posto, a perspectiva de Mearsheimer (2006) preconiza que os Estados Unidos tendem a agir, perante a ascensão chinesa e à sua ameaça inerente ao *status* estadunidense de potência hegemônica, da mesma maneira que agiram perante outras potências aspirantes a *hegemon* no passado, ao tentar derrotá-las e dismantelar seu poder de maneira a manter a sobrevivência de seu status hegemônico.

Mearsheimer (2006) sugere que a China tende a tentar dominar a Ásia, da mesma maneira que os Estados Unidos tentaram dominar o hemisfério ocidental. Mais especificamente, a China buscará maximizar o hiato de poder que tem com os países vizinhos, especialmente com Japão e Rússia, de maneira a tornar-se tão poderosa que nenhum Estado na Ásia tenha meios para ameaçar sua sobrevivência securitária. Uma China cada vez mais poderosa tende a dissuadir a influência norte-americana da Ásia, da mesma maneira que os Estados Unidos dissuadiram a presença das potências europeias do hemisfério ocidental quando da sua ascensão – no que seria uma reprodução de uma espécie de Doutrina Monroe sinicizada (MEARSHEIMER, 2006). Neste respeito, Mearsheimer argumenta:

Why should we expect China to act any different from how the United States did? Is Beijing more principled than Washington? More ethical? Less nationalistic? Less concerned about survival? China is none of these things, of course, which is why it is likely to imitate the United States and attempt to become a regional hegemon (MEARSHEIMER, 2006, p. 162).¹⁶

Mearsheimer (2006) sugere que a experiência histórica nos autoriza sugerir como sendo muito provável supor como os formuladores de estratégia norte-americanos vão reagir ante à situação de a China apresentar ensaios hegemônicos sobre a Ásia; a retrospectiva sugere que os Estados Unidos tendem a não tolerar competidores e visam resguardar seu status de único hegemônica do sistema. Assim, o autor sugere que Washington faria o possível para dificultar a ascensão chinesa e enfraquecê-la, de maneira a evitar ensaios hegemônicos chineses na região. Além dos Estados Unidos, outros países como a Índia, Japão, Rússia, Cingapura, Coréia do Sul e Vietnã também estariam preocupados com a ascensão chinesa e também buscariam contê-la. No processo, estes países tendem a juntar-se aos EUA em uma

¹⁶ Por que devemos esperar que a China aja de maneira diferente aos Estados Unidos? Beijing tem mais princípios que Washington? É mais ético? Menos nacionalista? Menos preocupado com sua sobrevivência? A China não é nada disso, é claro; portanto, ela tende a imitar os Estados Unidos e galgar tornar-se um hegemônica regional (MEARSHEIMER, 2006, p. 162 – tradução livre do autor).

coaliz ão para conter a ascens ão chinesa¹⁷. Um fator complicador, apontado por Mearsheimer (2006), é a quest ão de Taiwan, que tende a ati çar a competi ç ão securit ária entre Beijing e Washington, e poder á constituir-se no estopim de um eventual conflito. A consequ ência seria uma grande disputa entre os Estados Unidos e o aspirante a heg êmona regional, nomeadamente a China, no processo de defini ç ão da configura ç ão do sistema internacional das pr óximas décadas, dentro do que Mearsheimer chama de “*the tragedy of great power politics*”¹⁸.

J á a interpreta ç ão te órica de Kenneth Waltz (1979 e 2000) é teoricamente semelhante àquela de Mearsheimer, j á que o realismo ofensivo tem suas origens no realismo estrutural de Waltz, embora os comportamentos dos atores e os resultados finais tenham diferen ças consider áveis nas duas perspectivas te óricas. O desejo dos atores de maximizar seu poder relativo presente no realismo ofensivo, n ão aparece na perspectiva de Waltz, que preconiza que a balan ç a de poder seria a caracter ística estruturadora do sistema internacional. Segundo Waltz (1979) há duas maneiras em que os Estados podem balancear poder, quais sejam: balanceamento interno e balanceamento externo. O balanceamento interno ocorre quando os atores hegem ônicos ganham poder econ ômico ou militar alterando as capacidades de poder relativo internas à balan ç a de poder. O balanceamento externo ocorre quando terceiros atores formam alian ças de maneira a modificar a configura ç ão securit ária internacional.

Waltz (1979) considera que há tr ês possibilidades de configura ç ão no sistema internacional, definidas conforme o n úmero de grandes pot ências que comp ãem o sistema – o sistema unipolar, o sistema bipolar e o sistema multipolar. O autor sugere que o sistema bipolar é o mais estável, havendo menores chances de conflito e mudan ças sist êmicas, pois o balanceamento só pode ocorrer via balanceamento interno j á que n ão há outras pot ências no sistema para formar alian ças. J á no sistema multilateral, pode ocorrer balanceamento externo mediante a forma ç ão de alian ças, o que acarreta em maiores possibilidade de conflitos entre as grandes pot ências. Para Waltz (2000), o sistema unipolar em que os Estados Unidos foram hegem ônicos ap ós o fim da Guerra Fria seria um per íodo transit ório para um per íodo bi ou multipolar. Neste sentido, emergiriam pot ências que balanceariam o poder norte-americano, como a China vem fazendo atualmente. Autores como Layne (2012) seguem a mesma linha e advogam o fim da unipolaridade estadunidense e o decl ínio da Pax Americana,

¹⁷ Da mesma maneira que Reino Unido, França, Alemanha, Itália, Jap ão e, inclusive a China, juntaram-se às forças norte-americanas para conter a Uni ão Sovi ética durante a Guerra Fria.

¹⁸ A trag édia da pol ítica das grandes pot ências (tradu ç ão livre do autor).

diferentemente de autores da teoria da estabilidade hegemônica como Wohlforth (2012) que argumenta que o sistema internacional continuará unipolar sob a hegemonia estadunidense. Assim, Waltz (1979) preconiza que o objetivo central dos Estados no sistema internacional é a sobrevivência através da constituição da balança de poder, enquanto que Mearsheimer (2001) sugere que o objetivo central é buscar a maximização de seu poder relativo. Neste sentido, o realismo de Waltz adota um viés em que o sistema busca a manutenção do *status quo*, levando a expectativas de um sistema relativamente mais pacífico que aquele de Mearsheimer.

Waltz (1979) e Mearsheimer (2001) concordam que a estrutura anárquica do sistema internacional força os Estados a buscar satisfazer essencialmente seus interesses securitários. Entretanto, enquanto Mearsheimer preconiza que a única maneira de um Estado atingir segurança é maximizando seu poder, Waltz argumenta que os Estados buscam constituir uma balança de poder, dentro da qual o sistema bipolar é o mais estável. Neste caso, a guerra é vista, como raramente racional, então os resultados esperados da ascensão chinesa, dentro da perspectiva teórica preconizada por Waltz (1979 e 2000), não tem o mesmo contexto trágico que aquele sugerido por Mearsheimer (2006). Para Waltz, a trajetória da ascensão chinesa pode ser acompanhada de instabilidades ou até mesmo de conflitos, entretanto, em seguida será constituída uma balança de poder relativamente estável em que a China provavelmente dividirá com os Estados Unidos as responsabilidades de potência hegemônica.

2.1.1.2 A Perspectiva Liberal

Robert Keohane e Joseph Nye desenvolveram a teoria da interdependência e a teoria neoliberal das Relações Internacionais em seu livro *Power and Interdependence* publicado em 1977. Os autores argumentam que o aumento da integração e da interdependência econômica e institucional no sistema internacional traz ganhos absolutos ao aumentar as possibilidades de cooperação entre Estados e diminuir as tendências beligerantes. Para os liberais, as preferências dos Estados são os principais determinantes do seu comportamento, no lugar das capacidades, como sugerido pela teoria realista. Os liberais ainda preconizam que além dos Estados, o sistema internacional pode ter outros atores, como organizações internacionais, empresas ou até mesmo indivíduos. Portanto, a perspectiva liberal sugere que a integração da China na economia global e sua participação cada vez mais ativa em organizações internacionais traz ganhos absolutos, reduzindo as ameaças de uma China beligerante e aumentando as possibilidades de uma ascensão pacífica. A visão liberal também preconiza que enquanto a China aumenta sua integração com o mundo, as forças econômicas e sociais

irão exercer pressão por mudanças políticas, e os sistemas organizacionais chineses também irão mudar, tendendo para a democracia e liberalismo com características ocidentais (IKENBERRY, 2011; NYE, 2011; KISSINGER, 2011).

Ikenberry (2011), aponta que a riqueza e poder estão movendo-se do norte e oeste para o sul e leste, e a antiga ordem dominada pelos Estados Unidos e Europa está dando lugar a uma nova ordem em que o poder é compartilhado com potências não ocidentais, com a China ganhando destaque. O autor aponta que muitos observadores sugerem que essa transição de poder e inserção de novos atores no sistema será acompanhada de uma alteração na antiga ordem internacional liberal desenhada e construída pelo ocidente. Entretanto, Ikenberry (2011) sugere que embora a posição hegemônica dos Estados Unidos no sistema internacional esteja desfazendo-se, a ordem liberal internacional continua viva. A China e outras nações emergentes não buscam contestar as regras e princípios básicos do sistema; ao contrário, eles buscam através delas ganhar mais autoridade e liderança. Essa ideia é assim sintetizada por Ikenberry:

Indeed, today's power transition represents not the defeat of the liberal order but its ultimate ascendance. Brazil, China, and India have all become more prosperous and capable by operating inside the existing international order. Their economic success and growing influence are tied to the liberal internationalist organization of world politics, and they have deep interests in preserving that system [...]. The liberal international order has no competitors. On the contrary, the rise of non-western powers and the growth of economic and security interdependence are creating new constituencies for it¹⁹. (IKENBERRY, 2011, p.2)

Desta maneira, Ikenberry (2011) argumenta que enquanto a riqueza e o poder estão cada vez menos concentrados nas mãos norte-americanas, o país passa a ter menos poder relativo para moldar a política internacional. Entretanto, a ordem internacional liberal e as instituições fundadas pelos estadunidenses irão sobreviver. Neste contexto, a China e as outras nações em ascensão não deparam-se apenas com uma ordem liderada e moldada pelo ocidente; elas deparam-se com um amplo sistema internacional que foi o produto de séculos de aperfeiçoamento e inovação (IKENBERRY, 2011). O sistema internacional atual é o produto da expansão do sistema moderno de Estados originado com a Paz de Westphalia em

¹⁹ De fato, a atual transição de poder não representa a superação da ordem liberal, mas a sua ascensão. Brasil, China e Índia têm tornado-se mais prósperos e capazes de operar na ordem internacional existente. Seu sucesso econômico e crescente influência estão relacionados com a ordem liberal internacional da política mundial, e eles tem profundos interesses em preservar este sistema [...]. A ordem liberal internacional não tem competidores. Pelo contrário, a ascensão das nações não ocidentais e a interdependência econômica e securitária estão reforçando as suas bases (IKENBERRY, 2011, p. 2 – tradução livre do autor).

1648 e da ordem liberal moldada pelo ocidente nos últimos séculos e fortificada pela ascensão de novos Estados democráticos. Entretanto, é interessante observar que no seio do projeto Westphaliano estão os princípios de soberania, integridade territorial e não-intervenção, que em sua essência relembram bastante os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica²⁰ enunciados por Zhou Enlai.

Potências em ascensão têm forte interesse em um sistema aberto e baseado em regras – o que os dá o acesso ao comércio, investimento e conhecimento. Sem o investimento dos Estados Unidos e Europa nas últimas décadas, por exemplo, a China e outras potências emergentes estariam em uma estrada de desenvolvimento menos avançada. Nações emergentes como Brasil, China e Índia buscam as proteções e direitos soberanos oriundos da ordem internacional westphaliana e as vantagens econômicas oriundas da ordem liberal internacional. Eles utilizam-se das regras e instituições liberais como plataformas para projetar influência e garantir legitimidade interna e externa. Os participantes do sistema têm a sua disposição opções de comércio, mecanismos de resolução de controvérsias, quadros para ação coletiva, acordos regulatórios, e recursos para tempos de crise. Assim, se por um lado há uma variedade de motivos que incentivam nações emergentes a juntar-se à ordem, por outro tampouco há uma lógica organizacional concorrente que represente uma competição à ordem liberal (IKENBERRY, 2011).

Ikenberry (2011) ainda argumenta que as nações emergentes ainda têm outro motivo para juntar-se às instituições ocidentais existentes: isso tranquiliza seus vizinhos e outras potências distantes em um contexto de ascensão de novas potências. A ascensão chinesa poderia incitar ensaios de balanceamento por parte de seus vizinhos, trazendo perigos para a estabilidade do sistema, conforme preconiza a teoria realista. Para evitar isso, a China tende a ser cada vez mais integrada às instituições multilaterais existentes de maneira a convencer os atores do sistema internacional de sua estratégia de ascensão pacífica. Em um mundo cada vez mais integrado política e economicamente, os custos de não integrar-se ao sistema existentes também são cada vez maiores. A nova realidade do sistema, cujas ameaças são cada vez menos constituídas por exércitos nacionais marchando pelas fronteiras, e cada vez mais constituídas por terrorismo e mudanças climáticas, requer novos patamares de integração entre os seus membros (IKENBERRY, 2011). As antigas e as novas potências podem

²⁰ Os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica serão tratados com maior atenção na próxima seção, onde é abordada a estratégia diplomática chinesa.

discordar de como essa cooperação deve acontecer, mas todas têm motivos para evitar uma desintegração da ordem multilateral existente. Desta forma, Ikenberry (2011) conclui:

A wider array of states will share the burdens of global economical and political governance and with its worldwide system of alliances [...]. Rising states do not just grow more powerful on the global stage; they grow more powerful within their regions, and this creates its own set of worries and insecurities – which is why states will continue to look for Washington for security and partnership. In this new age of international order, the United States will not be able to rule. But it can still lead.²¹ (IKENBERRY, 2011, p. 11)

Joseph Nye, expoente da teoria neoliberal das Relações Internacionais, em recente artigo publicado em 2012 reconhece um declínio relativo do poder norte-americano simultaneamente a um crescimento de influência da China no cenário internacional (NYE, 2012). O autor desenha o sistema internacional utilizando a metáfora de um jogo de xadrez tridimensional. No topo do tabuleiro, estaria o poder militar marcadamente unipolar, em que os Estados Unidos tendem a manter primazia por muito tempo. O meio do tabuleiro, seria o poder econômico que há mais de uma década tem configuração multipolar com os Estados Unidos, Europa, Japão e China sendo os principais *players*, embora outra estejam crescendo em influência. Por fim, a base do tabuleiro é aquelas das forças transnacionais externas ao poder governamental, em que o poder é densamente difuso entre investidores, terroristas, hackers, pandemias e mudanças climáticas.

Nye (2012), entretanto, argumenta que muitos autores e analistas tendem a exagerar o poder chinês. A ascensão de potências como a China podem criar instabilidades para a supremacia americana, mas esse não é um fenômeno sem precedentes e os Estados Unidos podem aprender com a sua própria história como enfrentar estas ameaças (NYE, 2012). O autor ainda argumenta que mesmo que o PIB chinês supere o norte-americano, a China ainda tem uma série de desafios que não a permitirão tornar-se mais poderosa que os Estados Unidos em um futuro próximo. A China tem um desenvolvimento econômico desigual e problemas demográficos, que farão com que o país se torne velho antes de tornar-se rico. Além disso, não deve-se deixar de mencionar os potenciais problemas de seu sistema político e a sua posição geopolítica desvantajosa, com a Índia e o Japão representando uma constante

²¹ Um número cada vez maior de Estados vai dividir as responsabilidades do sistema de governança econômica e securitária. [...] As nações emergentes não apenas tornam-se mais influentes no plano global, elas também ganham influência no plano regional, o que cria uma série de ameaças e, por isso, os Estados ainda procurarão por Washington para garantir a sua segurança. Então, nesta nova ordem internacional, os Estados Unidos não vão ter o poder de governar, mas terão o poder de liderar (IKENBERRY, 2011, p. 11 – tradução livre do autor).

ameaça. Por outro lado, Nye (2012) não subestima os problemas econômicos norte-americanos, mas sugere que os Estados Unidos permanecem em vantagem absoluta no poder militar, no desenvolvimento tecnológico e também nas vantagens de seu *soft* e *smart power*. Portanto, Nye (2012) reconhece um declínio relativo dos Estados Unidos acompanhado de uma ascensão dos países em desenvolvimento, com especial atenção para o caso chinês, entretanto aponta para a série de desafios que a China terá de enfrentar nas próximas décadas e concorda com Ikenberry (2011) que o sistema multilateral liberal construído na égide da hegemonia norte-americana não irá sucumbir mediante seu declínio relativo de poder.

2.1.2 A Perspectiva Chinesa

A perspectiva teórica dominante entre os meios acadêmicos chineses, na Academia de Ciências Sociais da China e no próprio Partido Comunista Chinês preconiza que o país terá uma ascensão pacífica sem causar instabilidades no sistema (KANG, 2007; HU, 2010; ZHENG, 2005). Esta visão ainda sugere que a ascensão chinesa representa um ponto positivo para a ordem global (HU, 2010) e critica a visão realista que sugere que a experiência europeia, de ascensão de potências frequentemente acompanhada de guerras e balanceamento de poder, também tenderia a ser replicada para o caso da ascensão chinesa (KANG, 2007). Assim, argumenta-se que a ascensão pacífica da China contribuiria para a democratização das relações internacionais e para a formulação de uma nova estrutura de governança política e econômica mais igualitária e eficiente, capaz de atender às demandas atuais do sistema internacional (KANG, 2007; HU, 2010; ZHENG, 2005).

Uma parcela significativa dos teóricos ocidentais de Relações Internacionais²² têm associado a ascensão de grandes potências com instabilidades no sistema e potencial de conflitos, conforme visto na seção anterior. Esse grupo de acadêmicos previa que os Estados do leste-asiático se sentiriam ameaçados pela ascensão chinesa e tentariam balancear sua ascensão. Mearsheimer, por exemplo, escreve: “*China cannot rise peacefully [...] Most of China’s neighbors, including India, Japan, Singapore, South Korea, Russia and Vietnam, will likely join with the United States to contain China’s power.*”²³ (MEARSHEIMER, 2006, p. 160). Kang (2007), um dos principais teóricos orientais sobre a ascensão chinesa, critica essa perspectiva e sugere que os Estados do leste-asiático têm-se acomodado perante a ascensão

²² Ver: Mearsheimer (2001 e 2006), Arrighi (1996 e 2008), Kennedy (1990), entre outros.

²³ A China não irá ascender pacificamente [...] A maioria dos vizinhos chineses, incluindo a Índia, Japão, Cingapura, Coréia do Sul, Rússia e Vietnã provavelmente irão juntar-se aos Estados Unidos para conter o poder Chinês (MEARSHEIMER, 2006, p. 160 – tradução livre do autor).

chinesa, e não balanceado, pois seriam os interesses e as identidades²⁴ que trariam ameaça ou estabilidade nas relações internacionais – e não o poder, como a teoria realista preconiza. Para Kang (2007), portanto, a teoria realista não explica a realidade da Ásia, conforme o autor sugere em excerto abaixo:

*[...] for too long international relations scholars have derived theoretical propositions from the European experience and then treated them as deductive and universal. [We] build an important new line of research that corrects this scientifically indefensible parochialism.*²⁵ (KANG, 2007, p. 23)

Kang (2007) aponta que alguns teóricos realistas²⁶ explicam a atual estabilidade e a ausência de balanceamento na Ásia argumentando que os Estados do leste-asiático são muito pequenos para balancear a China, ou que o período de trinta anos desde o início do processo de ascensão chinesa ainda não foi suficiente para que as iniciativas de balanceamento emergissem. Entretanto, o autor ressalta que estes argumentos não tem fundamento empírico e não estão de acordo com alguns dos preceitos básicos da teoria realista. Em relação ao primeiro argumento, Kang (2007) apresenta alguns exemplos históricos de Estados pequenos que balancearam grandes potências²⁷, para sugerir que caso a China representasse uma ameaça seus vizinhos iriam balanceá-la independentemente de seu tamanho. Em relação ao segundo argumento, o autor aponta que um dos preceitos da teoria realista diz que os Estados são preocupados com possibilidades futuras e preparam-se para enfrentá-las no presente. Portanto, segundo este preceito, a China já deveria estar provocando comportamento balanceador entre seus vizinhos. Nas palavras de Kang:

*There are sound theoretical reasons to doubt whether balancing behavior is homogeneously distributed across regions, and thus there is no theoretical reason to think that because Europe has a history of balancing, East Asia must see balancing in the future as well*²⁸ (KANG, 2007, p. 22).

²⁴ Identidade é vista por Kang (2007) como um conjunto de ideias padrão de como uma determinada nação se define no mundo, e o que ela julga ser um papel apropriado para ela e para outras nações. A identidade é um conjunto de características relativamente estáveis a respeito do entendimento de outras nações e das expectativas socialmente construídas sobre si e sobre outros. Identidades nacionais são constituídas através de dois meios básicos: as interações entre países no presente e as narrativas presentes no seu passado em comum.

²⁵ Por muito tempo os acadêmicos de Relações Internacionais derivaram proposições teóricas da experiência europeia e trataram-nas como dedutivas e universais. Nós construímos uma importante nova linha de pesquisa que corrige esse parochialismo cientificamente indefensável. (Tradução livre do autor).

²⁶ Ver, entre outros: Mearsheimer (2006).

²⁷ Kang (2007) cita a Coreia do Norte desafiando os Estados Unidos, o Vietnã atacando a China em 1979 e o Japão entrando em uma guerra contra os Estados Unidos que sabia que não venceria.

²⁸ Há fortes argumentos teóricos para discordar que o comportamento balanceador seja distribuído homogeneamente por todas as regiões do globo e, portanto, não há razões teóricas para pensar que já que a

A perspectiva de Kang (2007), enfatiza identidades e interesses, diferindo da visão realista, que aponta para o poder como variável definidora das relações entre os atores do sistema internacional. Estados poderosos geram oportunidades e ameaças, sendo que o enigma em que atores relativamente menos poderosos encontram-se imersos quando enfrentam um vizinho poderoso é se o Estado dominante for essencialmente benigno, o Estado relativamente menos poderoso tende a adotar uma posição de acomodação que o permita beneficiar-se das relações positivas com o vizinho. Destarte, o Estado menor poderá gastar menos em defesa e beneficiar-se economicamente das suas relações próximas com o vizinho poderoso ou em ascensão. Todavia, se o Estado dominante for essencialmente expansionista e perigoso, o Estado menor tenderá a adotar uma posição mais cautelosa, visando defender a si mesmo. O cálculo de ameaças que um Estado menor faz é portanto, função do que ele acredita ser a identidade e o interesse do Estado dominante dentro das relações internacionais, e não função do poder relativo em relação ao ator dominante (KANG, 2007).

Kang (2007) aponta que, entre 1300 e 1900, o poder preponderante chinês nunca gerou ímpetos de balanceamento por parte de seus vizinhos. Se o sistema tinha equilíbrio, não foi como resultado de um processo de balanceamento, mas devido ao crescimento do poder doméstico chinês, que garantia a estabilidade do sistema. Quando a China era forte e estável, a ordem era preservada. Quando a China declinava, surgiam períodos de caos generalizado e conflito. Neste sentido, Kang (2007) aponta que até a invasão das potências ocidentais no século XIX, o leste-asiático foi essencialmente estável e pacífico. Há basicamente três motivos que explicam a estabilidade e pacificidade da ordem: (i) a distribuição de poder e de benefícios reforçavam a dominação chinesa; (ii) cultura e ideais sustentavam uma hierarquia estável e (iii) a difusão de instituições chinesas e sua influência nas políticas domésticas de outras nações do sistema. Ademais, a China sempre teve uma política de não intervenção perante seus Estados tributários, desde que sua soberania fosse reconhecida e não ameaçada (KANG, 2007).

Kang (2007) remonta que as relações da China Imperial com o sudeste asiático eram, de maneira geral, baseadas em *soft power*. Foi o poder econômico chinês e a sua superioridade cultural intrínseca que trouxeram os seus vizinhos para dentro de sua órbita e foram o ímã para a manutenção das relações, ao contrário da história ocidental com grande

parte de suas relações sustentadas por disputas de poder (*hard power*) e por cálculos militares. Kang (2007) aponta que a China tem consciência que ganharia pouco iniciando conflitos com seus vizinhos e que tem muito a ganhar com as boas relações. Ele acrescenta que há muito otimismo no sudeste asiático e que os países da região tendem a compartilhar de uma visão da China mais benigna do que a teoria convencional de Relações Internacionais pode prever. O autor explica:

*The key is that East Asian international relations emphasized formal hierarchy among nations while allowing considerable informal equality. This system was materially based and was reinforced through centuries of cultural practice. This contrasts with the Western tradition of international relations that consisted of formal equality between nation-states, informal hierarchy, and almost constant interstate conflict*²⁹ (KANG, 2010, p. 25)

As potências em ascensão apresentam oportunidades e ameaças; a China, igualmente, apresenta oportunidades econômicas e potenciais ameaças militares aos seus vizinhos. Entretanto, segundo Kang (2007), a percepção dos vizinhos chineses é de que as oportunidades superam as ameaças. Além disso, os países do leste-asiático preferem uma China forte do que fraca, pois uma China forte é capaz de estabilizar a região, enquanto que uma China fraca pode incentivar iniciativas de balanceamento e desestabilizar a ordem. Assim, a probabilidade de que a China irá buscar expansão territorial e uso de força é baixa ou nula – a China perseguirá sua estratégia de ascensão através da estabilidade e de relações pacíficas com seus vizinhos (KANG, 2007).

Hu Angang³⁰ (2010), professor da Tsinghua University e renomado teórico da ascensão chinesa, estuda a reordenação política e econômica do sistema internacional e qual a posição que a China desempenhará nesta nova realidade. O autor aponta para duas grandes tendências na nova configuração global, quais sejam: (i) o aumento da demanda por bens públicos globais³¹, sem uma contrapartida na oferta e (ii) um sistema de governança global falho devido à irracionalidade econômica e política, com as organizações internacionais incapazes de gerenciar crises políticas, econômicas e ambientais. Segundo a perspectiva do autor, a presente ascensão chinesa é um ponto positivo para a ordem global e traduz-se na

²⁹ O ponto central é que as Relações Internacionais do Leste Asiático enfatizavam uma hierarquia formal entre nações, enquanto permitiam uma igualdade informal. O sistema era baseado e reforçado, ao longo dos séculos, por práticas culturais. Isso contrasta com a tradição ocidental de Relações Internacionais, que consiste em uma igualdade formal entre nações, em uma hierarquia informal e em quase constante conflito entre Estados. (tradução livre do autor)

³⁰ No original: 胡鞍钢

³¹ Bens públicos globais são interpretados por Hu (2010) como pré-condições para o bem-estar de uma nação; o autor exemplifica: segurança global, segurança ecológica, segurança da saúde, entre outros.

oportunidade da nova potência exercer liderança na oferta de bens públicos globais e na elaboração de um novo sistema de governança global mais igualitário e eficiente. Nas palavras do autor:

*China will play an increasingly greater role in shaping the world order and will undertake greater responsibilities of providing global public goods and global governance*³² (HU, 2010, p. 1).

Hu (2010) aponta que apesar do aprofundamento do processo de globalização, ainda há carência de uma estrutura de governança efetiva; o atual sistema de governança não consegue fornecer os bens públicos globais demandados, e tampouco alcançar um acordo global em prol de meio ambiente ou evitar a proliferação de armas de destruição em massa. Segundo Hu (2010), esses fatores têm mostrado a incapacidade de o atual sistema de governança global exercer uma liderança eficaz. Isto posto, o autor, através de uma visão bastante otimista, argumenta que a China assumirá liderança em diversos pontos da agenda global – destacando-se a oportunidade de tornar-se um agente promotor da liberalização comercial e da globalização econômica, um líder na construção de um novo sistema de governança global, um fornecedor de bens públicos globais, e por fim, um modelo de desenvolvimento sustentável e líder da quarta Revolução Industrial (a Revolução Verde).

Segundo o autor, a crise ambiental que o planeta enfrenta é de longe o maior desafio à humanidade e à ordem internacional – maior inclusive do que crises econômicas ou políticas. Neste contexto, a Revolução Verde seria o mais importante motor de desenvolvimento da ciência e de novas tecnologias, passando a configurar a quarta Revolução Industrial e mudando profundamente o panorama social e econômico. Hu (2010) aponta que a China utilizar-se-á da Revolução Verde para tornar-se o líder de inovações tecnológicas e o motor do crescimento econômico no novo século. O autor preconiza que a China encontra-se em seu melhor momento econômico, científico e político, apresentando oportunidades históricas para atingir o seu desenvolvimento pacífico. Portanto, é de suma importância que a China tome posições perante o sistema internacional e siga estratégias de desenvolvimento coerentes com a nova situação do país e com a realidade da situação internacional³³. Neste sentido, Hu escreve:

³² A China terá um papel cada vez mais ativo em moldar a ordem internacional e em tomar maiores responsabilidades no fornecimento de bens públicos globais e na governança global. (tradução livre do autor)

³³ Deng Xiaoping, quando das modernizações e da abertura chinesa, tinha como objetivo central o desenvolvimento doméstico sem a busca de hegemonia ou liderança internacional. Hu (2010) aponta que de

When viewed from the modern world history, never before had the world so needed China as today; never before had China so needed the world as today. The Chinese leadership must shift from the position of passive coping and participation to a stance of active participation and even leading the global and regional affairs. [...] If China does not play the leader, it would be unable to protect the huge interests abroad. To be a leader does not necessarily mean to seek hegemony. It means to become an important pole in the multipolar new international order. [...] Now it would be harmful to reputation not to be a leader and it is even more harmful not to take the lead in taking up international responsibilities.³⁴ (Hu, 2010, p.21)

O autor conclui que a ascensão chinesa não modifica apenas a configuração econômica e política internacional, ela também modifica o papel da China no sistema internacional. Essa nova situação apresenta desafios e oportunidades, com as oportunidades estando em primeiro lugar e os desafios, em segundo lugar. A China seguirá sua trajetória de desenvolvimento e de ascensão pacífica, terá a oportunidade de exercer liderança na chamada Quarta Revolução Industrial, de expandir seu *soft power* para além de suas atuais áreas de influência e de remodelar o sistema de governança global. Entretanto, para corresponder a tais oportunidades, o gigante asiático terá de abandonar sua posição de relativo isolamento e exercer liderança perante o sistema internacional (HU, 2010).

Zheng Bijian³⁵ é outro importante teórico do processo de ascensão chinesa e de suas consequências para o sistema internacional. Zheng é criador do conceito de “ascensão pacífica” e atual *chairman* do *China Reform Forum* além de consultor de estratégias internacionais do governo chinês. Sua tese central é que a China perseguirá uma trajetória de ascensão não sustentada na expansão territorial ou na imposição de ameaças a outros países, conforme deram-se as ascensões e quedas das grandes potências no ocidente, mas sustentada no esforço doméstico em busca do desenvolvimento. Em comparação com as nações em ascensão do passado, Zheng aponta que a China buscará um caminho diferente, trabalhando para integrar-se com o mundo, em vez de desafiá-lo (ZHENG, 2005).

certa maneira, esse parece ainda ser o *mainstream* dos atuais líderes chineses. Entretanto, a situação chinesa e internacional agora é bastante distinta e a falta de um caráter de liderança da China poder ser prejudicial para o desenvolvimento (HU, 2010).

³⁴ Dentro da história moderna, nunca o mundo precisou tanto da China como hoje e nunca a China precisou do mundo tanto quanto hoje. A liderança chinesa deve deslocar-se de sua posição passiva de aceitação e participação para uma posição ativa de liderança dos assuntos regionais e internacionais. [...] Se a China não agir como líder, ela será incapaz de defender seus interesses no exterior. Ser um líder não significa necessariamente buscar hegemonia. Significa tornar-se um importante pólo na ordem internacional multipolar. [...] Agora, seria prejudicial à reputação chinesa não adotar uma posição de líder, e pode ser ainda mais prejudicial não tomar a iniciativa de tomar responsabilidades internacionais. (tradução livre do autor)

³⁵ No original: 郑必坚.

*China will have a totally different path of development from the path of rise of all major powers in the world since modern history [...]. Our brand new path relies upon the following factors, namely: relying on our own development; relying on the opening up of markets; relying on institutional innovation; relying on getting connected with economic globalization instead of being isolated from it; and relying on reciprocity and mutual benefit with other countries for the purpose of win-win relations*³⁶ (ZHENG, 2005, p. 5-6)

Entretanto, diversos críticos à visão de Zheng têm apontado para o fato de que a ascensão pacífica da China não depende só dela mesma – a ascensão pacífica chinesa também demandaria que o resto do mundo criasse um ambiente internacional favorável para tal ascensão, além da própria China gerenciar os seus problemas internos que eventualmente podem entravar uma ascensão com caráter pacífico. O próprio Zheng aponta para diversos desafios internos que a China terá de enfrentar em sua trajetória de ascensão, como a falta de recursos naturais, poluição, corrupção, a questão da legitimidade política e o desenvolvimento socioeconômico desigual. Além destes, ainda existem os desafios externos, como a resistência das potências já estabelecidas perante sua ascensão, especialmente dos Estados Unidos. Neste sentido, Zheng (2005) escreve:

We are soberly aware that at present economic development is not comprehensive, it is unequal, and it remains at a low level. There is still a long way to go. China remains a developing country, and a developing country facing a host of big problems at that. So, what are these big problems? Here are two simple questions of mathematics. One concerns multiplication, the other concerns division:

- *Multiplied by 1.3 billion, any problem of economic or social development, no matter how small or negligible it seems to be, will become a big or even a huge problem.*
- *Divided by 1.3 billion, China's financial and material resources, no matter how abundant they are, will be at extremely low per capita levels*³⁷. (ZHENG, 2005, p. 13).

³⁶ A China vai ter uma trajetória de desenvolvimento totalmente diferente da trajetória de ascensão das principais potências na história moderna mundial [...]. A nossa nova trajetória tem origem nos seguintes fatores, quais sejam: confiar no nosso próprio desenvolvimento; confiar na abertura de nossos mercados; confiar na inovação institucional; confiar em estar conectado com a globalização econômica em vez de estar isolado dela; confiar em reciprocidade e benefício mútuo com outros países com o propósito de relações com ganhos absolutos (ZHENG, 2005, p. 5-6 – tradução livre do autor).

³⁷ Estamos conscientes que o desenvolvimento econômico atual não é abrangente, é desigual e permanece em níveis baixos. Ainda há um longo caminho pela frente. A China continua sendo um país em desenvolvimento, e um país em desenvolvimento que enfrenta muitos problemas. Mas, quais são estes problemas? Há duas simples questões matemáticas. Uma é de multiplicação e uma é de divisão: (i) multiplicado por 1,3 bilhão, qualquer problema de desenvolvimento econômico ou social, não importa o quão pequeno ele seja, tornar-se-á um

Zheng (2005) conclui que a ascensão pacífica chinesa não buscará hegemonia ou dominação, nem tampouco irá tentar lutar contra a hegemonia de outras nações. A ascensão chinesa advoga uma nova rumo a uma ordem econômica e política de reformas e democratização das relações internacionais. Assim, a China será uma força construtiva de paz e estabilidade, cuja trajetória de ascensão pacífica trará consigo oportunidades e não ameaças. Apesar disso, Zheng (2005) não nega que a China terá de enfrentar diversas dificuldades internas em seu caminho de ascensão, como a estrutura dual dos campos e das cidades, a questão da legitimidade dos governantes, os entraves resultantes de uma grande população e a questão de Taiwan.

2.1.3 Comparação da Perspectiva Ocidental com a Perspectiva Chinesa

Nas seções anteriores, este trabalho dedicou-se a fazer uma apresentação da interpretação da ascensão chinesa à luz das principais perspectivas teóricas ocidentais – teoria realista e teoria liberal das Relações Internacionais – e também à luz da perspectiva teórica dominante entre os meios acadêmicos chineses. Nesta seção, será feita uma comparação das visões preconizadas por estas distintas perspectivas teóricas e de como elas percebem a ascensão chinesa.

A teoria realista desenha o sistema internacional governado pela anarquia e parte da percepção de que os únicos atores das relações internacionais são os Estados, que têm interesses próprios e competem por ganhos relativos de poder. Neste sentido, os Estados agem racionalmente prezando pela sua sobrevivência tentando maximizar seu poder e defender suas agendas, frequentemente causando tensões e conflitos com outros atores do sistema. Isto posto, a ascensão chinesa, segundo esta perspectiva teórica, teria considerável potencial para desestabilizar o sistema, cuja intensidade varia segundo a corrente literária dentro da teoria realista. Mearsheimer (2001 e 2006), principal expoente do realismo ofensivo, preconiza que a ascensão chinesa, caso ocorra, não será de maneira pacífica e que os vizinhos chineses irão unir-se aos Estados Unidos para contê-la. A consequência seria uma grande disputa entre os Estados Unidos e a China, no processo de definição da configuração do sistema internacional das próximas décadas, dentro do que Mearsheimer chama de “*the tragedy of great power politics*”.³⁸ Já Waltz (1979 e 2000) e Layne (2012), teóricos do realismo defensivo, adotam

problema enorme e (ii) dividido por 1,3 bilhão, os recursos materiais e financeiros da China, não importa o quão abundantes eles sejam, estarão em níveis per capita extremamente baixos (ZHENG, 2005, p. 13 – tradução livre do autor).

³⁸ A tragédia da política das grandes potências (tradução livre do autor).

uma perspectiva relativamente mais pacífica que a de Mearsheimer, dentro da qual a trajetória de ascensão chinesa pode ser acompanhada de instabilidades ou até mesmo de conflitos, caracterizados pelo processo de balanceamento externo de transição do sistema unipolar para o bipolar. Destarte, em seguida, seria constituída uma balança de poder relativamente estável em que a China e os Estados Unidos provavelmente dividiriam as responsabilidades hegemônicas dentro de um mundo bipolar.

Por outro lado, a teoria liberal está sustentada pela ideia de que o aumento dos vínculos econômicos e dos laços institucionais, aumenta as chances de cooperação e diminui as chances de conflito. Os liberais discordam da visão realista ao sugerir que além dos Estados, o sistema internacional ainda pode ter outros atores relevantes, como organizações internacionais, empresas ou até mesmo indivíduos. Eles ainda apontam que as preferências dos Estados são os principais determinantes do seu comportamento, diferentemente dos realistas que sugerem que os hiatos de poder definem a posição de um Estado dentro do sistema. Portanto, a perspectiva liberal sugere que a integração da China na economia global e sua crescente participação em organizações internacionais traz ganhos absolutos, reduzindo as ameaças de uma China beligerante e aumentando as possibilidades de uma ascensão pacífica (IKENBERRY, 2011; KISSINGER, 2011). Entretanto, autores como Nye (2012) sugerem que apesar do declínio relativo do poder norte-americano e da ascensão chinesa, a China tem uma série de desafios que não vão permiti-la de superar os Estados Unidos em um futuro próximo. Porém, Ikeberry (2011) aponta que mesmo dentro do contexto de declínio relativo estadunidense, as instituições multilaterais liberais não vão ser substituídas por uma nova ordem criada pelas nações emergentes.

Já a perspectiva teórica dominante entre os meios acadêmicos chineses assemelha-se mais a teoria liberal, ao preconizar que o país terá uma ascensão pacífica sem causar instabilidades no sistema (KANG, 2007; HU, 2010; ZHENG, 2005). Esta visão ainda sugere que a ascensão chinesa representa um ponto positivo para a ordem global (HU, 2010) e critica a visão realista, que sugere que a experiência europeia de ascensão de potências, frequentemente acompanhada de guerras e balanceamento de poder, também tenderia a ser replicada para o caso da ascensão chinesa (KANG, 2007). Porém, a visão de Hu (2010) de que a China, em sua trajetória de ascensão, contribuiria para a democratização das relações internacionais através da formulação de uma nova estrutura de governança política e econômica difere significativamente daquela de Ikenberry (2011), que preconiza que a China, em sua ascensão, utilizará as organizações internacionais ocidentais para projetar poder e ganhar legitimidade

frente as outras potências. A visão chinesa também parece ter diferenças significativas com aquela preconizada por Nye (2012), que aponta para uma série de desafios que dificultarão que a China supere os poder norte-americano em um futuro próximo.

2.2 A Estratégia Diplomática Chinesa

A China, nos últimos anos, passou de uma posição de isolamento para uma posição de motor da economia globalizada, de um exército obsoleto a uma força profissional detentora de alta-tecnologia, da hostilidade perante instituições internacionais para a participação ativa em organizações multilaterais. Neste ínterim, a diplomacia chinesa também tornou-se cada vez mais sofisticada, expandido suas fronteiras de atuação da Ásia para o mundo inteiro – a política externa chinesa tornou-se menos pessoal, menos radical, menos ideológica, e mais pragmática e profissional. Os interesses nacionais chineses tornaram-se mais definidos no plano internacional e a perseguição desses interesses tornou-se mais realista e flexível (HAO, 2009). Para melhor compreender os efeitos da ascensão chinesa sobre o Brasil, propósito central deste trabalho, torna-se importante ter uma compreensão dos princípios gerais da política externa chinesa, da sua evolução e das suas estratégias.

Analisar a história da diplomacia chinesa *per se* não nos daria uma imagem fidedigna da realidade atual da política externa chinesa; entretanto, desconsiderar sua tradição histórica e seus princípios, considerando somente a situação presente, também configuraria uma interpretação parcial. A tradição é um importante ingrediente na política externa chinesa contemporânea, e é o ingrediente que parece estar faltando em grande parte das interpretações de estudiosos ocidentais da diplomacia do gigante asiático. Isto posto, nesta seção, será feita uma breve introdução das linhas gerais da política externa chinesa, à luz dos escritos de teóricos ocidentais e chineses, sempre buscando fazer paralelos com a relação com o Brasil. Além disso, também serão introduzidos alguns conceitos importantes, como a ascensão pacífica e os cinco princípios da coexistência pacífica.

O sistema tributário chinês, método organizacional das relações internacionais chinesas antes de seu contato com o ocidente, era o mecanismo através do qual o Império Chinês mantinha relações com seus vizinhos e praticava conceitos de política externa³⁹. A estrutura do sistema era hegemônica e hierárquica, em que a China tinha as responsabilidades de ser o ator líder do sistema e em que os outros atores na periferia reconheciam a

³⁹ Se julgado à luz do Sistema Westphaliano de Estados, o sistema tributário chinês não pode ser considerado como um sistema internacional, pois não conhecia-se o conceito de soberania e tampouco o de Estado-nação.

superioridade chinesa e a honravam com um papel central. O princípio organizador do sistema tributário era a noção confuciana de *li* (禮), ou ritual, em que os Estados vassalos pagavam tributos à China e recebiam ajuda econômica e segurança em troca. O outro princípio governante era o princípio confuciano *ren* (仁)⁴⁰, carregando o significado de moralidade e benevolência, que preconiza que, apesar de estarem inseridos em uma relação hierárquica, os atores do sistema teriam uma relação com a China como uma relação de pai e filho, e não uma relação de servidão (QIN, 2010). A concepção chinesa das relações internacionais, apoiada em ideais confucionistas e taoistas, exercera um poder de atração superior àquele dos países ocidentais em grande parte dos países asiáticos, que viam com bons olhos a preservação de um legado comum. Este aspecto cultural, além do peso econômico e militar, não deve ser desconsiderado de uma análise de política externa (MENDES, 2008).

Na metade do século XIX, as potências ocidentais começaram a penetrar no sistema tributário chinês e a história testemunhou um choque entre os dois sistemas. De um lado estava o sistema westphaliano, formado em 1648, com o Estado-nação como o ator central, a soberania como norma fundamental e a balança de poder como principal mecanismo para manutenção da ordem. De outro lado, o sistema tributário, com o Império Chinês como potência líder do sistema, o ritual confuciano como princípio organizador e a moral confuciana como mecanismo para manutenção da ordem. O ocidente venceu o choque de sistemas e a China submergiu em uma sociedade semifeudal e colonial por um século, com derrotas armadas e assinatura de tratados desiguais. A China somente iniciaria sua trajetória de recuperação em meados do século XX, quando da proclamação da República Popular da China e quando também começa a ser escrita a história moderna da política externa chinesa (QIN, 2010).

Poucos anos após a proclamação da República Popular da China, Zhou Enlai, então Ministro das Relações Exteriores e considerado pai da diplomacia chinesa, enunciara, em 1954, os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, na esteira das negociações entre a China e Índia pela porção territorial correspondente ao Tibet. Os cinco princípios são: (i) respeito mútuo à soberania e à integridade territorial, (ii) não-agressão, (iii) não-interferência nos assuntos internos de outros países, (iv) igualdade e benefícios recíprocos e (v) coexistência

⁴⁰ As cinco grandes relações confucionistas – imperador/súdito, pai/filho, irmão mais velho/irmão mais novo, marido/mulher e amigo/amigo – são transpostas para a sociedade internacional, vista como uma família tradicionalmente liderada pela China.

pacífica. Os cinco princípios⁴¹ configuraram-se como a agenda para o posicionamento internacional dos países ativistas do Movimento dos Não-Alinhados durante a guerra fria e permanecem como o padrão norteador da política externa chinesa (QIN, 2010). De fato, os princípios também representaram a afirmação planetária da concepção westfaliana de relações internacionais, que consagrou o Estado como principal ator da política internacional.

O governo de Deng Xiaoping, da segunda geração de líderes chineses, herdara algumas características da antiga política de Mao, porém passara a imprimir marcas próprias na formulação de sua diplomacia. De Mao, herdara-se a oposição às nações hegemônicas, o reforço à cooperação com nações do terceiro-mundo e também a importância depositada nos cinco princípios da coexistência pacífica, que continuavam a ser o padrão norteador da política externa chinesa. Por outro lado, a reforma iniciada com Deng trouxe mudanças profundas à diplomacia chinesa⁴², que perdia seu caráter essencialmente ideológico e passava a agir com maior pragmatismo. A diplomacia de Deng ainda buscava criar um ambiente internacional pacífico e favorável ao desenvolvimento econômico nacional e à reunificação da nação (ZHANG, 2009).

A terceira geração de líderes chineses, assumida por Jiang Zemin, herdou uma situação internacional conturbada com o fim da Guerra Fria e o desmembramento da União Soviética, além das pressões sofridas com o episódio de Tiananmen. A despeito dessas conturbações, Jiang seguiu as reformas estruturais de abertura iniciadas por Deng Xiaoping e também zelou por um ambiente internacional pacífico que propiciasse o desenvolvimento econômico chinês. A reforma política e econômica chinesa adquiria novo ímpeto, e seu objetivo central permanecia em direcionar os esforços do governo para atender as necessidades da economia de mercado. O retorno de Hong Kong e Macau à China, na final da década de 1990, foi uma importante conquista para a política externa chinesa, colocando um ponto final na história de humilhações com potências externas colonizando o território e a autoestima chinesa (ZHANG, 2009). No início do novo século, a China consolidava-se como

⁴¹ A acadêmica Julia Strauss (2012) sugere a reascensão chinesa recicla estes princípios, emulando-os de maneira a conferir mais poder à lógica econômica. Nesse sentido, a autora sugere mais três princípios que, embora não façam parte da retórica oficial do governo chinês, estariam embutidos em sua estratégia desenvolvimentista. O primeiro é chamado de “*fractal*”, e corresponderia a ideia de que a China faça parte e seja uma líder do mundo em desenvolvimento, e com este compartilharia o passado de sofrimento e subdesenvolvimento. Esse princípio vê a China como um exemplo que superou o seu passado de subdesenvolvimento e seria um modelo de desenvolvimento a ser emulado, levando-se em consideração as particularidades de cada país. O segundo e o terceiro princípios sugeridos por Strauss são, respectivamente, (ii) vantagens comparativas e (iii) cooperação horizontal.

⁴² A diplomacia de Deng Xiaoping foi oficialmente denominada pelo governo chinês de “Política Externa Independente para a Paz”, termo criado por Zhao Ziyang, premiê do Conselho de Estado.

uma economia de mercado, ingressava na OMC e tornava-se importante *player* na arena econômica e na política internacional. Halper (2010), sintetiza esse processo através do seguinte excerto:

*Long gone are the ideological crusades of the 1960s – crusades that took Maoism to Africa, spread revolution in Southeast Asia, and sought to overthrow the great powers of the West. On the contrary, capitalism is now a global phenomenon – with China among its greatest champions. And since this new incarnation has embraced the capitalist road, the country has come to rely on international markets, global institutions, and free trade to achieve economic growth*⁴³. (HALPER, 2010, p. 1)

Neste sentido, o final da Guerra Fria e o ingresso da China na OMC, em 2001, trouxeram algumas mudanças significativas aos trilhos diplomáticos chineses. Com o fim da Guerra Fria, a China ajustou-se à nova configuração de poder mundial, agora não mais bipolar, e buscou uma nova posição além da ideológica. Outro reflexo dessa nova estrutura de poder global foi uma redução dos interesses chineses nos conflitos periféricos; esse interesse, quando há agora vem vinculado à questões econômicas ou de fornecimento de bens primários. Já o ingresso da China na OMC constitui-se em um grande passo na integração do país com a economia mundial e em uma demonstração do governo chinês que este está disposto a voltar a ocupar um lugar cada vez mais central no cenário internacional (QIN, 2010). Assim sendo, destacam-se nessa nova realidade da diplomacia três pontos principais, quais sejam: (i) o aumento da participação nos foros multilaterais; (ii) a maior ênfase nas relações com as grandes potências e (iii) a utilização da diplomacia como instrumento para garantir recursos essenciais, como alimentos e energia.

Assim sendo, estar ativamente envolvida na diplomacia multilateral passou a ser característica proeminente da antes isolacionista política externa chinesa. Desde o momento em que reassumira seu assento legítimo no Conselho de Segurança das Nações Unidas em 1971, e com maior ênfase após a entrada no novo milênio, a China gradualmente passa a ter cada vez maior participação na diplomacia multilateral, buscando um ambiente internacional favorável para seu desenvolvimento econômico, além de maior participação e apoio

⁴³ Longe estão as cruzadas ideológicas da década de 1960 – cruzadas que levaram o maoísmo à África, espalharam a revolução pelo sudeste asiático, e tentaram superar as grandes potências do ocidente. Pelo contrário, o capitalismo agora é um fenômeno global – com a China entre os seus principais vencedores. E desde que a China tem seguido a trajetória capitalista, o país tem cada vez mais dependido dos mercados internacionais, das instituições globais e do livre-mercado para atingir crescimento econômico (HALPER, 2010, p. 1 – tradução livre do autor).

internacional nas organizações multilaterais⁴⁴. Todavia, um dos aspectos mais marcantes da diplomacia atual chinesa é a estratégia de utilizar sua política externa como instrumento para garantir acesso a recursos estratégicos, como matérias-primas e energia (QIN, 2010). Assim sendo, uma demanda por recursos sem precedentes, resultado de um expressivo crescimento econômico, da acelerada urbanização e do aumento do padrão de consumo de uma parcela significativa da população, também está guiando a traços da política externa chinesa. Essa estratégia anda de mãos dadas com a crescente atuação nos foros multilaterais, que muitas vezes servem como iniciativa para garantir uma forma segura de acesso ao abastecimento dos recursos naturais dos quais a China tanto carece. Este fato está diretamente ligado com a estratégia chinesa de expansão para a América Latina e África. Neste sentido, Watson (2004) escreve:

*Beijing has slowly and carefully begun to move into Latin America in a meaningful manner. Beijing's primary interests around the globe still lie outside of this region, but China is moving to increase its presence and influence in ways both subtle and probably inevitable. Beijing has several clear cut goals to: 1) access resources, energy and food stuffs (all of which are abundant in Latin America); 2) increase markets for Chinese exports in hopes of diversifying beyond traditional markets such as the United States [...].*⁴⁵ (WATSON, 2004, p. 66).

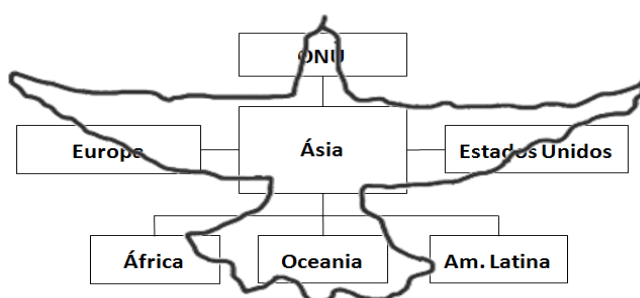
O Conselho de Estado da República Popular da China publicou em 2005 um *white paper* que fornece as linhas gerais da estratégia de política externa perseguida pelo governo chinês. O documento salienta que atingir o desenvolvimento pacífico tem sido o objetivo central do povo chinês e de sua administração central por três décadas e que esta estratégia continuará a ser perseguida nas próximas décadas. O documento enfatiza que “*there are more opportunities than challenges*” no mundo atual e que a ascensão chinesa é uma das principais oportunidades para o desenvolvimento pacífico internacional, e que o desenvolvimento chinês nunca representar á uma ameaça à ordem internacional (CHINA, 2005).

⁴⁴ Essa estratégia de ter uma participação cada vez mais ativa em instituições multilaterais corrobora com a teoria de Ikenberry (2011), que preconiza que a China, em sua ascensão, integrar-se-á às organizações multilaterais ocidentais, com vista de utilizar-se do arcabouço institucional já existente para projetar poder político e econômico sem trazer ameaças ao sistema.

⁴⁵ Pequim tem vagarosamente e cuidadosamente começado a mover-se rumo à América Latina. Os principais interesses de Pequim no globo ainda estão fora da região latino-americana, mas é inevitável que a China tenha um crescimento significativo de sua presença na região. Pequim tem uma série de objetivos: (i) acesso à recursos, energia e alimentos (todos abundantes na América Latina); (ii) aumentar os mercados de suas exportações em vista de diversificar seus mercados tradicionais como os Estados Unidos [...] (WATSON, 2004, p. 66 – tradução livre do autor).

No início de 2008, a Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), órgão hierarquicamente dependente do Conselho de Estado e frequentemente consultado pelo Ministério das Relações Exteriores quando da tomada de decisões, apresentou um relatório intitulado “Modernização da China 2008”. He Chuanqi, diretor da academia e autor do estudo, considerou os últimos 300 anos da história internacional e a realidade da modernização chinesa para sugerir uma estratégia de política externa chinesa. A estratégia, intitulada “Estratégia da Pomba da Paz”, distribui as áreas de atuação da diplomacia chinesa dentro do corpo de uma pomba, seguindo uma lógica de prioridades, conforme a Figura 1 abaixo. Segundo a estratégia, a ONU é a prioridade máxima, aparecendo na cabeça da pomba, seguida da Ásia (peito), Europa e Estados Unidos (asa), em pé de igualdade, com a América Latina, África e Oceania aparecendo em último plano (na cauda da pomba) (HE, 2008).

Figura 1: Estratégia da Pomba da Paz



Fonte: He (2008). Elaboração própria.

Assim, a “Estratégia da Pomba da Paz” revela como a política externa chinesa constrói-se em vários tabuleiros, em uma clara dicotomia estratégica entre a dimensão marítima e a continental. Apesar da modernização da China estar muito associada à sua abertura para o além-mar, o Império do Meio construiu-se com alicerces continentais (MENDES, 2008). Tal dicotomia permanece presente na diplomacia chinesa atual, que investe na relação com os vizinhos asiáticos, sem esquecer da relevância atual das organizações multilaterais, dos Estados Unidos, da América Latina e de outras regiões que tradicionalmente não faziam parte da *alma mater* da política externa chinesa.

O posicionamento da ONU na cabeça da pomba está de acordo com o princípio base do estudo, de seguir a Carta das Nações Unidas e promover a paz mundial. A posição da ONU também está alinhada com a estratégia chinesa atribuir maior relevância ao plano multilateral, apelando a uma maior democratização das relações internacionais no ímpeto de defender sua agenda frente às grandes potências. Em relação à Ásia, o estudo revela a esfera regional como

essencial para a política externa chinesa. O estudo sugere a criação de um novo bloco regional, a “Associação Asiática”, que seria dirigido pela China, diferentemente da ASEAN, como uma maneira de remontar a posição que a China tinha durante o sistema tributário. Em relação à América Latina, que aparece na cauda da pomba, segundo He Chuanqi, autor do estudo, isto não significa que ela seja insignificante para Beijing – pelo contrário, o autor afirma que a cooperação com estas regiões também ajuda a China a encontrar um equilíbrio na relação entre o ocidente e o oriente e que não se pode ter uma boa estrutura sem a base (HE, 2008).

Dois especialistas chineses da Academia de Ciências Sociais da China fizeram um estudo das estratégias da política externa chinesa. Os autores apontaram que há quatro grandes linhas que a diplomacia chinesa persegue, quais sejam: (i) uma “*great-power diplomacy*” envolvendo fortes esforços da China para manter boas relações com os Estados Unidos e outras potências para acentuar a imagem chinesa de grande potência; (ii) uma diplomacia positiva e ativa com os países vizinhos para evitar possíveis alinhamentos da região com outras potências; (iii) uma participação crescente da China em organizações internacionais, muitas das quais antes eram vistas com maus olhos, mas agora tornam-se essenciais para objetivos econômicos e securitários chineses e (iv) uma motivação crescente para adquirir responsabilidades e compromissos internacionais (TANG & ZHANG, 2005). Os autores ainda apontam que a China busca, através de sua estratégia, mostrar ao mundo a sua chegada à condição de grande potência, forjando relações amigáveis com países distantes a fim de desenvolver novos aliados e ter acesso aos tão necessitados recursos naturais, e também evitando que tais países juntem-se aos Estados Unidos no futuro para fazer pressões contra a China. Esta estratégia parece resumir alguns dos motivos pelos quais a China busca maior aproximação com o Brasil.

O crescente vazio espiritual chinês, resultante de uma crise de identidade civilizacional e do enfraquecimento progressivo da ideologia comunista, tem sido combatido com o nacionalismo, manipulado pelo governo chinês como fator de unificação nacional e de legitimidade no poder (MENDES, 2008). A estratégia de levantar a bandeira nacionalista no plano interno, leva o governo a algumas atitudes assertivas no plano externo: o direito de pôr fim e de recuperar-se das humilhações passadas e a estratégia de recuperação de territórios perdidos. Consumada a reunificação de Hong Kong (1997) e Macau (1999), Taiwan é o objetivo último da estratégia de reunificação nacional, revestindo-se de grande simbolismo para o regime e para a população em geral. Para o governo chinês, a integridade territorial é o

fator político, econômico e social prioritário⁴⁶. Todavia, apesar da liderança chinesa ter promulgado a lei anti-secessão que legitimiza a utilização de força caso Taiwan declare unilateralmente a independência, Beijing tem optado claramente pela manutenção do *status quo*⁴⁷ (MENDES, 2008).

Em um misto entre o ímpeto nacionalista de reconquistar a supremacia imperial do passado e o pragmatismo de integrar-se ao sistema internacional atual, a diplomacia chinesa joga em vários tabuleiros, sempre enfatizando o caráter pacífico de sua ascensão. A liderança do partido comunista busca a manutenção de um sistema internacional que forneça um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico chinês, mantendo a estabilidade política e social no plano doméstico. No plano multilateral, percebe-se uma China crescentemente participativa, demonstrando de que está disposta a ocupar uma posição cada vez mais central no cenário internacional. No plano bilateral, a diplomacia chinesa tem demonstrado entusiasmo particular no desenvolvimento de relações com as grandes potências, com o objetivo de afirmar-se como uma delas, e também na relação com países periféricos, que servem de apoio em organizações internacionais, no objetivo do isolamento diplomático de Taiwan, ou como fonte de recursos estratégicos dos quais a China tanto carece. O caso brasileiro é representativo, na medida em que a China é o maior país em desenvolvimento do mundo e o Brasil o maior país em desenvolvimento das Américas. A parceria estratégica envolve apoio mútuo em foros multilaterais, acesso a bens de consumo e de capital por parte do Brasil e acesso a recursos estratégicos por parte da China, além de constituir-se em um dos maiores exemplos de relação entre dois países emergentes neste novo contexto de reordenação geopolítica e geoestratégica do sistema internacional.

2.2.1 A Ascensão Pacífica

O projeto da ascensão pacífica chinesa é bastante presente em discussões do mundo acadêmico e constitui-se em uma das principais retóricas nos discursos oficiais do governo chinês, presente também em grande parte dos documentos oficiais. A expressão “ascensão pacífica”⁴⁸ é frequentemente pronunciada desde o final de 2003, quando o presidente Hu Jintao a utilizou pela primeira vez, para referir-se à estratégia do crescimento econômico e

⁴⁶ Apesar de não temerem uma invasão territorial, a liderança chinesa está consciente da delicadeza da questão de Taiwan e de outros territórios do mar do sul da China. Da mesma maneira, políticas mais assertivas também são percebidas em regiões que ameaçam ímpetus separatistas, como o Tibet e Xinjiang.

⁴⁷ A liderança chinesa parece buscar evitar a todos os custos uma intervenção militar em Taiwan, temendo uma possível retaliação norte-americana, o agravamento da já hostil relação com o Japão, e o prejuízo em sua imagem internacional.

⁴⁸ No original, 和平崛起 (heping jueqi).

político-militar chinês, acompanhado de uma crescente inserção internacional sem trazer desestabilidades à ordem vigente. Com a utilização do termo por Wen Jiabao, primeiro ministro da China, e por grande parte do corpo diplomático e dos políticos, a expressão ganhou força e tornou-se sinônimo da ascensão chinesa.

A crescente utilização do termo “ascensão pacífica” provocou debates dentro da academia e mesmo dentro do Partido Comunista Chinês acerca do sentido desta terminologia e da adequação ou não de sua utilização. Há críticas que dizem que o termo “ascensão” traria uma conotação disruptiva da emergência de um novo poder, o que poderia desagradar a comunidade internacional e especialmente os países vizinhos⁴⁹. Por outro lado, quanto à expressão “pacífica”, as objeções são menores, concentrando-se na parcela militar, que acredita que a utilização deste termo poderia denotar uma mensagem harmoniosa perante Taiwan e outros territórios em disputa (GLASER, 2007). Desta discussão, surgiram novas terminologias para descrever este processo de ascensão chinesa, tendo destaque os termos “trajetória de desenvolvimento pacífico”, “rejuvenescimento pacífico” e “desenvolvimento pacífico”⁵⁰.

A utilização da expressão “desenvolvimento pacífico”, em vez de “ascensão pacífica”, parece ter sido o remédio encontrado pelas autoridades chinesas. O progressivo emprego desta expressão pelo governo chinês evidencia a hipótese de que a denominação “desenvolvimento” transmite uma conotação menos agressiva da China e, portanto, seria mais apropriado para contrapor a hipótese realista da “ameaça chinesa”. Zheng Bijian (2005), o criador da expressão, sugere que o “desenvolvimento pacífico” seria o trajeto a ser perseguido para a modernização da China, através da tecnologia, dos recursos e do capital alcançados de maneira pacífica.

Dada a importância que a comunidade acadêmica deu à discussão e à relevância da temática para os governantes chineses, o governo chinês, através do Conselho de Estado, pronunciou-se sobre o tema através de documento oficial intitulado “Trajetória Chinesa de Desenvolvimento Pacífico”.⁵¹ As diretrizes preconizadas pelo documento compreendem diversas áreas e traçam um quadro geral da estratégia chinesa de desenvolvimento pacífico. O

⁴⁹ Na China ainda houve discussões a respeito da linguística do termo. A denominação “ascensão”, em mandarim, é 崛起 (jueqi), que possui em seu radical 崛 (jue) a ideia de ruptura brusca, imagem que o governo chinês não gostaria de transmitir.

⁵⁰ Na terminologia em inglês: “Peaceful Development Road”, “Peaceful Rejuvenation” e “Peaceful Development”.

⁵¹ No original: 中国和平发展 (zhongguo heping fazhan) – China’s Peaceful Development Road.

documento é constituído de cinco partes, que abordam respectivamente, (i) a modernização chinesa através do desenvolvimento pacífico, (ii) a promoção da paz através do crescimento chinês, (iii) as reformas e inovações institucionais, (iv) as relações pacíficas com os demais países e (v) e a construção de um mundo harmonioso e pacífico (CHINA, 2005). Estes pontos serão brevemente abordados em seguida.

O documento enfatiza a trajetória de desenvolvimento pacífico da China e como ela está relacionada com as condições domésticas, com a história e a tradição cultural do país e com as linhas gerais da diplomacia chinesa. Também enfatiza-se que a ascensão chinesa seria um importante fator para o desenvolvimento de toda a sociedade internacional, ressaltando que o desenvolvimento chinês não é uma ameaça, pelo contrário, contribuirá para a paz no sistema internacional. Todavia, o documento reconhece as fraquezas no desenvolvimento do país, como a desigualdade econômica e social do país. No que concerne à relação com os outros países, o discurso oficial chinês defende a ideia da interdependência nas relações internacionais, em que o mundo beneficia-se do desenvolvimento chinês e a China beneficia-se do relacionamento com os demais países. A última parte do documento destaca a preocupação chinesa em construir um ambiente internacional de paz e prosperidade, remetendo aos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica e enfatizando a ajuda chinesa à países em desenvolvimento, em especial à África, através do tratamento tarifário diferenciado, da construção de infraestrutura e da qualificação de mão-de-obra (CHINA, 2005).

Todavia, a estratégia de desenvolvimento pacífico da China não deve ser analisada como um fator isolado, já que está inserida na realidade das relações internacionais e, destarte, será acompanhada de mudanças e sofrerá contrapartidas. Ikenberry (2011) preconiza que a ascensão chinesa representa uma nova configuração para o sistema internacional, mas não necessariamente acompanhada de um declínio da ordem ocidental. Segundo o autor, a China tenderá a integrar-se ao aparato institucional já constituído, o que resultaria na manutenção da ordem liberal internacional e das instituições multilaterais constituídas pelo ocidente, mas agora sob liderança chinesa. A crescente participação da China em organizações internacionais na América Latina⁵² e no mundo corrobora com a assertiva de Ikenberry (2011). Entretanto, o fato de a China utilizar-se do sistema liberal internacional constituído pelo ocidente não é sinônimo de que ela manterá tal configuração institucional caso realmente

⁵² Somente na América Latina, a China participa como membro-observador e acionista do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), é membro-observador da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e da ALADI. Além disso, estabeleceu uma Comissão de Diálogo MERCOSUL-China e uma Comissão de Diálogo Comunidade Andina-China

torne-se um ator hegemônico no sistema; portanto, pode-se afirmar que a China está integrando-se ao aparato institucional construído sob a hegemonia norte-americana, mas não que a ascensão chinesa não provocar alguma mudança nessa configuração no futuro.

2.3 O Consenso de Beijing

Na trajetória de recuperação econômica após a maior recessão desde 1929, muitos analistas ocidentais e chineses pronunciaram o fim do livre mercado à ótica neoliberal e o triunfo do chamado Consenso de Beijing⁵³. Não apenas o poder econômico estaria gravitando para o leste, como também estaria ocorrendo uma transição do receituário neoliberal para o capitalismo de Estado ao estilo chinês (HUANG, 2011). O termo Consenso de Beijing foi criado por Joshua Cooper Ramo, funcionário da Goldman Sachs e professor da Tsinghua University, quando da publicação de livro de mesmo nome, em 2004. A obra explora as doutrinas do Consenso de Washington e propõe uma atualização do consenso segundo a nova situação econômica e política mundial, providenciando um receituário intelectual alternativo, chamado de Consenso de Beijing.

Durante a década de 1990 e a virada para o século XXI, as economias planejadas da Rússia e da Europa Oriental colapsaram, enquanto a Índia e grande parte da América Latina e Ásia foram bem-sucedidas, ao deixar de lado o receituário do estatismo econômico e aderir aos princípios neoliberais (HUANG, 2011). Os princípios do livre mercado preconizados pelo Consenso de Washington reinaram com tanta confiança, triunfo e hegemonia que o famoso politólogo Francis Fukuyama chegou a sugerir o fim da história e a universalização da democracia liberal do ocidente, através da seguinte frase: *“the end point of mankind’s ideological evolution and the universalization of Western liberal democracy is the final form of human government”* (FUKUYAMA, 1992, p. 4). Entretanto, em 2004, no ano em que o PIB chinês quebrou recordes e passou a contribuir mais para o crescimento mundial do que o PIB americano, o Consenso de Washington simbolicamente sentiu-se rivalizado pelo conjunto de políticas e valores que Ramo (2004) chamou de Consenso de Beijing.

O termo Consenso de Washington foi cunhado por John Williamson em 1990, quando da publicação de um artigo sugerindo políticas econômicas que seriam eficazes para levantar a América Latina de seu fraco desempenho econômico da década anterior. A denominação “Washington” aglutinaria um conjunto de instituições norte-americanas articuladas por meio

⁵³ Ver, dentre outros: Vadell (2011), Ramo (2004), Halper (2010), Hu (2010).

de uma ideologia comum, compostas pelo Congresso dos EUA, os membros da administração tecnocrática das instituições financeiras globais, as agências governamentais norte-americanas, o Banco Central e um conjunto de *think tanks*. Todavia, deve-se fazer a ressalva de que o Consenso de Washington era pensado e aplicado para a América latina, podendo ser estendido para os demais países em desenvolvimento de outros continentes, mas nunca para os EUA, pois, como ressalta o autor, Washington “não pratica sempre o que prega para os estrangeiros” (WILLIAMSON, 1990, p. 2).

Dessa maneira, o Consenso de Washington pode ser visto como um modelo de um padrão de interdependência assimétrica entre atores internacionais delimitado e mediado por um conjunto de instituições e apresentado como o único caminho para o desenvolvimento, através de um pacote de políticas econômicas imbuídas na ideologia neoliberal. O receituário do Consenso de Washington foi amplamente difundido pelo governo norte-americano em sua relação com a América Latina e intermediado por instituições financeiras internacionais, como o FMI e o Banco Mundial. Os empréstimos e linhas de crédito dessas instituições eram concedidos mediante a adesão ao receituário preconizado pelo Consenso de Washington, cujos pilares podem ser sintetizados nos seguintes pontos: (i) ampla liberalização financeira; (ii) abertura comercial; (iii) privatização das empresas públicas; (iv) desregulamentação e (v) políticas de corte de gastos e ajustes orçamentários⁵⁴ (VADELL, 2011).

Na virada para o novo século, os singelos resultados econômicos após uma década de reformas à luz do receituário neoliberal e uma nova crise econômica nos países em desenvolvimento estimularam um ímpeto crítico ao Consenso de Washington, inclusive por economistas do *mainstream* (VADELL, 2011). Nesse contexto, emergiram novos apelos para a formulação de “consensos” alternativos, como o Consenso de Monterrey, o Consenso de Copenhague, o Consenso do México e o Consenso de Buenos Aires⁵⁵. Em 2004, em situação de plena recuperação econômica global e de onda de crescimento dos países da América Latina, Ramo (2004) cunhou o Consenso de Beijing, cuja repercussão foi imediata.

⁵⁴ Consideramos estes cinco pontos como resumo do receituário preconizado pelo Consenso de Washington. As dez famosas recomendações apontadas por Williamson (1990) em seu artigo são: (i) disciplina fiscal; (ii) reestruturação dos gastos públicos; (iii) reformulação dos tributos; (iv) liberalização das taxas de juros; (v) taxa de câmbio competitiva; (vi) liberalização comercial; (vii) liberalização do influxo de investimentos; (viii) privatizações; (ix) desregulamentações e (x) proteção dos direitos de propriedade.

⁵⁵ O Consenso de Monterrey foi lançado pela ONU e pelo ex-secretário geral da OMC, Michael Moore, com o objetivo de reduzir a pobreza no mundo. O Consenso de Copenhague diz respeito a uma série de questionamentos feitos a economistas consistindo em dez passos para incrementar o bem-estar global. O Consenso do México aponta para questões de igualdade de gênero. O Consenso de Buenos Aires foi um documento assinado entre os presidentes do Brasil e da Argentina no intuito de traçar estratégias de integração regional.

A partir de então popularizou-se a expressão “Consenso de Beijing”, para referir-se ao estilo ou modelo de desenvolvimento que a China vem implementando, a partir de uma série de reformas econômicas. Nas palavras de Ramo:

China is marking a path for other nations around the world who are trying to figure out not simply how to develop their countries, but also how to fit into the international order in a way that allows them to be truly independent, to protect their way of life and political choices in a world with a single massively powerful centre of gravity. I call this new centre and physics of power and development the Beijing Consensus⁵⁶ (RAMO, 2004, p. 3-4)

Segundo Ramo (2004), o ingrediente essencial do modelo chinês é sua destreza ideológica e operacional. O autor sugere que a China não tem preocupado-se em seguir nenhum receitaário econômico ou político, apenas feito experimentos e inovações, através de uma abordagem de cunho eclético. Neste sentido, Huang (2011) sugere:

If state ownership promotes growth, why privatize? If a one-party system works wonders in generating GDP growth, why democratize? If state financial controls are effective in resource mobilization, why liberalize?⁵⁷ (HUANG, 2011, p. 4)

O Consenso de Beijing estaria baseado em três características centrais que determinariam a maneira como países emergentes podem encontrar o caminho para o desenvolvimento na economia global e a sua inserção no sistema internacional. A primeira característica é a inovação e a constante experimentação. A segunda característica é a ênfase que deve ser dada à qualidade de vida para tratar dos assuntos de desenvolvimento, em detrimento do PIB *per capita*. A terceira característica é o enfoque na “autodeterminação” quando da formulação de políticas públicas e econômicas, deixando de lado as imposições do Banco Mundial e do FMI. Ramo (2004), sugere que resguardar a autodeterminação dos Estados está ligado à resistência ao hegemonismo – ponto que constitui-se em dimensão política central da ascensão chinesa. Segundo o autor, os países em desenvolvimento são o principal meio para conter o hegemonismo e salvaguardar a paz mundial. Tais características

⁵⁶ A China está marcando uma trajetória para outras nações ao redor do mundo que estão tentando não somente como desenvolver-se, mas também como integrar-se na ordem internacional de uma maneira que consigam manter a sua independência, proteger suas escolhas políticas em um mundo um único centro de poder e gravidade. Eu chamo esse novo centro e a física de poder e desenvolvimento de Consenso de Pequim. (RAMO, 2004, p. 3-4 – tradução livre do autor).

⁵⁷ Se o setor público promove crescimento, porque privatizar? Se um sistema unipartidário funciona bem na geração de crescimento do PIB, porque democratizar? Se os controles de recursos financeiros são efetivos na distribuição de renda, porque liberalizar? (HUANG, 2011, p. 4 – tradução livre do autor).

fariam com que, em grande medida, o modelo preconizado por Pequim seria atrativo para o Brasil e para outros países em desenvolvimento, no que é chamado por Ramo do “carisma intelectual do Consenso de Beijing” (RAMO, 2004). Neste sentido, o autor escreve:

*What is happening in China at the moment is not only a model for China, but has begun to remake the whole landscape of international development, economics, society and, by extension, politics. While the US is pursuing unilateral policies designed to protect United States interests, China is assembling the resources to eclipse the US in many essential areas of international affairs and constructing an environment that will make US hegemonic action more difficult*⁵⁸. (RAMO, 2004, p. 8)

Desta maneira, o Consenso de Beijing pode ser visto como um modelo de desenvolvimento que a China conseguiu aplicar com sucesso e cuja estratégia estaria sujeita a emulação por parte de outras nações em desenvolvimento. Ramo (2004) sugere que, através do Consenso de Beijing, a China age como uma influência positiva, espalhando a dinâmica de desenvolvimento em três direções, quais sejam: a primeira, como reação às idéias ultrapassadas de Washington sobre desenvolvimento; a segunda, apresentando uma nova ordem física que envolveria uma espécie de reação em cadeia de crescimento endógeno; e a terceira, como ímã para alinhar as outras nações aos interesses econômicos da China. Ramo escreve: “*for both reasons of national pride and security, China wants to project its model abroad.*” (RAMO, 2004, p. 28)

Entretanto, além de um modelo alternativo ao Consenso de Washington, que já estava em declínio, a realidade do Consenso de Beijing, ao menos em seu viés econômico, ainda não aplica-se para a compreensão das implicações chinesas envolvidas no desenvolvimento do Brasil ou da América Latina. A nova tendência de aproximação e a interdependência comercial sem precedentes entre o Brasil e a China, configurada em um padrão de relacionamentos segundo a dinâmica centro-periferia, assimétrica e complementar, está longe de uma emulação do modelo de desenvolvimento chinês caracterizado pelo Consenso de Beijing, que preconiza relações de cooperação do tipo sul-sul. Trata-se, nesse caso, mais de

⁵⁸ O que está acontecendo na China no momento não é um modelo apenas para a China, mas tem começado a reconfigurar todo o cenário do desenvolvimento internacional, econômico, social e político. Enquanto os Estados Unidos perseguem política unilateral para defender seus interesses próprios, a China reuniu recursos para eclipsar os Estados Unidos em uma série de áreas essenciais da política internacional, construindo um ambiente que tornará o exercício hegemônico norte-americano cada vez mais difícil (RAMO, 2004, p. 8 – tradução livre do autor).

uma complementaridade econômica dinamizada pela ascensão comercial e financeira chinesa e pela nova dinâmica de relacionamentos entre os países emergentes⁵⁹.

⁵⁹ Vadell (2011) chama essa dinâmica de Consenso do Pacífico.

3 OS IMPACTOS DA ASCENSÃO CHINESA SOBRE O BRASIL

O exponencial aumento do comércio entre os países latino-americanos e a China a partir de 2001 pode ser entendido principalmente no contexto das mudanças da estrutura da economia global que proporcionaram uma maior exposição da China ao mundo e também em decorrência da crescente demanda do gigante asiático por recursos naturais e energéticos para sustentar sua estratégia de desenvolvimento (STRAUSS, 2012). Diversos estudos e trabalhos acadêmicos dedicam-se a compreender quais os desdobramentos econômicos e políticos do crescente estreitamente comercial entre a China e a América Latina⁶⁰. No entanto, a literatura que dedica-se a estudar as consequências deste processo para o Brasil, como espaço geoeconômico diferenciado do resto da América Latina, ainda é bastante restrita. Este capítulo do trabalho busca explorar, com maior atenção, quais são os impactos sentidos pelo Brasil como consequência do processo de ascensão chinês.

Não há consenso na literatura sobre quais as implicações da ascensão chinesa para a economia global, e estas visões contrastantes também se fazem presentes no debate sobre os impactos que este processo imprime no Brasil. A visão otimista⁶¹ enfatiza o aumento da demanda chinesa por recursos naturais como um benefício aos países do sul, que poderiam compartilhar dos ganhos do crescimento chinês; além disso, também é apontado o aumento do influxo de investimentos e o acesso a bens de consumo e de capital mais acessíveis. Na esfera política, ainda segundo a visão otimista, a China constituiria uma alternativa política frente às tradicionais potências europeias ou norte-americanas. Por outro lado, existe uma visão pessimista⁶², que reconhece muitas das vantagens apontadas pela visão otimista, mas enfatiza que a relação com a China reproduz um padrão norte-sul ou centro-periferia de relacionamento, podendo levar os países a uma tendência de especialização regressiva de sua pauta exportadora em recursos naturais. Esta visão ainda enfatiza a competição que o setor manufatureiro chinês traz às exportações de produtos manufaturados de outros países, constituindo-se em potencial ameaça de deslocamento das exportações.

O presente capítulo propõe-se a analisar, à luz da literatura existente e da utilização de dados econômicos, quais os impactos que o Brasil vem sentindo em consequência do processo

⁶⁰ Jenkins (2010 e 2012); Leão, Pinto e Acioly (2011); Barbosa, Biancalana e Tepassê (2011); Filgueiras e Kume (2010); Moreira (2007); entre outros.

⁶¹ Jiang (2005 e 2009); Quintana (2010); Wei (2009); Xu (2011); Zuo (2011), entre outros.

⁶² Ver: Vadell (2011); Leão, Pinto e Acioly (2011); Barbosa, Biancalana e Tepassê (2011); Filgueiras e Kume (2010); Moreira (2007); Cunha et al. (2012); Jenkins (2010 e 2012); Jenkins e Barbosa (2012), entre outros.

de ascensão da China. Inicialmente, será feito um panorama histórico das relações sino-brasileiras e, em seguida, serão caracterizadas as relações comerciais e financeiras entre os dois países. Finalmente, serão apresentadas pontualmente as implicações que esta crescente relação imprime no Brasil.

3.1 Panorama Histórico das Relações Sino-Brasileiras

Desde 1949, após a Revolução Chinesa e o consequente estabelecimento do Partido Comunista no poder, as lideranças chinesas têm dado atenção especial para as relações com as regiões periféricas do mundo, como um resultado do isolamento internacional do novo regime e decorrente da necessidade de reconhecimento diplomático do país. Essa política chinesa condicionou uma maior aproximação com os países em desenvolvimento; o Brasil, entretanto, dentro do contexto de Guerra Fria e de sua relação com os Estados Unidos, em um primeiro momento, exerceu um papel mais pragmático e menos ativo em seu relacionamento com o novo governo de Mao (BÉCARD, 2011). Todavia, em que pese o baixo perfil de relacionamento entre os dois países nos anos anteriores à Revolução, Brasil e China já haviam assinado alguns acordos bilaterais.⁶³

A Guerra da Coreia, iniciada após a invasão do paralelo 38 pela Coreia do Norte e o posterior apoio recebido por parte do governo chinês, viria a repercutir na posição brasileira perante a China, na medida em que afetava a política norte-americana de *containment*. Embora o governo brasileiro tenha resistido às pressões norte-americanas de enviar tropas ao teatro de operações, as relações sino-brasileiras sofreram as consequências da política ocidental de contenção ao comunismo. Assim, em 1952, após três anos de uma indefinição diplomática, definira-se o status do relacionamento brasileiro perante a China; reconhecia-se o governo nacionalista do Kuomintang, em detrimento do governo comunista de Mao, e o embaixador Gastão Paranhos do Rio Branco assumia o posto como representante brasileiro perante o governo chinês em Taipei (PINHEIRO, 1993).

Ao longo da década de 1950 e início dos anos 1960 uma série de fatores dificultaram o estabelecimento de uma política externa chinesa para a América Latina e um maior desenvolvimento das relações. Bécard (2011) aponta para a falta de recursos financeiros, a diplomacia marcadamente isolacionista e a influência estadunidense na América Latina como

⁶³ Em 1943, foi firmado o Tratado de Amizade sino-brasileiro em substituição ao Acordo de Comércio e Navegação, este assinado em 1881. Já em 1946, foi firmado um convênio cultural com a China, por ocasião da visita da primeira dama, Sra. Chiang, ao Rio de Janeiro (PINHEIRO, 1993).

os principais fatores que obstaculizaram um maior desenvolvimento das relações sino-latino-americanas no período. Entretanto, se a conjuntura internacional da década de cinquenta não permitiu que Brasil e China ensaiassem uma maior aproximação, os primeiros anos da década de sessenta mostraram realidade distinta.

Nos marcos da Política Externa Independente, durante o governo do presidente Jânio Quadros, o Brasil ensaiou uma reaproximação com a República Popular da China (RPC). Como reforço do projeto de estreitamento de relações com o governo chinês, programou-se a visita do vice-presidente João Goulart à Beijing, em agosto de 1961. Esta viagem fazia parte da estratégia universalista que vinha sendo perseguida de diversificar os parceiros comerciais do país. Na ocasião, o governo brasileiro chegou a propor o estabelecimento de uma representação comercial permanente em cada um dos dois países e afirmou publicamente que votaria favoravelmente à inclusão do debate sobre a admissão da República Popular da China na ONU. Além disso, ainda foi assinado um acordo interbancário, que ocasionou na visita de uma missão comercial chinesa ao Brasil (PINHEIRO, 1993).

Com a derrubada do governo de João Goulart e a instauração do regime militar em março de 1964, mudara drasticamente o relacionamento brasileiro com a República Popular da China. O governo de Castello Branco rompera de imediato qualquer relação oficial com o país asiático para evitar as influências da “ameaça comunista” e o “ímpeto revolucionário” chinês. Entretanto, passados os primeiros anos após o Golpe Militar, chegou-se a um momento de reavaliação da posição brasileira com relação ao governo chinês; o Brasil retomara o padrão nacional-desenvolvimentista de sua diplomacia e passara a adotar atitudes mais pragmáticas e menos ideológicas na condução de sua política externa – era o início do chamado Pragmatismo Responsável (BÉCARD, 2011). Neste ínterim, o reaproximamento da República Popular da China e dos Estados Unidos no início da década de 1970, como resultado das viagens secretas de Kissinger à Beijing, bem como o reingresso chinês na ONU, contribuíam significativamente para dar legitimidade ao governo de Beijing frente ao resto do mundo e para os ímpetos de aproximação brasileira com a China. A partir de então, as relações evoluíram através de algumas visitas comerciais e de breves contatos oficiais⁶⁴, seguindo a postura de “cautela” preconizada pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança

⁶⁴ O cônsul brasileiro em Hong Kong compareceu às comemorações do aniversário da proclamação da República Popular da China, a convite oficial desta. Logo em seguida, este mesmo representante integrou missão comercial de empresários brasileiros à Feira de Cantão, também a convite do governo chinês.

Nacional (CSN), que ainda obstaculizava o restabelecimento efetivo das relações diplomáticas com a República Popular da China (PINHEIRO, 1993).

Além disso, em que pese às significativas diferenças ideológicas entre o governo comunista de Mao e o regime militar brasileiro, a política externa brasileira de pragmatismo responsável compartilhava com a China determinadas semelhanças⁶⁵ em termos de projeto de inserção no sistema internacional, o que condicionaria uma aproximação entre os dois países (PINHEIRO, 1993). O conjunto desses fatores da conjuntura internacional, acrescidos da retomada de uma atitude nacional-desenvolvimentista pela política externa brasileira, somados aos resultados dos Relatórios de Hong Kong⁶⁶ produzidos pela embaixada brasileira, condicionaram o reconhecimento da República Popular da China em 1974. Entretanto, apesar da vontade de ambos os países em aprofundar o relacionamento, o desenvolvimento inicial mostrou-se bastante vagaroso devido a situações políticas internas nos dois países⁶⁷, além da carência de recursos e das grandes distâncias físicas e culturais que separavam os países (PINHEIRO, 1993).

Com a assinatura do primeiro acordo comercial entre Brasil e China após o reestabelecimento das relações, e após o início da abertura econômica de Deng Xiaoping, a corrente de comércio começou a evoluir de forma gradual, indo de US\$ 19,4 milhões em 1974 – ano do reconhecimento da RPC pelo Brasil – para US\$ 202 milhões em 1979 – ano das reformas de abertura econômica (PINHEIRO, 1993). As possibilidades de ganhos nas áreas econômica, científica e tecnológica condicionaram a assinatura de mais de 20 atos bilaterais entre os dois países ao longo da década de oitenta, permitindo a institucionalização das relações e o balizamento para o crescimento de ações futuras. O projeto de construção conjunta de satélites de sensoriamento remoto⁶⁸, assinado em 1988, representa com fidelidade

⁶⁵ Brasil e China compartilhavam posições em relação ao direito marítimo, às políticas ambientais internacionais e à questão nuclear, além de terem propostas de inserção internacional semelhantes.

⁶⁶ Entre 1969 e 1971, foram produzidos pelo consulado do Brasil na colônia britânica, os chamados Relatórios de Hong Kong, os quais procuravam explicar o panorama político interno da República Popular da China e suas consequências para a política externa de Beijing. Nesta linha, esclarecia-se que não obstante o radicalismo ideológico do período da Revolução Cultural, o governo chinês não mais procurava incentivar os movimentos revolucionários ao redor do mundo. Além disso, os relatórios apontavam que tendo-se encerrado a disputa interna entre as lideranças chinesas, abria-se caminho para a implementação de um estreitamento das relações da República Popular da China com o resto do mundo, independentemente das posições ideológicas dos países. Neste ponto, apontava-se para a possibilidade de a China estar projetando uma aproximação com o Brasil, dentro de sua nova estratégia de política internacional (PINHEIRO, 1993).

⁶⁷ A morte de Mao Zedong e de Zhou Enlai, ambas em 1976, desestabilizaram a situação política interna chinesa, travando o desenvolvimento das relações políticas com o Brasil.

⁶⁸ Projeto conhecido como China-Brazil Earth Resource Satellite (CBERS), lançado em 1988.

esta conjuntura, em que o Brasil buscava manter autonomia frente aos países desenvolvidos e a China buscava contornar as restrições à aquisição de tecnologia avançada de que vinha sofrendo (PINHEIRO, 1993).

Na segunda metade da década de 1980, a despeito do retorno à democracia no Brasil, surgiam novas dificuldades de aprofundamento das relações com a China, representadas pelo agravamento da questão da dívida externa brasileira, pelo ressurgimento das fortes pressões inflacionárias e pela moratória declarada em 1987. Do lado chinês, as dificuldades não eram menores, decorrentes da situação interna conturbada e do isolamento internacional fruto das revoltas de Tiananmen em 1989, além do fim da Guerra Fria, que afastava a China do epicentro estratégico do sistema internacional. Os efeitos desses grupos de eventos em ambos os países persistiram ao longo dos primeiros anos da década de 1990, entretendo o desenvolvimento das relações políticas e econômicas entre os dois países (BÉCARD, 2011).

O início do governo de Itamar Franco, em 1993, imprimira um novo ímpeto ao relacionamento sino-brasileiro, seja no âmbito bilateral, com o florescimento de novos acordos comerciais e com o interesse em dar continuidade ao projeto da construção conjunta de satélites de sensoriamento remoto, seja no âmbito multilateral, com a cooperação em organismos internacionais. Bécard (2011) aponta que o bom entendimento entre os países alcançado na área espacial e na área econômica – com as trocas comerciais superando US\$ 1 bilhão –, teriam contribuído para que as autoridades de ambos os países se pronunciassem e passassem a caracterizar a parceria em seus discursos oficiais como sendo estratégica.⁶⁹

Com a virada do novo milênio, na medida em que a China ganhava destaque internacional decorrente de seu impressionante desempenho econômico, o país passara a assumir um papel mais ativo na política internacional. Neste contexto, a política externa chinesa iniciara esforços para a busca por mercados, capital, tecnologia, energia e matérias-primas estrangeiras, considerados elementos *sine qua non* para a manutenção do seu crescimento e desenvolvimento econômico. Neste ínterim, o Brasil constituiu-se em importante parceiro dentro da nova realidade de inserção internacional chinesa. A eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a sua proposta de política externa imprimiram novo ímpeto nas relações com a China – a política universalista do novo presidente condicionaria um aprofundamento das relações comerciais e um aumento expressivo das relações políticas, que

⁶⁹ Também vale mencionar que o sucesso do Plano Real no Brasil e a superação da crise financeira asiática em fins dos anos noventa foram fatores para permitir esse contexto de aprofundamento de relações.

além do âmbito bilateral também se fazem presentes em forma de cooperação nos organismos multilaterais e na iniciativa dos BRICS. As relações chegavam ao momento mais próximo em sua história⁷⁰ e o relacionamento ainda seria marcado por momento simbólico em 2009, quando a China superou os Estados Unidos como maior parceiro comercial brasileiro.

Recentemente, um artigo publicado no *Jornal do Povo*⁷¹, em abril de 2011, na China, descreveu as relações entre Brasil e China utilizando a metáfora “relações de mãos unidas criando uma locomotiva em movimento” (中巴联手建造火车头)⁷². Assim, no início da segunda década do século XXI, não restam dúvidas de que as relações sino-brasileiras superaram o âmbito econômico e adquirem relevante caráter político no tabuleiro geoestratégico do novo século. Entretanto, em que pese o gradual estreitamento de relações entre Brasil e China, apesar da presença de elevado número de acordos e do crescimento exponencial das relações comerciais, o governo brasileiro ainda carece de planejamento e estratégia para a consecução de seus objetivos e para a execução de metas que permitam a transformação desta oportunidade em desenvolvimento econômico e social concreto.

Dado este panorama histórico do relacionamento sino-brasileiro, vamos agora caracterizar as relações comerciais e de investimento entre os dois países, para depois fazermos uma análise de quais são os impactos econômicos e políticos que o crescimento desta relação vem imprimindo no Brasil.

3.2 As Relações Comerciais e Financeiras entre Brasil e China

Até as primeiras décadas do século XX, a economia brasileira perseguia um padrão de desenvolvimento para fora, baseado no modelo agroexportador. Esse modelo não ofereceu a estabilidade econômica, o crescimento sustentado nem tampouco a modernização das instituições nacionais de que o país carecia. Nas primeiras décadas do século XX, esse quadro dominado pela economia agroexportadora começou a transformar-se; a industrialização ganhava impulso e tornara-se o centro dinâmico da economia, mediante a política de substituição de importações. Entretanto, nos primeiros anos do século XXI, a crescente dependência na exportação de *commodities*, traz novamente à tona algumas das características

⁷⁰ Aconteceram duas viagens presidenciais de Lula à China em 2004, uma viagem do presidente chinês ao Brasil, o lançamento da Agenda China e a formação da Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), com a finalidade de nortear o desenvolvimento das relações entre os países.

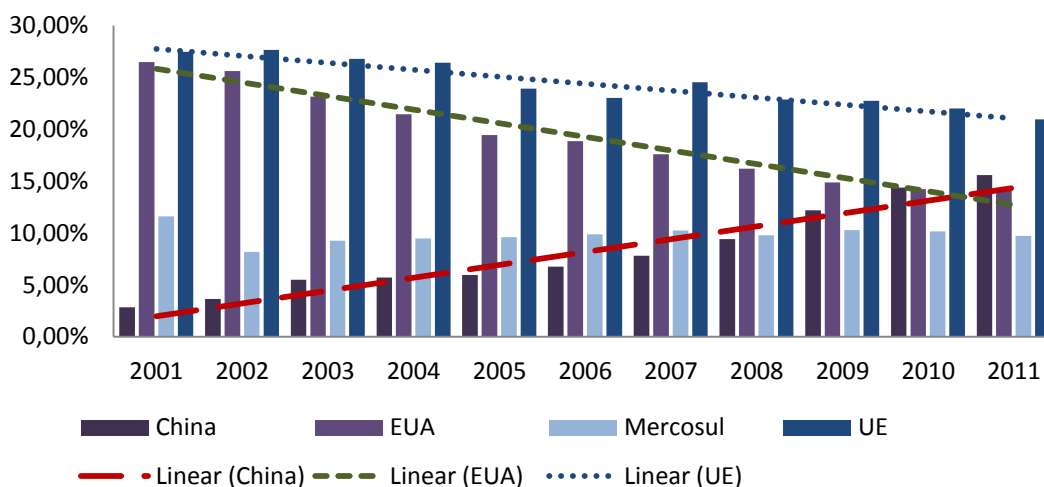
⁷¹ Nome original: 人民日报 (renmin ribao)

⁷² Pinyin: Zhongba lianshou jianzao huochetou

estruturais do modelo agro-exportador que vigia no país no século passado (CUNHA et al., 2012).

Ao associar o perfil da economia brasileira, dotado de grande potencial de produção de recursos naturais, com aquele da economia chinesa, crescentemente dependente da importação de *commodities* para a sustentação de suas altas taxas de crescimento, percebe-se uma complementaridade no caráter das duas economias. O grande potencial brasileiro de produção de *commodities* agrícolas e de bens energéticos, aliado à crescente demanda chinesa por estes produtos, explica a exponencial expansão das relações comerciais entre as duas economias⁷³. O Gráfico 1 abaixo representa esta tendência de crescimento relativo da participação chinesa na corrente de comércio brasileira, concomitante a um decréscimo da participação dos tradicionais parceiros econômicos brasileiros, Estados Unidos e União Europeia.

Gráfico 1: Participação de economias selecionadas dentro da corrente de comércio brasileira de 2001 a 2011 (em %)



Fonte: dados brutos da UNCTAD. Elaboração própria.

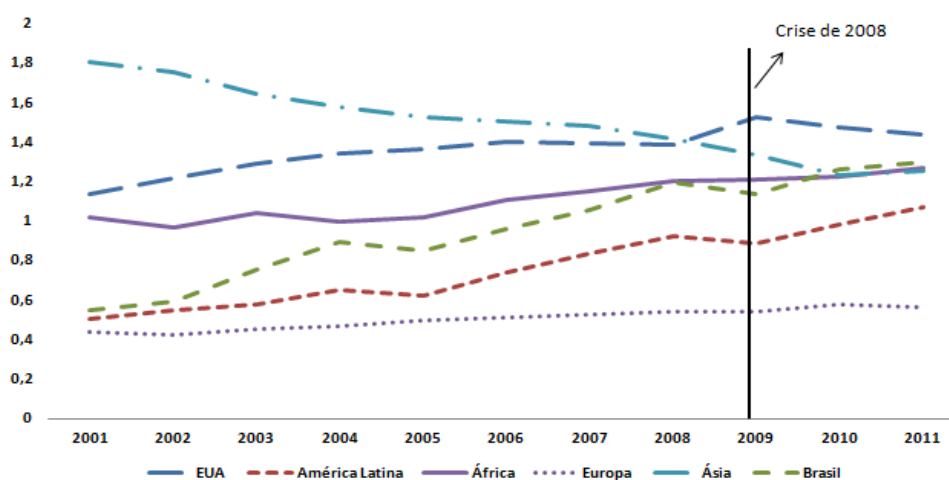
Em relação à China, a despeito das economias maduras ainda somarem peso significativo dentro de sua pauta comercial, os países emergentes vem alcançando participação cada vez mais significativa. Calculamos o Índice de Intensidade Comercial⁷⁴, que

⁷³ Não deixa de reconhecer-se aqui, outros motivos que também implicam no crescimento da corrente comercial entre os países, como a busca chinesa por mercados de consumo para suas exportações em um contexto de perda de dinamismo das economias maduras e a aproximação política, que condiciona uma aproximação econômica, entre outros fatores.

⁷⁴ Cálculo feito com base nos dados brutos da UNCTAD e utilizando a fórmula: $T_{ij} = (X_{ij} / X_{it}) / (X_{wj} / X_{wt})$, em que: (i) X_{ij} e X_{it} são os valores das exportações do país “i” e do mundo (“w”) para o país “j”; e (ii) X_{it} e X_{wt} são as exportações totais do país “i” e do mundo (“w”), respectivamente. Um índice superior a um sugere que o

indica qual deveria ser intensidade de comércio bilateral com base na participação do país no comércio mundial. Um índice superior a um sugere que a intensidade de comércio bilateral é superior à esperada, enquanto que um índice inferior a um sugere que a intensidade de comércio é inferior à esperada. Percebe-se um aumento significativo da intensidade comercial chinesa com os países em desenvolvimento da África e América Latina, em especial após a crise de 2008, quando as economias maduras passaram a ter reduções em sua intensidade comercial com o gigante asiático.

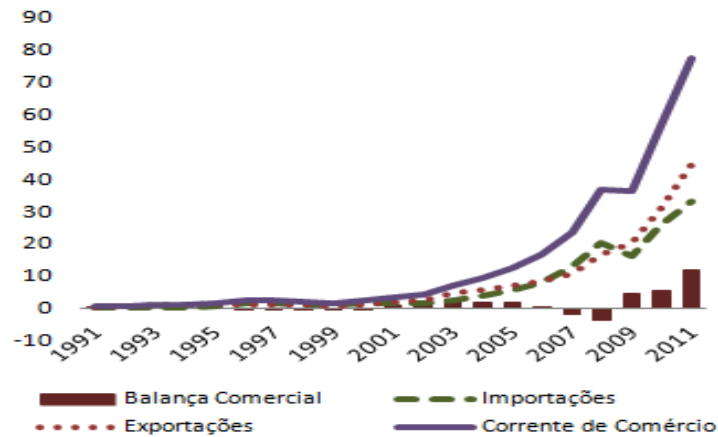
Gráfico 2: Índice de Intensidade de Comércio da China com regiões selecionadas entre 2001 e 2011



Fonte: dados brutos da UNCTAD. Elaboração própria.

O resultado deste processo de crescente intensidade no comércio bilateral sino-brasileiro, acompanhado de uma queda na participação das economias maduras, está representado no Gráfico 3 abaixo, que representa a evolução da corrente de comércio bilateral entre China e Brasil. Percebe-se um aumento exponencial na relação após 2001, ano de ingresso da China na OMC e marco de um processo de abertura e modernização da economia chinesa. Conforme demonstrado no Apêndice A, antes de 2001, as exportações brasileiras cresciam mais rapidamente para o mundo do que para a China; entretanto, entre 2001 e 2011, a corrente de comércio sino-brasileira cresceu em torno de 2300%, enquanto que a corrente de comércio com o resto do mundo cresceu cerca de 400%. É interessante notar que, de maneira geral, o saldo comercial da relação com a China é superavitário para o Brasil.

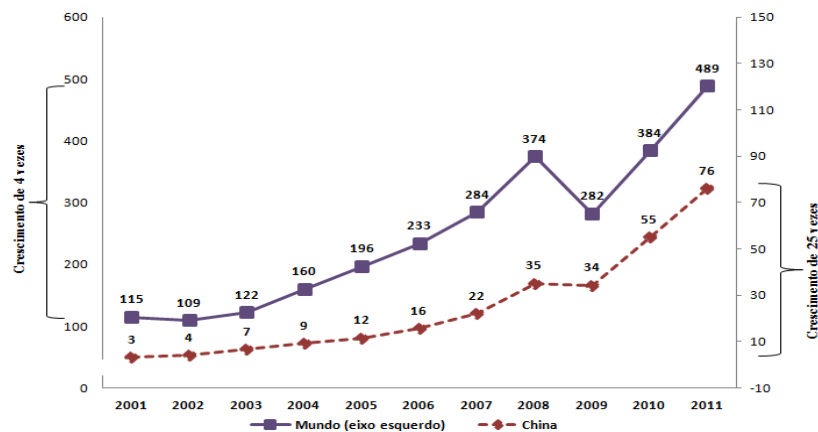
Gráfico 3 – Evolução da corrente de comércio bilateral entre Brasil e China (em US\$ bilhões)



Fonte: Dados brutos da Comtrade. Elaboração própria.

O Gráfico 4 abaixo representa o crescimento da participação chinesa e mundial dentro da corrente comercial do Brasil. Percebe-se que no período de 2001 à 2011, a relação comercial com a China teve um aumento muito superior àquela com o resto do mundo – as trocas comerciais com a China tiveram um aumento de cerca de 25 vezes, enquanto que as trocas comerciais com o resto do mundo tiveram um aumento de cerca de 4 vezes. Esse resultado pode ser percebido no Apêndice A, que sugere que no período de dez anos entre 1999 até 2009, a China evoluiu da posição de décimo-quinto lugar dentro da pauta exportadora brasileira, com uma participação de 1,4%, para primeiro lugar, com uma participação de 17,6% e tendência de crescimento de participação. As importações brasileiras da China também tiveram desempenho semelhante, passando de décimo-quarto lugar, com uma participação de 1,8%, para segundo lugar, com uma participação de 14% do total das importações brasileiras.

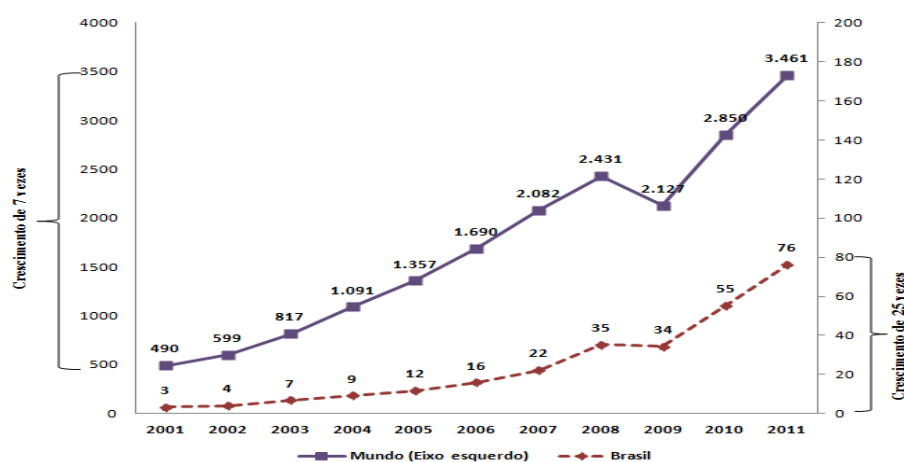
Gráfico 4: Evolução da participação chinesa e do mundo dentro da corrente comercial brasileira (em US\$ bi)



Fonte: Dados brutos da UNCTAD e Comtrade. Elaboração própria.

Entretanto, ao ponderar o peso da economia brasileira para a China (Gráfico 5), percebe-se que, a despeito do crescimento significativo das relações bilaterais, o Brasil não aparece dentre os principais parceiros comerciais chineses. O crescimento das relações comerciais sino-brasileiras entre 2001 e 2011 foi de cerca de 25 vezes, muito superior que o crescimento de cerca de 7 vezes com o resto do mundo. Entretanto, conforme demonstrado no Apêndice A deste trabalho, o Brasil não ocupa posição representativa dentro da pauta comercial chinesa – o Brasil é o décimo-quarto maior destino das exportações chinesas e o nono maior fornecedor de importações. Apenas 2,3% das exportações chinesas tem o Brasil como destino, cifra bastante reduzida quando comparada aos Estados Unidos, destino de 17,1% das exportações chinesas e à União Europeia destino de 18,8%. No caso da participação brasileira nas importações chinesas, a situação não é muito diferente. O Brasil contribui para apenas 2,8% do total, cifra novamente pequena quando comparada à situação dos Estados Unidos, Japão ou Europa.

Gráfico 5: Evolução da participação brasileira e do mundo dentro da corrente de comércio chinesa (em US\$ bi)

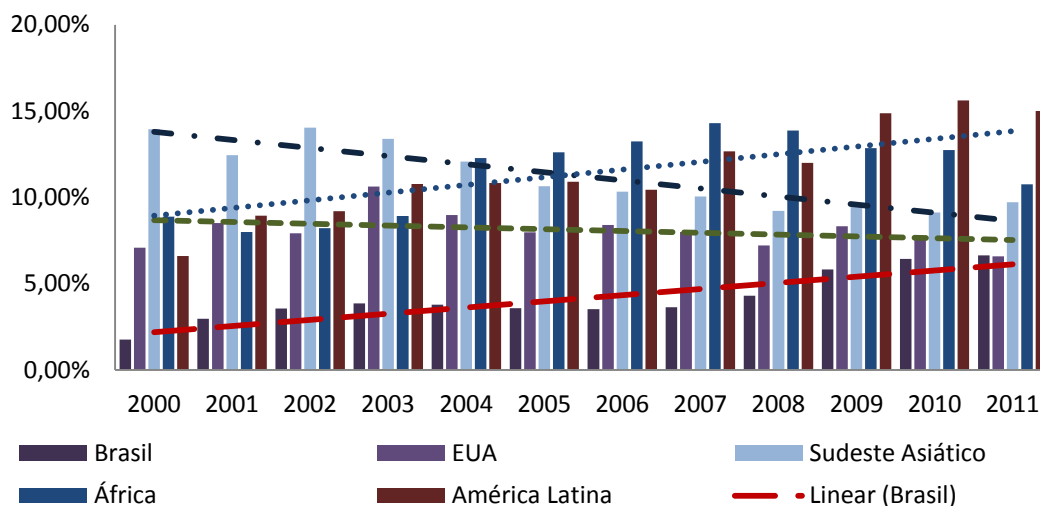


Fonte: dados brutos da UNCTAD e Comtrade. Elaboração própria.

Todavia, ao desmembrar as importações chinesas e analisar unicamente a origem das importações de bens primários, tem-se uma perspectiva diferente, conforme representado no Gráfico 6 abaixo. Sob esta ótica, o Brasil percebe crescente participação na pauta importadora chinesa de bens primários, tornando-se em 2011 o país que individualmente mais contribui para as importações chinesas desta categoria de produtos, com 6,6% de participação. Esta conquista está imersa em uma tendência de crescente participação de regiões em desenvolvimento como a América Latina e a África, e um decréscimo da participação dos norte-americanos. Reside aqui, portanto, um dos principais fatores da importância brasileira

para a potência asiática, o de servir como fonte de recursos naturais e de reduzir a dependência chinesa das economias maduras como os Estados Unidos.⁷⁵

Gráfico 6: Importações chinesas de bens primários de regiões selecionadas (em %)



Fonte: Dados brutos da UNCTAD. Elaboração própria.

3.2.1 Fluxos de Investimento entre o Brasil e China

Nas últimas décadas, os países em desenvolvimento têm tornado-se origem e destino cada vez mais importante de fluxos de Investimento Estrangeiro Direto (IED). As relações bilaterais de investimento entre Brasil e China têm acompanhado esta tendência e expandido-se significativamente, especialmente o fluxo de investimentos chinês rumo ao Brasil. Buscamos nesta seção traçar considerações sobre a estratégia dos investimentos chineses, bem como características e motivações da expansão do investimento direto chinês no Brasil. Também será brevemente abordada, devido a sua menor participação e a sua menor relevância para os objetivos deste trabalho, a presença dos investimentos brasileiros na China.

O governo chinês passou a adotar, após o início de suas reformas de abertura econômica e política, estratégia de internacionalização de suas empresas como importante instrumento de desenvolvimento econômico e de prospecção geopolítica do país. Neste sentido, no XVI Congresso do Partido Comunista Chinês foi formulada a estratégia de *Going*

⁷⁵ Não estamos argumentando que este seja o único motivo de relevância brasileira para a China. Também reconhece-se a crescente participação brasileira como mercado consumidor de produtos manufaturados, especialmente em um contexto de desaquecimento das economias maduras; a importância brasileira dentro da estratégia de diversificação comercial chinesa e de busca de menor dependência das economias avançadas como EUA e Europa; a busca por apoio em organizações multilaterais; entre outros. Ver Bécard (2011); Vadell (2011); Jiang Shixue (2009).

*Out*⁷⁶, que traçava uma estratégia de internacionalização de empresas chinesas por meio de investimentos estrangeiros diretos fortemente comandados pelo Estado, por meio de mecanismos de financiamento e de facilitação dos procedimentos para realização de investimentos no exterior, entre outros estímulos. Como resultado desses incentivos, o fluxo de investimentos chineses no exterior cresceu significativamente nos últimos anos, notadamente nos países em desenvolvimento (LEÃO, PINTO E ACIOLY, 2011).

Como resultado de tais políticas de promoção de investimento, dados da UNCTAD (2012) mostram que a China, junto de Hong Kong, tornou-se a quinta maior fonte de estoque e de fluxos de IED em 2011. Calculamos o Índice de Intensidade de Investimentos⁷⁷, a fim de comparar a distribuição geográfica dos investimentos chineses com os investimentos do resto do mundo. Um índice maior do que um, sugere que a região está recebendo maior intensidade de investimentos do que o esperado, tomando como padrão a média mundial. A Tabela 2 abaixo mostra que regiões emergentes, como a América Latina, África e Oriente Médio têm recebido fluxos de investimentos chineses mais intensos que a média dos investimentos mundiais. Neste contexto, o Brasil representa um caso emblemático, com um índice de intensidade de investimento de 3,71, muito superior à média dos fluxos mundiais.

Tabela 1: Distribuição geográfica dos IEDs chineses e mundiais e intensidade de investimentos

	IEDs da China	IEDs do Mundo	Intensidade de IED
África	21,66%	8,24%	2,63
América do Norte	3,58%	10,69%	0,34
América Latina	13,47%	5,27%	2,56
Ásia e Oceania	39,68%	49,70%	0,80
Europa	11,38%	20,11%	0,57
Oriente Médio	10,22%	5,99%	1,71
Brasil	8,68%	2,34%	3,71

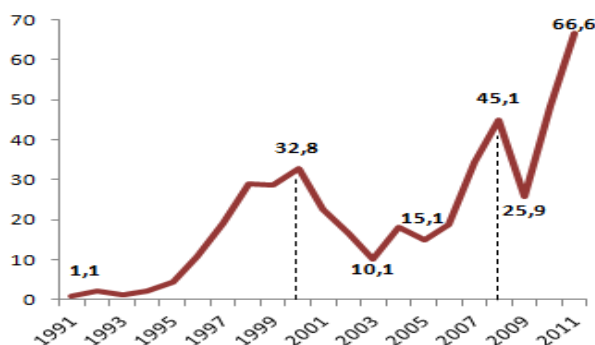
Fonte: Dados brutos do The Financial Times. Elaboração própria.

⁷⁶ Às vezes também traduzida para o inglês como Going Global. No termo original: 走出去 (zou chuqu). O projeto visa ampliar o processo de internacionalização da China através de quatro principais estratégias, quais sejam: (i) aumentar os fluxos de investimentos chineses no exterior através do relaxamento de concessões autorizando a saída de empresas chinesas; (ii) melhorar o nível e a qualidade dos projetos de investimento; (iii) reduzir os controles de capitais e criar novos mecanismos de financiamento e (iv) integrar a política de integrar a política de internacionalização das empresas com outras políticas já existentes.

⁷⁷ Cálculo feito com base nos dados brutos da The Financial Times e utilizando a fórmula: $\Pi_{ij} = (I_{ij} / I_{it}) / (I_{wj} / I_{wt})$, em que: (i) I_{ij} e I_{it} são os valores dos fluxos de investimento do país “i” e do mundo (“w”) para o país “j”; e (ii) I_{it} e I_{wt} são os fluxos totais de investimento do país “i” e do mundo (“w”), respectivamente. Um índice superior a um sugere que o investimento bilateral é mais intenso do que o esperado, considerando a participação do país em análise nos fluxos de investimentos mundiais.

Neste íterim, o Brasil tem percebido um aumento considerável no influxo de IED, conforme apresentado no Gráfico 7 abaixo. Em 2011, o Brasil bateu seu recorde histórico de recebimento de investimentos, tendo recebido US\$ 62,9 bilhões. No mesmo ano, o Brasil também avançou para o quinto lugar dentre os maiores receptores de IED do mundo, contrastando com a décima-quarta colocação que ocupava dois anos antes (BANCO CENTRAL, 2012). Entretanto, se, por um lado, a maior parte dos IED brasileiros ainda é proveniente dos países do centro, esta realidade vem mudando aos poucos com uma presença cada vez maior de investimentos provenientes de países emergentes, com especial atenção para o caso da China, que, segundo estatísticas oficiais, passou a ser o quinto maior investidor externo direto do Brasil – ver estatísticas completas no Apêndice B. O Gráfico abaixo representa o crescimento do recebimento de fluxos de IED no Brasil, que atingiu marca histórica em 2011.

Gráfico 7: Crescimento do fluxo de IED com destino ao Brasil de 1991 à 2011 (em US\$ bilhões)



Fonte: Dados brutos da UNCTAD e Banco Central (2012). Elaboração própria.

As estatísticas oficiais indicam a China como a quinta maior origem de fluxos de investimento direto no Brasil, com um investimento anual de aproximadamente US\$ 4,5 bilhões em 2011. Entretanto, estes dados estão provavelmente subestimados⁷⁸, dado que grande parte dos investimentos externos chineses são triangulados via Hong Kong ou via outros paraísos fiscais, não sendo computados como chineses. Neste sentido, mapear precisamente o volume dos investimentos chineses não é uma tarefa simples. Fontes alternativas, como o fDi Markets e a Heritage Foundation, têm buscado estimar o montante real dos fluxos de investimentos chineses através do mapeamento da parcela de investimentos canalizada via paraísos fiscais ou aqueles que não passaram pelo crivo das autoridades

⁷⁸ Ver: Barbosa, Biancalana e Tepassê (2011); Saslavsky e Rozemberg (2009); Jenkins (2012); Leão, Pinto e Acioly (2010), Cunha et al. (2012), entre outros.

governamentais. Pesquisa da Heritage Foundation⁷⁹ estima que o montante real do fluxo de investimentos diretos chineses no Brasil seria de US\$ 25,7 bilhões em 2011, cifra bastante superior àquela reportada pelo Banco Central (2012), de US\$ 4,5 bilhões. Sob esta perspectiva, o Brasil seria o segundo maior destino mundial de investimentos chineses, superado apenas pelos Estados Unidos (US\$ 42,0 bilhões).

A Tabela 2 abaixo faz um exercício comparativo dos valores dos fluxos de investimentos chineses no Brasil reportados por diferentes instituições. Percebe-se uma notável diferença de valores entre os dados das instituições analisadas. Tomando-se o ano de 2010 como exemplo, as autoridades chinesas reportaram um fluxo de US\$ 487 milhões de investimentos com destino ao Brasil e o Banco Central reportou um influxo de US\$ 395,3 milhões. Entretanto, isso é apenas uma fração do que outras instituições estimaram como sendo o valor real do investimento naquele ano; o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e a Heritage Foundation estimaram os investimentos chineses em 2010 em US\$ 14,9 bilhões, a CEPAL estimou em 9,5 bilhões e o Conselho Econômico Brasil-China (CEBC) estimou em 12,7 bilhões. Percebe-se, assim, a dificuldade em mensurar com clareza o total de investimentos chineses no Brasil; entretanto, fica claro que o valor é bastante superior àquele reportado pelas autoridades de ambos os países.

Tabela 2: Fluxos de IED chineses ao Brasil na ótica da MOFCOM, Banco Central e Heritage Foundation (em US\$ milhões)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
MOFCOM	15,1	10,1	51,1	22,4	116	487	-
Banco Central do Brasil	7,6	6,7	24,3	38,4	82,0	395,3	4.487
Heritage Foundation	-	-	-	-	6.600	14.900	25.700

Fonte: MOFCOM (2012), Banco Central (2012), Heritage Foundation (2012). Elaboração própria.

Holland e Barbi (2010) sugerem quatro prováveis fatores explicativos para a expansão dos investimentos chineses no Brasil. Em primeiro lugar, mencionam a busca por garantir acesso às fontes de recursos naturais para manter seus altos índices de crescimento econômico. Em segundo lugar, a busca por maior competitividade para as empresas chinesas. Em terceiro lugar, a busca por obter tecnologia para as empresas chinesas por meio da aquisição de

⁷⁹ Ver <http://www.heritage.org/research/reports/2012/01/china-global-investment-tracker-2012>.

empresas brasileiras que detenham base tecnológica avançada. Por fim, o aumento da influência política chinesa na região, sobretudo devido ao “fator Taiwan” e ao “fator Estados Unidos” – segundo os autores, a China buscaria o isolamento de Taiwan, que tem na América do Sul sua principal base de apoio, e também reduzir a hegemonia estadunidense na região, tradicional parceira estratégica dos americanos. Já para Barbosa, Biancalana e Tepassê (2011), o recente crescimento dos IED chineses no Brasil pode ser explicado pelas reservas internacionais em excesso da economia chinesa, pelas economias brasileira e chinesa aquecidas, e por tensões comerciais chinesas com outros países. Os autores também mencionam que tal estratégia estaria de acordo com objetivos políticos e diplomáticos associados à conquista de novos mercados, especialmente após a crise de 2008 que afetou fortemente as economias capitalistas maduras.

Os investimentos externos diretos chineses no Brasil, segundo Barbosa, Biancalana e Tepassê (2011), podem ser divididos em três grandes grupos. O primeiro grupo, e o mais expressivo dentre eles, está voltado aos setores de exportação, especialmente de *commodities* minerais. O segundo grupo, concentra-se nos setores de infraestrutura, com expressiva presença de investidores sendo constituídos por empresas estatais chinesas, encontrando-se frequentemente associado ao escoamento de produtos primários. E o terceiro grupo, que representa um fenômeno mais recente, refere-se à instalação de plantas produtivas chinesas em território brasileiro – especialmente no setor automotivo e de máquinas.

Por outro lado, os investimentos brasileiros direcionados à China ainda mostram-se bastante restritos, a despeito das crescentes relações comerciais entre os países. Saslavsky e Rozenberg (2009) apontam que IED brasileiro com destino à China, apesar de um leve crescimento, somou uma média inferior a 1% do fluxo total de investimentos brasileiros no período de 2001 a 2008. Jenkins (2012) aponta que a principal motivação das empresas brasileiras investindo na China é a busca pelo grande e crescente mercado chinês, diferentemente de grande parte das empresas de países desenvolvidos que transferem suas plantas produtivas para a China, em busca de menores custos, e reexportam os produtos. Leão, Pinto e Acioly (2011) justificam que o reduzido volume de investimentos brasileiros direcionados à China é fruto da pequena quantidade de empresas brasileiras com capacidade de internacionalização e também das restrições e dificuldades para a entrada de empresas estrangeiras em alguns setores do mercado chinês.

Assim percebe-se que, a despeito do exponencial crescimento da corrente de comércio bilateral entre China e Brasil, os fluxos financeiros, em especial os fluxos de longo prazo de investimentos externos diretos, apesar de crescimento significativo, não acompanham o mesmo nível de crescimento do comércio entre os dois países. Entretanto, é necessário ponderar os dados oficiais, pois eles encontram-se subestimados devido à canalização de investimentos que ocorre via paraísos fiscais. Também percebeu-se que a intensidade dos investimentos chineses no Brasil é muito superior à média mundial e que seu objetivo é principalmente, a exploração de recursos naturais e a construção de infraestrutura, o que está de acordo com os objetivos da política externa chinesa para o Brasil, conforme explorado em seções anteriores deste trabalho. Por outro lado, os fluxos de investimento brasileiros com destino à China ainda mostram-se muito reduzidos, dado o nível de comércio bilateral entre os dois países.

3.3 Especialização Regressiva na Produção de *Commodities*

A ascensão chinesa e a sua crescente participação no comércio e nos investimentos internacionais, explorada nas seções anteriores, trouxe discussões na academia sobre o futuro da América Latina e do Brasil na divisão internacional do trabalho.⁸⁰ Maurício Moreira (2007) aponta que a antiga crença de que o futuro econômico da região residiria na produção de manufaturas, vem sendo cada vez mais ameaçada pela realidade econômica que a ascensão chinesa traz. A emergência de um padrão assimétrico de relacionamento, em que o Brasil encontra-se em uma posição menos dinâmica de produtor e exportador de recursos naturais, tem recebido particular atenção da literatura.⁸¹ Esse padrão de relacionamentos também traz à tona discussões na literatura sobre a possibilidade de um aprofundamento de problemas como a “doença holandesa” e o processo de desindustrialização⁸². Nesta seção, será utilizada a literatura disponível, bases de dados econômicas e cálculos de indicadores econômicos para argumentar que a crescente relação brasileira com a China pode levar a um aprofundamento de uma tendência regressiva de especialização da pauta exportadora brasileira em bens primários, o que pode constituir-se em um fator ameaçador às perspectivas de desenvolvimento do país.⁸³

⁸⁰ Ver, entre outros: Moreira (2007); Leão, Pinto e Acioly (2011); Vadell (2011);

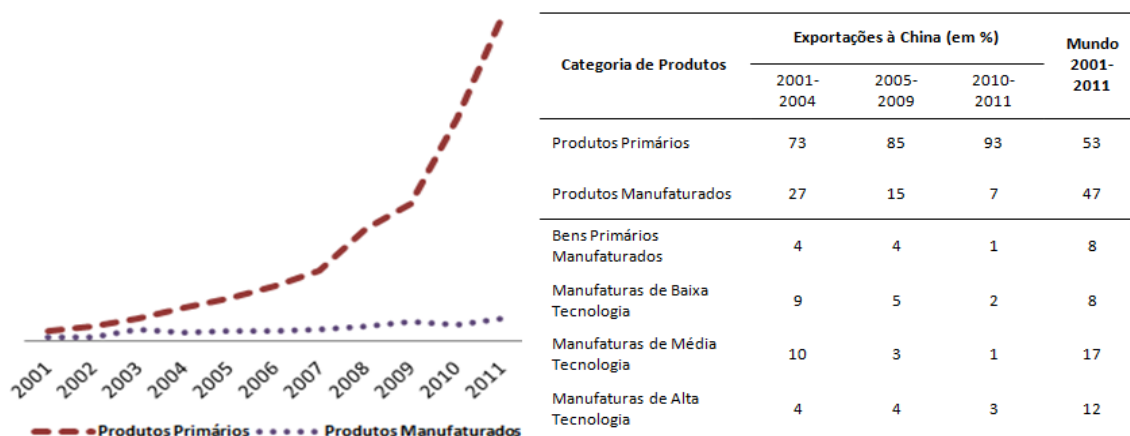
⁸¹ Ver, entre outros: Barbosa, Biancalana e Tepassê (2011); Jenkins (2010 e 2012); Jenkins e Barbosa (2012); Cunha et al. (2012); Leão, Pinto e Acioly (2011), Moreira (2007), entre outros.

⁸² Ver Oreiro e Feijó (2010); Bresser-Pereira (2009).

⁸³ Conforme sugerido pela perspectiva clássica das teorias econômicas desenvolvimentistas e pelos seus seguidores atuais, assume-se que: (i) o investimento é um ponto central para a expansão da renda; (ii) o processo

Para caracterizar a dinâmica assimétrica das relações comerciais entre Brasil e China, serão desagregados os dados do comércio bilateral em produtos manufaturados e produtos primários.⁸⁴ Através desta desagregação, e observando o Gráfico 8 abaixo, verifica-se um aumento expressivo das exportações de produtos primários do Brasil para a China, enquanto que as exportações de bens manufaturados não acompanham esta tendência. No ano de 2011, as exportações de produtos primários à China representaram 94% (US\$ 41,4 bi) do total das exportações para o país, enquanto que as exportações de produtos manufaturados corresponderam a apenas 6% (US\$ 2,8 bi) do total. Dez anos antes, as exportações de produtos primários à China representavam 72% da pauta exportadora, enquanto que 28% das exportações eram de bens manufaturados, sugerindo tendência de deterioração dos termos de troca na relação.

Gráfico 8 – Evolução das exportações brasileiras à China decompostas por intensidade tecnológica de 2001 à 2011 (em US\$ bi)



Fonte: Dados brutos da UNCTAD. Elaboração própria.

A tabela à direita do Gráfico 8 decompõe as exportações brasileiras à China por intensidade tecnológica em anos selecionados. A interpretação dos dados apresentados leva a uma conclusão semelhante do que é apresentado no gráfico, de que a relação com a China tende a constituir um padrão norte-sul ou centro-periferia de relacionamento, em que o Brasil especializa-se cada vez mais na exportações de bens primários, enquanto importa bens manufaturados. Percebe-se uma redução da participação nas exportações de manufaturas em

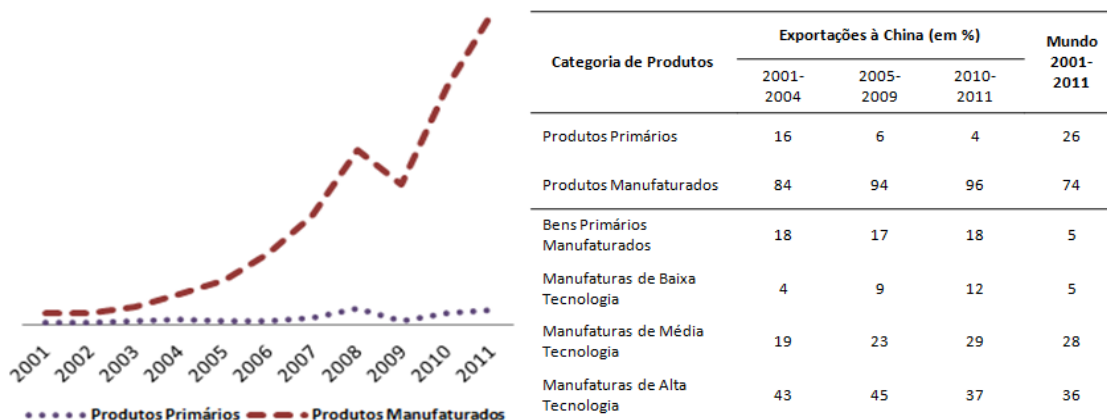
de crescimento econômico não é linear e tampouco indiferente do setor em que economia se especializa; (iii) o setor manufatureiro leva ao desenvolvimento graças a sua relação com outros setores; (iv) o progresso tecnológico tem uma dinâmica endógena associada com a acumulação de capital liderada pelo setor manufatureiro. Assume-se, assim, que o setor manufatureiro carrega significativa importância no desenvolvimento econômico. Ver, entre outros: Thirlwall (2011).

⁸⁴ Para esta desagregação de produtos entre bens manufaturados e bens primários, utilizam-se os critérios de divisão da UNCTAD.

todos os setores de intensidade tecnológica que, somados, representaram 6% das exportações brasileiras em 2011 – em comparação com a participação de 47% das exportações para o mundo na média entre 2001 e 2011. Já a participação dos produtos primários no total das exportações à China foi de 93% na média entre 2010 e 2011, enquanto que a participação das exportações para o mundo foi de 53%, na média entre 2001 e 2011.

O outro lado da moeda está representado no Gráfico 9 abaixo, que representa a evolução das importações brasileiras da China em uma série temporal de 2001 até 2011. Percebe-se uma tendência de exponencial aumento das importações de produtos manufaturados, enquanto que as importações de bens manufaturados não acompanham esta tendência de crescimento. No ano de 2011, as importações de produtos manufaturados da China somaram 96% (US\$ 30,4 bi) do total das importações do país, enquanto que as importações de produtos primários ficaram limitadas à 4% (US\$ 1,4 bi) do total. Dez anos antes, quando do ingresso da China na OMC, 82% das importações brasileiras da China eram de bens manufaturados e 18% de bens primários, novamente caracterizando um padrão de relacionamento centro-periferia e tendência de deterioração dos termos de troca.

Gráfico 9 – Evolução das importações brasileiras da China decompostas por intensidade tecnológica de 2001 à 2011 (em US\$ bi)



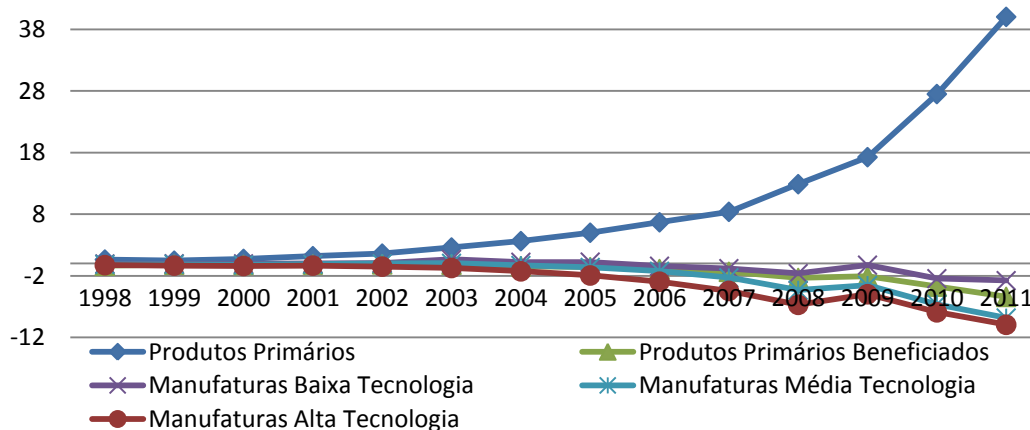
Fonte: Dados brutos da UNCTAD. Elaboração própria.

Quanto ao tipo de manufaturas que compõem as importações brasileiras da China, ao contrário do que tende-se a acreditar, elas estão concentradas nos bens de maior valor agregado, como demonstra-se na tabela à direita do Gráfico 9 acima. Mais da metade das importações brasileiras da China estão concentradas em produtos manufaturados de média e alta tecnologia, com indicativos de aumento desta tendência. Por outro lado, apenas 4% das importações da China são de produtos primários, em contraste com o total das importações

brasileiras do mundo que são compostas por 26% de bens primários, na média entre 2001 e 2011. Neste sentido, a interpretação dos Gráficos 8 e 9 indica uma tendência de reprimarização da pauta exportadora brasileira para a China, enquanto que as importações concentram-se, cada vez mais, em bens manufaturados com maior intensidade tecnológica.

O resultado deste padrão de relacionamento aparece no saldo comercial das relações sino-brasileiras decompostas por intensidade tecnológica, conforme representado no Gráfico 10 abaixo. O Brasil apresenta saldos comerciais superavitários crescentes no setor de produtos primários, enquanto que apresenta saldo deficitário em todos os níveis tecnológicos de produtos manufaturados. Enquanto o Brasil acumulou um superávit comercial em suas relações com a China no setor de produtos primários próximo de US\$ 40 bilhões em 2011, o déficit comercial mais expressivo encontra-se nos produtos industriais de alta e média tecnologia, que totalizaram US\$ 18,7 bilhões em 2011. Conforme mostramos no Gráfico 3 acima, de maneira geral, a relação com a China tem mostrado-se superavitária para o Brasil.

Gráfico 10 – Saldo comercial do Brasil com a China decomposto por intensidade tecnológica dos setores (em US\$ bilhões)



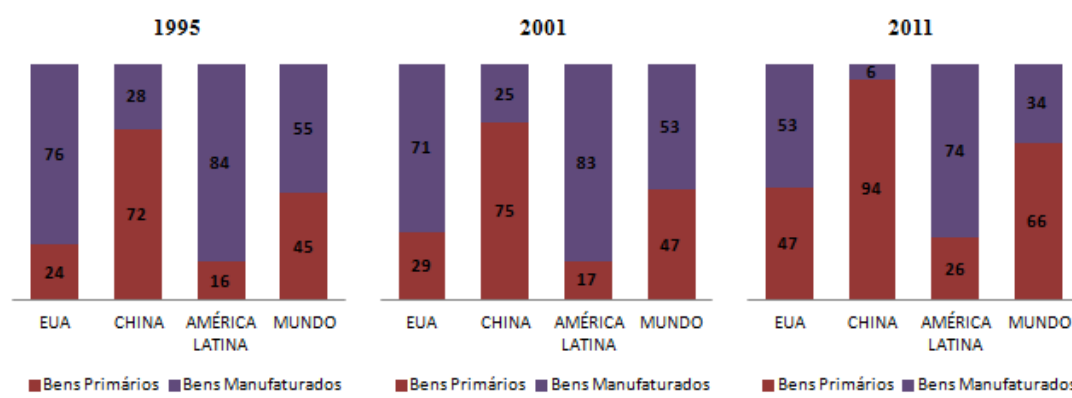
Fonte: Dados brutos da UNCTAD. Elaboração própria.

Diante desta situação, é interessante de lembrar que a China iniciara o seu processo de reformas de abertura econômica e política no final da década de setenta, em um momento em que o país carecia das consideráveis vantagens que a maioria dos países da América Latina e o Brasil detinham, como um setor empresarial consolidado, instituições econômicas e financeiras consolidadas, relações favoráveis com a Europa e com os Estados Unidos, além de uma maior integração aos mercados internacionais e posse de abundantes recursos naturais (VADELL, 2011). Cornejo e García (2010) sugerem que a ascensão da economia chinesa e

superação dessa situação de desvantagens pode ser explicada essencialmente pelo planejamento político da sua elite governante – que teve a capacidade de planejamento, organização e execução necessárias para proporcionar que a China tirasse proveito de sua grande disponibilidade de mão-de-obra e condições de mercado que o país detém. Além disso, os autores ainda apontam que também foi necessário que se criassem condições próprias de educação, ciência e tecnologia, através de altos níveis de investimento.

O Gráfico 11 abaixo, compara a evolução das exportações brasileiras para a China com a evolução das exportações para os Estados Unidos e América Latina, tradicionais destinos das exportações brasileiras, e com o total das exportações brasileiras para o mundo. Percebe-se que, de maneira geral, as exportações para os tradicionais destinos brasileiros estão concentradas no setor de bens manufaturados, diferentemente das exportações para a China, concentradas em bens primários. No período analisado, as exportações brasileiras de bens manufaturados para a América Latina mantiveram-se relativamente estáveis entre 1995 e 2001, quando iniciaram tendência declinante até 2011. Já as exportações brasileiras para os Estados Unidos eram compostas de 72% em bens manufaturados em 1995, e tiveram tendência declinante até atingir 53% em 2011.⁸⁵ Em relação às exportações brasileiras à China, 28% do total eram compostas por produtos manufaturados em 2001; entretanto, em um período de 10 anos, esse número reduziu-se para apenas 6%.

Gráfico 11: Evolução das exportações brasileiras decompostas por intensidade tecnológica a destinos selecionados em anos selecionados (em %)

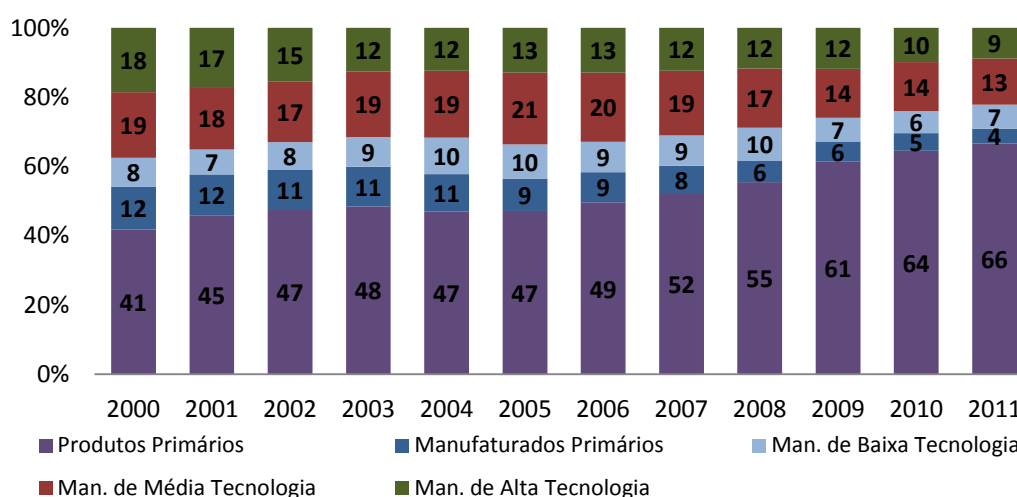


Fonte: Dados brutos da UNCTAD. Elaboração própria.

⁸⁵ Sugere-se que este processo esteja relacionado à especialização da pauta exportadora brasileira em bens primários e ao aumento da concorrência chinesa às exportações de bens manufaturados brasileiros. Ver: Moreira (2007); Jenkins (2010 e 2012); Jenkins e Barbosa (2012); Tepassê e Carvalho (2010); Saslavsky e Rozenberg (2009), entre outros.

Esta tendência de reprimarização da pauta exportadora brasileira para a China, bem como a concorrência chinesa ao setor manufatureiro brasileiro, reflete-se também na composição total das exportações brasileiras, onde percebe-se uma tendência regressiva de especialização da pauta exportadora brasileira no setor de bens primários, conforme representado no Gráfico 12 abaixo. Em 2000, 41% do total das exportações brasileiras eram compostas por produtos primários, enquanto que 59% eram compostas por produtos manufaturados, dos quais os setores de média e alta tecnologia somavam 37%. Essa realidade veio sofrendo tendência regressiva de reprimarização em um espaço temporal muito curto, sendo que em 2011, 66% das exportações brasileiras foram compostas por produtos primários, enquanto que apenas 34% foram compostas por bens manufaturados. A China teve peso significativo nesta tendência, na medida em que foi o principal responsável pelo aumento das exportações de bens primários brasileiros⁸⁶, foi importante contribuidor para o aumento do preço desta categoria de produtos (JENKINS, 2011; GALLAGHER E PORZECANSKI, 2009) e sua concorrência vem ameaçando o setor manufatureiro brasileiro em suas exportações para terceiros mercados (MOREIRA, 2007; JENKINS E BARBOSA, 2012; TEPASSÊ E CARVALHO, 2010; SASLAVSKY E ROZENBERG, 2009, entre outros).

Gráfico 12: Exportações brasileiras ao mundo decompostas por intensidade tecnológica (em %)



Fonte: Dados brutos da UNCTAD. Elaboração própria.

Assim, através desta seção, conclui-se que a relação comercial sino-brasileira constitui-se em uma relação do tipo norte-sul ou centro-periferia, com as exportações

⁸⁶ Entre 2008 e 2011, as exportações brasileiras de bens primários tiveram aumento de US\$ 60,2 bilhões, enquanto que as exportações brasileiras de bens primários para a China tiveram aumento de US\$ 26,9 bilhões. Ou seja, 45% do aumento das exportações brasileiras de bens primários deve-se unicamente ao aumento das exportações nominais para a China. Ainda deve-se considerar o peso que esta teve sob o preço das commodities e a concorrência no setor manufatureiro.

brasileiras cada vez mais concentradas em bens primários e as importações cada vez mais concentradas em produtos manufaturados. Essa dinâmica de relacionamento com a China, além de sua concorrência às exportações brasileiras de produtos manufaturados, também mostra seus efeitos na composição setorial da pauta exportadora brasileira para o mundo, onde as exportações brasileiras tem concentração próxima de 70% em bens primários, em comparação com o composição de dez anos atrás de cerca de 40%. Portanto, é possível concluir nesta seção que há indícios de que a China contribui para uma tendência regressiva de especialização da pauta exportadora brasileira em bens primários, podendo ameaçar as perspectivas de desenvolvimento do país. Na próxima seção, serão analisados os efeitos que o setor manufatureiro brasileiro sofre em decorrência da crescente concorrência chinesa.

3.4 Concorrência às Exportações de Produtos Manufaturados

Não é apenas no mercado doméstico em que a indústria brasileira vem sendo afetada pela concorrência chinesa. Recente sondagem feita pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) apontou que mais da metade das empresas brasileiras exportadoras competem com produtos chineses no mercado externo, e que 67% das empresas exportadoras que concorrem com produtos chineses perdem clientes⁸⁷ (CNI, 2011). Recentemente, alguns acadêmicos têm dedicado-se a avaliar e mensurar os impactos que a concorrência chinesa traz sobre as exportações brasileiras de bens manufaturados⁸⁸. Nesta seção, busca-se fazer uma análise da literatura que explora a temática, bem como levantar dados econômicos e calcular indicadores com a finalidade de avaliar os impactos que a concorrência chinesa traz às exportações brasileiras de produtos manufaturados.

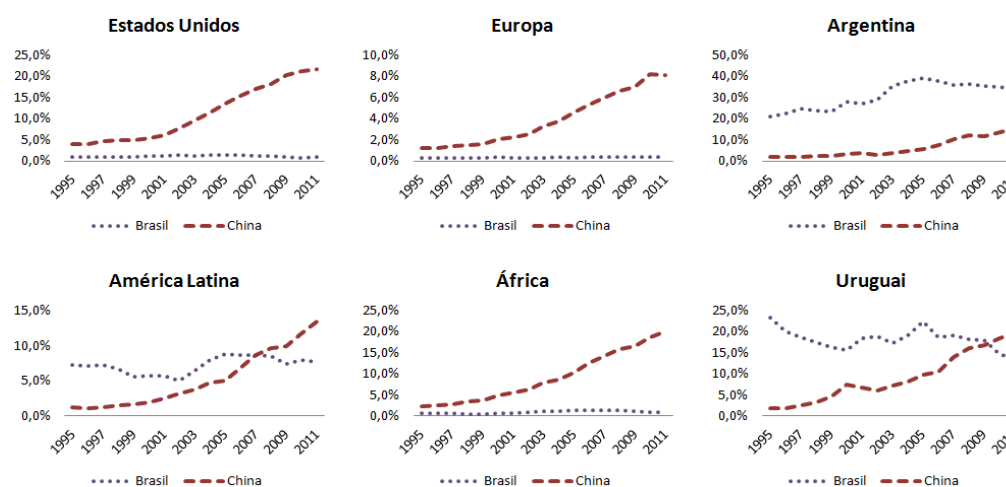
Nos anos recentes, o Brasil percebeu uma redução em sua participação nas importações de bens manufaturados de seus principais mercados. Argumenta-se que uma parte considerável dessa redução possivelmente esteja relacionada com a concorrência imposta pelas exportações de bens manufaturados chineses, que estaria deslocando as exportações brasileiras (JENKINS E BARBOSA, 2012; SASLAVSKY E ROZENBERG, 2009; LEÃO, PINTO E ACIOLY, 2010; CUNHA et al., 2012; entre outros). O Gráfico 12 abaixo representa a participação brasileira e chinesa nas importações de bens manufaturados de

⁸⁷ Segundo a sondagem especial da CNI, 52% das empresas brasileiras exportadoras competem com produtos chineses no mercado externo; destas, 67% perdem clientes para concorrentes chineses. O pesquisa ainda aponta que a concorrência com empresas chinesas é mais acirrada no mercado exportador do que no mercado doméstico.

⁸⁸ Ver, entre outros: Jenkins e Barbosa (2012); Saslavsky e Rozenberg (2009); Cunha et al. (2012); Jorge e Kume (2009); Hiratuka e Sarti (2007); Tepass e Carvalho (2008); Leão, Pinto e Acioly (2010), entre outros.

regiões selecionadas. Percebe-se que, de maneira geral, o Brasil tem um leve aumento de participação em todas as regiões até o ano de 2005, quando inicia-se um período de perda considerável na participação das importações de bens manufaturados de todas as regiões em análise. A China, por outro lado, tem aumentos de participação significativos em todas as regiões em análise, o que reforça a hipótese de que o Brasil vem perdendo mercado para a China em virtude da concorrência nas exportações de produtos manufaturados.

Gráfico 13: Participação das exportações do Brasil e da China nas importações de bens manufaturados de países selecionados (%)



Fonte: dados brutos da UNCTAD. Elaboração própria.

Os Estados Unidos importaram US\$ 1.443,1 bilhões de produtos manufaturados em 2011, sendo US\$ 314,1 bilhões da China e US\$ 13,6 bilhões do Brasil. A participação brasileira nas importações norte-americanas desta categoria de produtos cresceu de 1,1% em 1995 para 1,4% em 2005, quando iniciou um processo de redução da participação até 0,9%. Enquanto isso, a participação chinesa evoluiu de 3,9%, em 1995, para 21,8%, em 2011. No caso latino-americano, o Brasil teve um leve aumento em sua participação nas importações de bens manufaturados da região, de 7,2% em 1995 para 8,8% em 2005, quando iniciou-se uma redução da participação até atingir 7,7% em 2011. A China, por outro lado, percebeu significativa elevação em sua participação, que passou de 1,2%, em 1995, para 13,4% em 2011, superando a participação brasileira. No caso uruguaio, o Brasil percebeu uma leve queda em sua participação nas importações de bens manufaturados do país, que passou de 23,2% em 1995 para 22,2% em 2005; entretanto, no interregno dentre 2005 e 2011, a participação brasileira teve queda significativa, atingindo 13,6% em 2011. A participação chinesa, todavia, novamente percebeu aumentos significativos nas importações uruguaianas de bens manufaturados, que passou de 1,7% em 1995 para 19,7% em 2011, também superando a

participação brasileira, a despeito da proximidade física, linguística e cultural, além das iniciativas de integração regional.

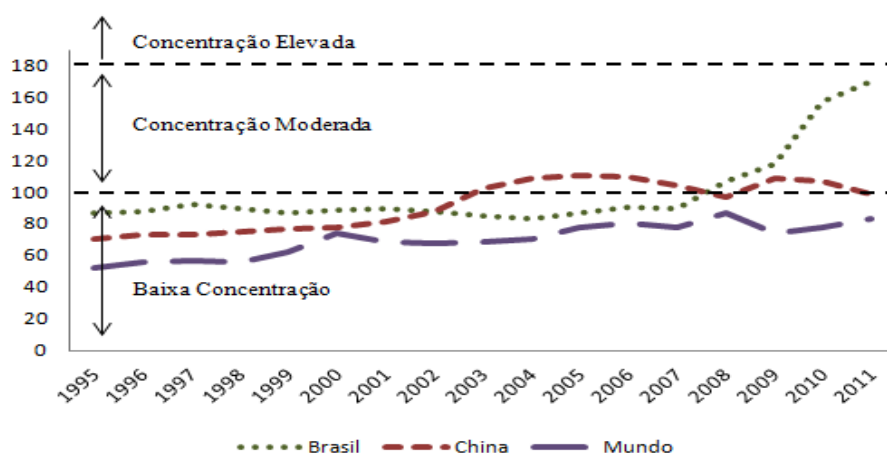
A situação do comércio de bens manufaturados com a África, Europa e Argentina, também representada no Gráfico 13 acima, apresenta resultados semelhantes de uma redução da participação brasileira nas importações de bens manufaturados, enquanto a China tem aumentos significativos de participação. Em relação à África, o Brasil percebe um aumento de participação de 0,6% para 1,4% entre 1995 e 2005, respectivamente; após 2005, entretanto, inicia-se uma redução da participação brasileira, atingindo 0,9% em 2011. A China, por outro lado, vê a sua participação aumentar de 2,4% para 20,1% no período em análise. Em relação à Argentina, o Brasil tem um aumento de participação de 21,1% em 1995 para 39,3% em 2005, quando vê a sua participação reduzir-se até 34,1% em 2011. Já a China vê novamente a sua participação ter aumentos significativos, partindo de 1,7% em 1995 e atingindo 15,3% em 2011. Em relação ao caso europeu, o Brasil percebeu um leve aumento de participação de 0,3% para 0,4% no período em análise, enquanto a China teve um aumento considerável de 1,2% para 8,1%.

Neste sentido, são calculados alguns indicadores econômicos para avaliar os motivos da tendência de redução da participação das exportações de bens manufaturados brasileiros e se este fenômeno está relacionado com a concorrência que a ascensão chinesa impõe. Inicialmente, calcula-se o Índice Herfindahl-Hirschman⁸⁹ de Concentração das Exportações, no sentido de comparar a concentração da pauta exportadora brasileira com a chinesa. Um índice abaixo de 100 indica uma baixa concentração setorial; entre 100 e 180, indica concentração moderada e acima de 180, indica elevada concentração. Percebe-se que, nos anos recentes, o Brasil teve um aumento considerável no índice de concentração de sua pauta exportadora, reforçando a percepção de que há um processo de especialização e concentração setorial nas exportações brasileiras. Entre 1995 e 2005 o Brasil manteve seu índice de concentração setorial das exportações estável na média de 87, classificado como baixa concentração; entretanto, após 2005, ano que também coincide com a redução da participação das exportações brasileiras de produtos manufaturados nos seus principais mercados de destino, o índice de concentração das exportações passa a ter aumentos consideráveis,

⁸⁹ O Índice Herfindahl-Hirschman foi calculado levando em consideração três dígitos e obedecendo à seguinte equação: $HHI_j = \sum_{k=1}^n \left(\frac{x_{j,k}}{X_{j,w}} \times 100 \right)^2$, em que $X_{j,k}$ refere-se às exportações do setor “k” realizadas pelo país “j” e $X_{j,w}$ refere-se às exportações totais originadas no país “j” para o mundo “w”.

atingindo 170 em 2011, estando perto de ser classificado como elevada concentração. A China, por outro lado, nos anos recentes, mostra tendência de redução do índice de concentração das suas exportações, ou seja, um aumento na diversificação dos produtos que compõe a pauta exportadora chinesa.

Gráfico 14: Índice Herfindahl-Hirschman de Concentração das Exportações



Fonte: dados da UNCTAD. Elaboração própria.

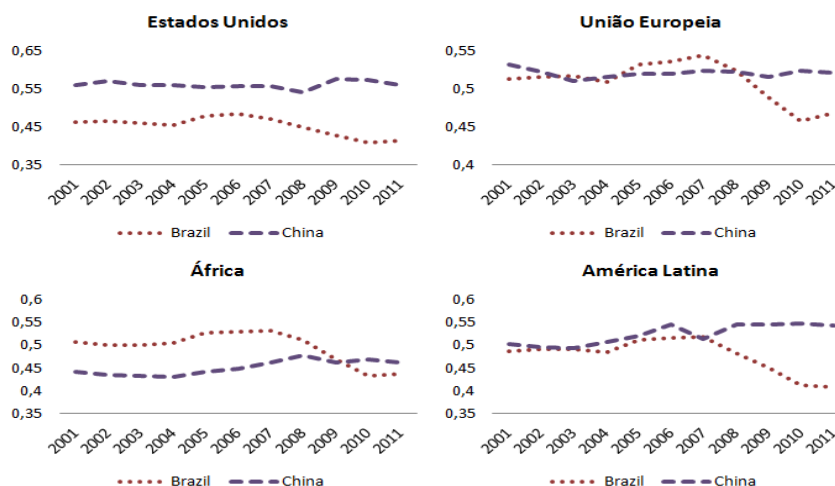
No Gráfico 15 abaixo calcula-se o Índice de Complementaridade de Comércio⁹⁰ do Brasil e da China com algumas economias selecionadas, para melhor entender a dinâmica de perda da participação comercial brasileira no setor manufatureiro. Um índice igual a zero significa que não há complementaridade entre as importações e as exportações das economias em análise; um índice igual a um indica que as pautas exportadora e importadora são perfeitamente complementares, ou seja, um país exporta exatamente aquilo que o outro busca importar.

Gráfico 15: Índice de Complementaridade de Comércio

⁹⁰ O Índice de Complementaridade de Comércio obedece à seguinte equação:

$$ICC_{i,j} = 100 - \sum_{k=1}^n \left[\frac{|m_{k,j} - x_{k,i}|}{2} \right],$$

em que $m_{k,j}$ refere-se à participação das importações do setor “k” no total das importações do país “j” e $x_{k,i}$ refere-se à participação das exportações do setor “k” no total das exportações do país “i”.



Fonte: dados da UNCTAD. Elaboração própria.

O Gráfico 15 indica que o comércio da China com os parceiros selecionados mostra-se cada vez mais complementar; a performance brasileira, por outro lado, vem no sentido contrário. O Brasil tem percebido uma redução a cada ano no seu índice de complementaridade de comércio. O caso africano e europeu chamam particular atenção, pois o comércio brasileiro mostrava-se mais complementar que o chinês nestas regiões, entretanto nos anos recentes a situação se inverteu, com a China superando o Brasil e seu comércio tornando-se mais complementar. O caso da América Latina também chama particular atenção, pois as performances se mostraram notadamente divergentes nos anos recentes, em que o Brasil percebeu uma redução significativa de sua complementaridade comercial com a América Latina e a China percebeu aumento considerável em sua participação.

Com a finalidade de detalhar os ganhos e perdas nas exportações brasileiras e chinesas destinadas para economias selecionadas, utiliza-se o método de *Constant Market Share*, originalmente proposto por Tyszynski (1951) e posteriormente aplicado para o caso da competição chinesa nas exportações de produtos manufaturados de outros países por Jenkins e Barbosa (2012), Jenkins (2012), Cunha et al. (2012) e Batista (2008). Segundo essa metodologia, os ganhos ou perdas de *market share* entre países estão relacionados com suas taxas de crescimento relativas, partindo da hipótese de que o *share* de um país deve permanecer constante ao longo do tempo. Em outras palavras, países ganham participação de outros países cujas exportações estejam crescendo menos rapidamente e perdem daqueles cujas exportações estejam crescendo mais rapidamente.

Assim, utiliza-se o método de *Constant Market Share*⁹¹ para estimar as perdas de mercado do Brasil para a China em virtude da concorrência que a China representa frente às exportações brasileiras de produtos manufaturados. Os resultados estão apresentados na Tabela 3 abaixo, que introduz as perdas de mercado do Brasil para a China nas economias norte-americana, europeia e latino-americana, em dois períodos distintos: (i) de 1995 à 2001, antes da entrada da China na OMC; e (ii) de 2001 à 2011, para medir os efeitos após o ingresso chinês na organização e sua maior exposição à economia internacional. Percebe-se que antes do ingresso da China na OMC, o Brasil não teve perdas de mercado consideráveis para a China. Entretanto, após 2001, o Brasil acumulou perdas de mercado substanciais em suas exportações de bens manufaturados para terceiros países.

Tabela 3: Perdas de mercado para a China das exportações brasileiras de produtos manufaturados em economias selecionadas (em %)

Estados Unidos	1995-2001	2002-2011	União Europeia	1995-2001	2002-2011	América Latina	1995-2001	2002-2011
Bens Manufaturados	-0,01%	-12,87%	Bens Manufaturados	0,00%	-5,49%	Bens Manufaturados	-0,08%	-7,30%
Bens Primários Manufaturados	-0,06%	-0,58%	Bens Primários Manufaturados	-0,01%	-0,06%	Bens Primários Manufaturados	-0,21%	-0,94%
Baixa Tecnologia	-0,17%	-8,73%	Baixa Tecnologia	-0,01%	-4,79%	Baixa Tecnologia	-0,23%	-7,05%
Média Tecnologia	-0,01%	-0,08%	Média Tecnologia	0,00%	-0,01%	Média Tecnologia	-0,05%	-0,37%
Alta Tecnologia	0,01%	-14,77%	Alta Tecnologia	0,00%	-6,26%	Alta Tecnologia	-0,04%	-8,37%
Bens Primários	0,00%	1,22%	Bens Primários	0,00%	1,72%	Bens Primários	-0,02%	2,82%

Fonte: dados brutos da UNCTAD. Elaboração própria.

Foram registradas perdas significativas de mercado para a China nas exportações de bens manufaturados para Estados Unidos, América Latina e Europa, enquanto que foi registrado um leve ganho de mercado nas exportações de bens primários para as mesmas regiões. Dentro do setor manufatureiro, os bens de baixa e alta tecnologia registraram as maiores perdas em todas as regiões avaliadas, enquanto que os bens de média tecnologia e os bens primários manufaturados não tiveram perdas consideráveis. O caso norte-americano chama especial atenção, pois lá registraram-se as maiores perdas de mercado; o Brasil perdeu 12,87% de sua participação de mercado nas exportações de bens manufaturados para a China, sendo que o setor de alta tecnologia somou perda de 14,77%. Resultados semelhantes de

⁹¹ A perda de *market share* do Brasil (B) para a China (C) em um produto (I) é definida pela seguinte equação $\sum \Delta K_{Bci} = \sum \Delta K_{Bi} * K_{Ci}^t - \sum \Delta K_{Ci} * K_{Bi}^t$, em que K_{Bi} é a participação do Brasil no total de importações do produto “i” pelo mercado em análise; K_{Ci} é a participação da China no total de importações do produto “i” pelo mercado em análise; e o expoente “t” representa o ano inicial do período analisado.

perda de participação brasileira para a China nas importações de produtos manufaturados de terceiros países também foram encontrados por Jenkins (2012), Jenkins e Barbosa (2012), Saslavsky e Rozenberg (2009), Leão, Pinto e Acioly (2010), Cunha et al. (2012), Filgueiras e Kume (2009), entre outros. Especial atenção é dada para Cunha et al. (2012) que decompueram as causas dos ganhos ou perdas de exportações brasileiras para a China e concluíam que os avanços brasileiros estão relacionados com um acompanhamento do crescimento da economia mundial, enquanto que os ganhos chineses estão relacionados a ganhos de competitividade e diversificação de sua pauta exportadora.

Os indicadores apresentados nesta seção mostraram que, nos anos recentes, o Brasil experimentou reduções em sua participação nas importações de bens manufaturados de seus principais mercados de exportação, enquanto a China percebeu aumentos de participação significativos. Através do Índice de Herfindahl-Hirschman mostrou-se que as exportações brasileiras têm uma concentração setorial cada vez maior, enquanto que a pauta comercial chinesa apresenta elevação em seu grau de diversificação. O Índice de Complementaridade de Comércio sugeriu que o comércio brasileiro é cada vez menos complementar com seus principais parceiros comerciais, enquanto o comércio chinês apresenta-se crescentemente complementar. A utilização do método de *Constant Market Share* mediu as perdas de participação para a China das exportações brasileiras de produtos manufaturados para economias selecionadas. Os conjunto de evidências apresentadas nesta seção oferece indícios de que a ascensão chinesa e a consequente crescente exposição de suas indústrias no comércio internacional representam concorrência para as exportações brasileiras de produtos manufaturados e vem representando crescente ameaça para o setor manufatureiro brasileiro, tanto em seu mercado doméstico quanto nas exportações para terceiros países.

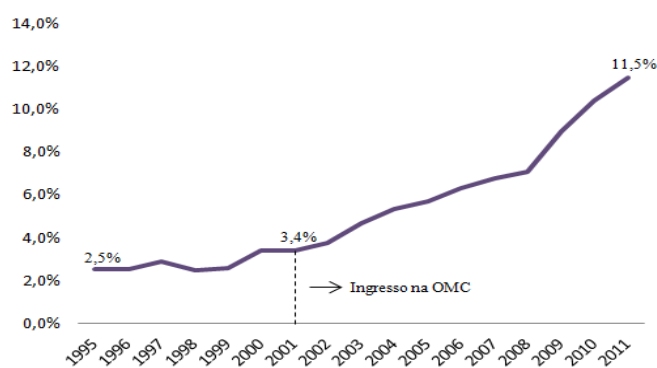
3.5 Aumento dos Preços das *Commodities*

Conforme apresentado em seções anteriores, o *boom* nas exportações de *commodities* teve importante papel no crescimento das exportações brasileiras e na manutenção de uma balança comercial superavitária. A crescente demanda chinesa por produtos primários, para a sustentação das altas taxas de crescimento de sua economia, foi um dos principais fatores estimulantes do crescimento das exportações de bens primários no Brasil (LEÃO, PINTO E ACIOLY, 2010). Se, por um lado, os efeitos diretos da ascensão chinesa são frequente objeto de estudo, efeitos indiretos como os impactos nos preços mundiais de *commodities* têm recebido menor atenção da literatura. Esta seção, dedicar-se-á a explorar quais os impactos da

ascensão chinesa sobre os preços internacionais das *commodities* e os consequentes efeitos sobre os valores das exportações brasileiras.⁹²

Diversos especialistas apontam para o crescimento da demanda chinesa como um importante fator influenciante para a recente alta no preço internacional das *commodities*.⁹³ Alguns autores também tem dedicado-se a estudar os impactos do aumento nos preços internacionais de *commodities* sobre a América Latina e sobre o Brasil.⁹⁴ Neste caso, o Brasil beneficiaria-se não somente através do aumento das suas exportações para a China, como também através da consequente elevação dos preços, que afeta também as exportações para terceiros países. O Gráfico 16 abaixo representa o crescimento da participação das importações chinesas de bens primários em relação ao total das importações mundiais da mesma categoria de produtos. Percebe-se um acentuado crescimento da participação chinesa, especialmente após 2001, ano do ingresso da China na OMC. No interregno de dez anos entre 2001 e 2011, as importações de *commodities* chinesas quadruplicaram, com um aumento de participação de 3,4% para 11,5%. O Apêndice B deste trabalho sugere que, em algumas categorias de produtos, como minério de ferro, a China detém cerca de 60% do consumo global do produto, constituindo-se assim em possível ator responsável pelo recente aumento dos preços internacionais de bens primários.

Gráfico 16: Participação das importações chinesas de *commodities* em relação ao total das importações mundiais (em %)



⁹² Embora o objetivo desta seção seja explorar os impactos da ascensão chinesa sobre os preços mundiais de *commodities*, não estamos aqui assumindo que este seja o único fator impactante sobre os preços. Jenkins (2011) aponta que além do crescimento da demanda chinesa, não se pode deixar de considerar: (i) a demanda de outros países, embora geralmente não detenham um *market share* tão significativo; (ii) o lado da oferta; (iii) alterações nos preços dos insumos, efeitos climáticos ou mesmo conflitos políticos; (iv) fatores financeiros, como a cotação do dólar. Recente estudo da UNCTAD (2012) trouxe novos pontos de vista ao debate ao apontar que a especulação financeira seria o principal responsável pela volatilidade dos preços de *commodities* no curto prazo, enquanto que fatores como oferta e demanda seriam responsáveis pela formação dos preços no médio e longo prazo.

⁹³ Ver: Cheung e Morin (2007); Lehmann, Moreno e Jaramillo (2007); USITC (2006), entre outros.

⁹⁴ Ver: Jenkins (2011 e 2012); Saslavsky e Rozemberg (2009); Moreira (2007); Leão, Pinto e Acioly (2011), entre outros.

Fonte: Dados brutos da UNCTAD. Elaboração própria.

Jenkins (2011) preconiza que a China é um importante responsável pelo recente aumento dos preços internacionais de *commodities* e também argumenta que isso representa considerável ganho econômico aos países exportadores de bens primários, como a América Latina e Brasil. O autor fez um exercício de estimar a dimensão do impacto que a crescente demanda chinesa por *commodities* traz em seus preços e como isso traduziria-se em ganhos para a pauta exportadora dos países latino-americanos. Na Tabela 4 abaixo utilizamos a metodologia proposta por Jenkins (2010) para estimar o impacto chinês no aumento dos preços mundiais das dez principais *commodities* exportadas pelo Brasil e quais os ganhos que essa elevação de preços traz ao valor das exportações brasileiras.⁹⁵ As primeiras duas colunas fazem uma estimativa de um intervalo de aumento nos preços das *commodities* que teria sido ocasionado pelo aumento da demanda chinesa. A terceira coluna mostra o valor das exportações brasileiras de cada uma das 10 principais *commodities* exportadas pelo Brasil, enquanto as últimas duas colunas quantificam qual o ganho econômico causado pelo aumento no preço das *commodities*.

Tabela 4: O Efeito da Ascensão Chinesa nos Preços das Exportações Brasileiras de *Commodities*

<i>Commodity</i>	Impacto da China nos Preços (%)		Exportações do Brasil (em US\$ milhões)	Ganho nas exportações (em US\$ milhões)	
	Máximo	Mínimo		Máximo	Mínimo
Petróleo Cru	27,1	10,8	8.905	1.900	871
Minério de Ferro	153,1	96,0	10.558	6.394	5.171
Cobre	122,6	49,1	2.054	1.131	676
Alumínio	72,8	45,5	4.396	1.852	1.375
Soja	7,7	5,1	6.709	477	326
Café	0,5	0,2	3.892	19	8
Açúcar	15,5	3,1	5.101	684	153
Carne	6,6	3,3	3.486	215	111
Aves	1,4	0,7	4.360	60	30
Produtos Químicos	11,5	3,8	2.945	303	109
Total			52.406	13.035	8.830

⁹⁵ O exercício envolve o cálculo das taxas de crescimento relativas da demanda de cada commodity na China e no resto do mundo entre 2002 e 2007, e depois estimando quanto menor seria a demanda mundial se a demanda chinesa tivesse crescido às mesmas taxas que a demanda mundial no resto do mundo. Ver Jenkins (2011), páginas 77 à 79.

Fonte: Jenkins (2011). Modificada.

Percebe-se que o impacto da ascensão chinesa nos preços mundiais das *commodities* é mais significativo nos metais, como minério de ferro, cobre e alumínio. Esses produtos coincidem com os demonstrados no Gráfico 13 como sendo aqueles em que a China detém significativa participação nas importações mundiais de bens primários. Jenkins (2011) aponta que a combinação do aumento da demanda chinesa com a inelasticidade da oferta levaram a um aumento substancial dos preços de metais no mercado mundial, causando que os preços mais que triplicassem nos anos recentes. No caso do café, outro importante produto da pauta exportadora brasileira, a demanda chinesa é relativamente baixa e não teve crescimento a ponto de provocar uma mudança significativa no preço mundial do produto.

As exportações das dez principais *commodities* brasileiras ao mundo somaram US\$ 52,4 bilhões, representando aproximadamente um terço do total de exportações brasileiras do período em análise. Utilizando a metodologia de Jenkins (2011), estima-se que a elevação dos preços de *commodities* resultante do aumento da demanda chinesa corresponda a um valor entre US\$ 8,8 e US\$ 13 bilhões. Em outras palavras, entre 16 e 25 por cento do valor total das exportações das 10 principais *commodities* brasileiras poderia ser explicado pelo efeito da ascensão chinesa nos preços desta categoria de produtos. O caso do minério de ferro chama especial atenção, pois foi a commodity cuja elevação de preço teve contribuição mais relevante para o aumento do valor das exportações brasileiras, com um aumento estimado entre US\$ 5 a US\$ 6 bilhões. Saslavsky e Rozenberg (2009) encontraram resultado semelhante ao sugerir que o preço das exportações brasileiras à China tiveram aumento de 52% desde 2001, principalmente causado pelo aumento no preço das *commodities*, enquanto que o preço das importações aumentou em 19%. Assim, a partir dos pontos apresentados nesta seção, é possível concluir que há evidências de que a crescente demanda chinesa por *commodities* tenha causado uma elevação no preço destes produtos e que esta elevação de preços tenha impactos econômicos positivos para o aumento do valor das exportações brasileiras.

3.6 Ameaça à Liderança Brasileira no Processo de Integração Latino-Americano

A ascensão chinesa e sua crescente presença econômica e política na América do Sul também têm trazido preocupações sobre uma possível ameaça à liderança do projeto

brasileiro de integração regional⁹⁶. O Brasil é a maior potência econômica e política da região, e tradicionalmente sempre assumiu as responsabilidades de conduzir iniciativas de integração e de liderança no concerto geoestratégico e geoeconômico sul-americano. Projetos de integração regional como o Mercosul e a UNASUL, tiveram o Brasil como principal agente construtor e como ator essencial para a manutenção do sistema. Por outro lado, outros projetos de integração com objetivos extra-regionais, como a ALCA, tiveram o Brasil como importante fator dificultador para seu sucesso. Contudo, recentemente, a ascensão chinesa e sua crescente presença econômica na região podem constituir-se em fatores dificultantes para a liderança brasileira nas iniciativas regionais de governança política e econômica.

Nos anos recentes, as relações comerciais da China com a América do Sul superaram aquelas do Brasil com a região, o que era um dos pilares sustentadores de sua liderança nas agendas regionais. Inclusive países vizinhos, como o Uruguai, tradicional parceiro econômico brasileiro, hoje tem a China como seu maior parceiro econômico⁹⁷. Entretanto, o desembarque chinês na região não está restrito à esfera econômica; a China participa como membro-observador e acionista do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), é membro-observador da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e da ALADI. Além disso, estabeleceu uma Comissão de Diálogo MERCOSUL-China e uma Comissão de Diálogo Comunidade Andina-China.

Assim, a crescente participação chinesa no concerto político e econômico da região sul-americana potencialmente pode fazer com que o gigante asiático ganhe peso relativo frente ao Brasil na influência da formulação de agendas regionais. Neste contexto, surge em junho de 2012 a Aliança do Pacífico, assinada entre Chile, Colômbia, México e Peru, cujo objetivo central é intensificar as relações econômicas com os países do Pacífico e, dentre eles, a China (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2011, 2011b e 2012). Os países da Aliança representam juntos 35% do PIB da América Latina e 55% do total das exportações da região, e tem como principal característica comum seu grau de abertura econômica. Poucas meses após a formalização da aliança, o Uruguai tornou-se membro observador⁹⁸, buscando maior integração no mercado global. Desta maneira, a ascensão chinesa e o estabelecimento da

⁹⁶ Ver, entre outros: Cunha et al. (2012); Mendez-Ortiz (2012).

⁹⁷ Em 2011, 19,7% das importações uruguaias foram originárias da China, em comparação com 13,6% do Brasil. Em 1995, a participação era de 1,7% e 23,2%, respectivamente. Percebe-se claro prejuízo na participação econômica brasileira na América Latina. Ver Seção 2.4 e Gráfico 10.

⁹⁸ A Aliança do Pacífico tem como membros observadores Austrália, Canadá, Costa Rica, Espanha, Nova Zelândia, Panamá e Uruguai.

Aliança do Pacífico abre um cenário para observação futura com uma série de dúvidas sobre o papel do Brasil na América Latina, na medida em que é inaugurada uma iniciativa com padrão de integração concorrente ao Mercosul (MELÉNDEZ-ORTIZ, 2012). Assim, levando em consideração as evidências apresentadas, argumenta-se que a ascensão chinesa e seu desembarque econômico e político na América Latina podem constituir fator dificultante para a liderança brasileira na integração latino-americana.

3.7 Outros Impactos

Além dos impactos apresentados no presente trabalho, a ascensão chinesa ainda imprime uma série de outros impactos sobre o Brasil – tais impactos não são desconsiderados nem tampouco julgados menos relevantes. Entretanto, por motivos do escopo do trabalho e de limitações de espaço, estes não serão explorados com mais profundidade. Saslavsky e Rozenberg (2009) desenvolvem pesquisa sobre os impactos da ascensão chinesa sobre os níveis de emprego no Brasil e concluem que a crescente relação comercial com a China traz leves impactos negativos sobre o nível de emprego. Os mesmos autores ainda verificam os impactos da relação comercial sino-brasileira na receita do governo federal oriunda da arrecadação de impostos de importação. A conclusão é que a relação traz impactos positivos sobre a receita do governo federal. Jenkins (2010), Strauss e Armony (2012) e Paz (2012) argumentam que a China pode concluir para dar maior autonomia à América Latina e propor um modelo alternativo à tradicional hegemonia norte-americana sob a região. Eichengreen e Hui (2005), Jenkins (2010) e Cravino, Lederman e Olarreaga (2007) argumentam que a ascensão chinesa pode estar deslocando investimentos da América Latina e Brasil, ou seja, atraindo investimentos que antes seriam destinados à região. Estes impactos, além de um estudo mais aprofundado das implicações políticas da ascensão chinesa, representam um importante nicho de pesquisa merecem atenção em trabalhos futuros.

CONCLUSÃO

A ascensão chinesa à condição de potência global faz parte de um processo mais amplo, de consolidação da Ásia como centro dinâmico da economia global e de perda de dinamismo relativo das economias desenvolvidas do ocidente. Neste contexto, e em especial após o ingresso chinês na OMC, assistiu-se a uma ampliação exponencial das relações comerciais e financeiras entre China e Brasil, em um processo em que o peso dos tradicionais parceiros econômicos e estratégicos brasileiros recua, enquanto que a relação com a China adquire caráter cada vez mais relevante. Este trabalho teve como objetivo caracterizar a ascensão chinesa e a avaliar quais os que esta nova dinâmica de relacionamento com a China imprime no Brasil.

O debate sobre as causas e consequências do processo de ascensão e queda das grandes potências tem há muito tempo estado presente na literatura de Relações Internacionais. Neste sentido, verificou-se no presente trabalho que a ascensão chinesa e se ela poderá encontrar pacificamente seu lugar no leste-asiático e no mundo torna-se uma das discussões mais importantes e recorrentes entre teóricos da política internacional contemporânea. A teoria realista preconiza que a ascensão chinesa poderá trazer instabilidades ao sistema internacional, na medida em que ela constitui-se em uma ameaça à primazia do poder norte-americano. Por outro lado, a teoria liberal sugere que a crescente integração e interdependência da China com a economia internacional e a sua participação cada vez mais ativa nas organizações internacionais traz oportunidades de cooperação e ganhos absolutos, aumentando as chances de uma ascensão pacífica. Já a perspectiva teórica predominante entre os meios acadêmicos chineses advoga que a ascensão chinesa representa um ponto positivo para a ordem internacional e que ela acontecerá de maneira pacífica, ao contrário do que grande parte dos teóricos ocidentais preconizam.

A continuidade tradicionalmente é um importante ingrediente da política externa chinesa, entretanto, a ascensão chinesa e a sua crescente integração à sociedade internacional tem feito com que, nos anos recentes, a mudança tenha predominado sobre a continuidade. Em um misto entre o ímpeto nacionalista de reconquistar a supremacia do passado e o pragmatismo de integrar-se ao sistema internacional atual, a diplomacia chinesa joga em vários tabuleiros, sempre enfatizando o caráter pacífico de sua ascensão. A liderança do partido comunista busca a manutenção de um sistema internacional que forneça um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico chinês, mantendo a estabilidade política e social no

plano doméstico. Neste sentido, no plano multilateral percebe-se uma China cada vez mais participativa, demonstrando de que está disposta a ocupar uma posição cada vez mais central no cenário internacional, diferindo da posição marcadamente isolacionista de outrora. No plano bilateral, a diplomacia chinesa tem demonstrado entusiasmo particular no desenvolvimento de relações com as grandes potências, com o objetivo de afirmar-se como uma delas, e também na relação com países periféricos, que servem de apoio em organizações internacionais, no objetivo do isolamento diplomático de Taiwan, além de fonte de recursos estratégicos, como matérias-primas e energia, dos quais a China tanto carece. Neste contexto, o caso brasileiro torna-se representativo.

Ao longo da história recente, notadamente após a constituição da RPC, Brasil e China tiveram alguns ensaios de aproximação, entretanto a relação só veio a aprofundar-se e adquirir caráter estratégico após a virada do milênio. O presente trabalho teve como objetivo avaliar os impactos que o Brasil vem sentindo e potencialmente poderá sentir em decorrência da ascensão chinesa. A hipótese principal de pesquisa foi que a ascensão chinesa imprime externalidades contraditórias sobre o Brasil; no curto prazo, a crescente demanda chinesa por bens primários e o crescente influxo de investimentos constituiriam-se em fonte de dinamismo para a economia brasileira, enquanto que no longo prazo esta relação poderia aprofundar uma tendência regressiva de especialização da economia brasileira em bens primários e constituir-se em ameaça à produção brasileira de bens manufaturados. As evidências apresentadas neste trabalho constituíram fortes indícios de que esta hipótese confirma-se.

Argumentou-se que a crescente relação comercial com a China e o aumento do influxo de investimentos têm trazido efeitos positivos à economia brasileira, na medida em que contribuem para o superávit comercial e financiam um ciclo virtuoso de crescimento com baixa vulnerabilidade externa e fiscal. No intuito de confirmar esta hipótese, o presente trabalho demonstrou que a China vem ganhando participação na corrente de comércio brasileira em detrimento de uma perda de participação dos tradicionais parceiros comerciais brasileiros – este ganho de participação intensificou-se após o ingresso chinês na OMC, quando a China evoluiu de 15º maior parceiro comercial brasileiro para 1º. Além disso, calculou-se o índice de intensidade comercial entre China e Brasil, que mostrou-se superior ao esperado, considerando a participação no comércio mundial dos dois países. Entretanto, foi demonstrado que, apesar do crescimento da relação bilateral, o Brasil ainda ocupa posição pouco representativa na pauta comercial chinesa. Todavia, ao considerar somente o comércio

de bens primários, o Brasil desponta como o principal fornecedor chinês. Neste sentido, argumentou-se que o aumento do preço internacional das *commodities*, como resultado da crescente demanda chinesa, também tem constituído significativo fator estimulante para a economia brasileira. Além disso, o crescente influxo de investimentos chineses, embora esteja subestimado na estatísticas oficiais, também tem significativa importância no dinamismo da economia brasileira.

Entretanto, se no campo político e estratégico especialistas apontam para a consolidação de uma parceria do tipo sul-sul, o padrão de relacionamento econômico entre China e Brasil evolui de maneira assimétrica, caracterizando um padrão norte-sul ou centro-periferia, em que o Brasil encontra-se em uma situação menos dinâmica de produtor e exportador de produtos intensivos em recursos naturais, enquanto importa produtos intensivos em capital e tecnologia. Demonstrou-se que as exportações do Brasil para a China concentram-se cada vez mais em produtos primários, cuja participação em 2011 foi de cerca de 94%; por outro lado, as importações brasileiras da China percebem crescente concentração em bens manufaturados, cuja participação em 2011 foi de cerca de 95%. Este padrão de relacionamento reflete-se no total da pauta exportadora brasileira quando decomposta por intensidade tecnológica, que antes de 2001 era composta por maioria de bens manufaturados e agora é composta por maioria de bens primários. Neste sentido, foram apresentados indícios que indicam que o padrão de relacionamento assimétrico com a China pode estar contribuindo para o aprofundando de uma tendência regressiva de especialização da pauta exportadora brasileira em bens primários, o que ameaçaria as perspectivas de desenvolvimento do país.

Neste contexto, enquanto a demanda chinesa traz estímulos econômicos positivos através de sua demanda por recursos naturais e de crescentes investimentos, há fortes indícios de que a relação assimétrica e a competição no setor manufatureiro representam uma ameaça à produção nacional de manufaturas e às exportações para terceiros países. Este argumento tem fundamentação na realidade de que o Brasil apresenta crescentes perdas de participação de suas exportações de manufaturas nos seus principais parceiros comerciais, contrastando com a situação chinesa, que percebe crescimento significativo em sua participação nos mesmos mercados. Especial atenção foi dada para o caso latino-americano, onde o Brasil tradicionalmente tinha participação superior à chinesa, mas essa realidade modificou-se nos anos recentes, com a participação chinesa superando a Brasileira significativamente. Foram apresentados dados estatísticos e calculados indicadores econômicos com a finalidade de sustentar a hipótese de que a China vem deslocando as exportações de produtos

manufaturados nestes mercados. O cálculo do Índice Herfindahl-Hirschman mostrou que as exportações brasileiras têm uma concentração setorial cada vez maior, enquanto que a pauta comercial chinesa apresenta elevação em seu grau de diversificação. O Índice de Complementaridade de Comércio sugeriu que o comércio brasileiro é cada vez menos complementar com seus principais parceiros comerciais, enquanto o comércio chinês apresenta-se crescentemente complementar. A utilização do método de *Constant Market Share* mediu as perdas de participação para a China das exportações brasileiras de produtos manufaturados para economias selecionadas. Perceberam-se perdas significativas em todos os mercados analisados, em decorrência da ascensão chinesa, especialmente nos setores de baixa e alta tecnologia. Assim, os conjuntos de evidências apresentadas nesta seção oferecem indícios de que a ascensão chinesa e a conseqüente crescente exposição de suas indústrias no comércio internacional representam concorrência para as exportações brasileiras de produtos manufaturados e vem constituindo-se em crescente ameaça para o setor manufatureiro brasileiro, tanto em seu mercado doméstico quanto em suas exportações para terceiros países.

Assim, foi possível concluir neste trabalho que a ascensão chinesa tem trazido externalidades contraditórias para a realidade brasileira, cujos efeitos diferenciam-se dentro de um vetor tempo. Por um lado, no curto prazo, a crescente demanda por bens primários, o aumento de seus preços e o crescente influxo de investimentos têm contribuído com dinamismo à economia e financiado um ciclo virtuoso de crescimento com baixa vulnerabilidade externa e fiscal. Entretanto, por outro lado, o padrão assimétrico de relacionamento e a concorrência ao setor manufatureiro podem estar ameaçando a produção manufatureira nacional e há indícios de intensificação de uma tendência regressiva de especialização da produção brasileira em bens primários, podendo ameaçar as perspectivas de desenvolvimento de longo prazo do país. Neste sentido, surge como desafio ao Brasil converter os ganhos econômico e o dinamismo político de curto prazo que a relação com a China oportuniza, em estratégias de desenvolvimento duradouras para evitar os riscos que a relação impõe no longo prazo.

Além desta conclusão, este trabalho ainda identificou um rico campo de pesquisa no aprofundamento do estudo de outros impactos que a ascensão chinesa imprime no Brasil. Embora este trabalho tenha dedicado-se com maior ênfase à análise dos impactos econômicos, somente tangenciando os impactos políticos, não ignora-se a relevância destes. Identificam-se como nichos relevantes para trabalhos futuros os seguintes pontos: explorar com mais atenção os impactos da ascensão chinesa na integração latino-americana; as oportunidades de

cooperação tecnológica, como o desenvolvimento do satélite conjunto, e as oportunidades de cooperação no desenvolvimento de matrizes energéticas alternativas; e o estudo da convergência e divergência de posicionamento em organismos multilaterais. Além destes, ainda há necessidade de aprofundar os estudos sobre um possível deslocamento dos fluxos de investimento rumo aos países em desenvolvimento em decorrência da ascensão chinesa e encontrar evidências mais concretas que relacionem a perda de mercado das manufaturas brasileiras com a ascensão chinesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIANZA DEL PAC ÍFICO. **Declaración de Mérida de la II Cumbre de la Alianza del Pac ífico**. Mérida: AP, 2011. Disponível em:
<http://www.cancilleria.gov.co/sites/default/files/Declaraci%C3%B3n%20M%C3%A9rida%20II%20Cumbre%20Alianza%20Pac%C3%ADfico%2004%20DIC%202011.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2012.

ALIANZA DEL PAC ÍFICO. **Declaración de Lima de la III Cumbre de la Alianza del Pac ífico**. Lima, AP, 2011b. Disponível em:
<http://www.cancilleria.gov.co/sites/default/files/Declaraci%C3%B3n%20Presidencial%20sobre%20la%20Alianza%20del%20Pac%C3%ADfico%2028%20ABR%202011.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2012.

ALIANZA DEL PAC ÍFICO. **Declaración Paranal de la IV Cumbre de la Alianza del Pac ífico**. Paranal, AP, 2012. Disponível em:
<http://www.cancilleria.gov.co/sites/default/files/Declaraci%C3%B3n%20de%20Paranal%20II%20Cumbre%20Alianza%20del%20Pac%C3%ADfico%206%20Junio%202012.PDF>. Acesso em: 06 dez. 2012.

ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central do Brasil: relatório anual 2011**. Brasília, v. 47, n. relatório anual, p. 1-223, 2012. Disponível em:
<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2011/rel2011p.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2012.

BARBOSA, A.F.; BIANCALANA, M.N.; TEPASSÊ, A.G.. A Ascensão Chinesa e os Impactos sobre a América Latina e a África: Objetivos Comuns, Estratégias Diferenciadas. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2011, Salvador. **Anais...**. Salvador: CONLAB, 2011. p. 1 - 25. Disponível em:
http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307131850_ARQUIVO_textoxiconlabsalvadorfinal2.pdf. Acesso em: 06 dez. 2012.

BATISTA, J.C. Competition Between Brazil and Other Exporting Countries in the US Import Market: a new extension of constant market share analysis. **Applied Economics**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 40, p.2477-2487, Nov. 2008. Disponível em:
http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2005/JorgeChami31_10.pdf. Acesso em: 06 dez. 2012.

BÉCARD, D. S. R. O que Esperar das Relações Brasil-China? **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. Suplementar, p.31-44, nov. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782011000400004&script=sci_arttext. Acesso em: 06 dez. 2012.

BRESSER-PEREIRA, L.C; MARCONI, N. Doença Holandesa e Desindustrialização. **Valor Econômico**, São Paulo, 25 de novembro.

CHEUNG, C.; MORIN, S. The Impact of Emerging Asia on Commodity Prices. Ottawa: **Bank of Canada Working Paper 55**, 2007. Disponível em: <http://www.bankofcanada.ca/wp-content/uploads/2010/02/wp07-55.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2012.

CHINA. **China's Peaceful Development Road**. Beijing: State Council, 2005. Disponível em: http://english.peopledaily.com.cn/200512/22/eng20051222_230059.html. Acesso em: 06 dez. 2012.

CNI. Sondagem Especial China. São Paulo, v. 9, n. 1, fev. 2011. Disponível em: <http://www.cni.org.br/portal/data/files/00/FF8080812DD7CDBE012DEBAFCB862952/Sondagem%20Especial%20China%20Fevereiro%202011.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2012.

CORNEJO, R.; NAVARRO GARCÍA, A. China y América Latina: recursos, mercados y poder global. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 228, p. 79-99, ago. 2010. Disponível em: <http://www.iadb.org/intal/intalcdi/pe/2010/05965.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2012.

CUNHA, A. M. et al. (Org.). **China e Brasil Depois da Crise Financeira Global: Comércio, Finanças e estratégias de desenvolvimento**. Porto Alegre: Bndes, 2012. (*Working Paper BNDES/ANPEC*).

CRAVINO, J; LEDERMAN, D; OLARREAGA, M. Foreign Direct Investment in Latin America During the Emergence of China and India: stylized facts. Santiago: **The World Bank Working Papers**. Working Paper 4360, 2007. Disponível em: <http://elibrary.worldbank.org/content/workingpaper/10.1596/1813-9450-4360>. Acesso em: 19 nov. 2012.

EICHENGREE, B.; HUI, T. Is China's FDI Coming at the Expense of Other Countries? Cambridge: **NBER Working Paper Series**. Working Paper 11335, 2005. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w11335>. Acesso em: 19 nov. 2012.

FILGUEIRAS, M.; KUME, H. A competitividade do Brasil e da China no mercado norte-americano no período 2000-2008. Brasília: **IPEA**, 2010. (texto para discussão). Disponível em:

em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1501.pdf. Acesso em: 06 dez. 2012.

FUKUYAMA, F. **The End of History and the Last Man**. New York: Avon Books, 1992.

GALLAGHER, K. P.; PORZECANSKI, R. China and the Latin America Commodities Boom: a critical assessment. Massachusetts: **Political Economy Research Institute Working Paper**. Working paper 192, 2009. Disponível em: <http://www.peri.umass.edu/236/hash/05b9a3774c/publication/335/>. Acesso em: 19 nov. 2012.

GARCIA, A.N.; CORNEJO, R. China y América Latina: recursos, mercados y poder global. **Revista Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 228, p. 79-99, ago. 2010. Disponível em: <http://www.iadb.org/intal/intalcdi/pe/2010/05965.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2012.

GLASER, B. S.; MEDEIROS, E. S. The Changing Ecology of Foreign Policy-Making in China: the ascension and demise of the theory of "Peaceful Rise". **The China Quarterly**, Cambridge, v. 190, p. 291-310, Jun. 2007. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?jsessionid=E2871765DCD2E683262DBA7FD286C9A5.journals?fromPage=online&aid=1209440>. Acesso em: 06 dez. 2012.

HALPER, S. **The Beijing Consensus**: how China's authoritarian model will dominate the twenty-first century. New York: Basic Books, 2010.

HAO, Y. **Challenges to Chinese Foreign Policy**: diplomacy, globalization and the next world power. Lexington: The University Press of Kentucky, 2009.

HE, C.Q. China Modernization Report 2008: a study on the international modernization. **Chinese Academy of Social Sciences**, 2007. Disponível em: <http://www.modernization.com.cn/cmr2008%20overview.htm>. Acesso em: 06 dez. 2012.

HOLLAND, M.; BARBI, F. China na América Latina: uma análise da perspectiva dos investimentos diretos estrangeiros. In: Baumann, R. (Org.). **O Brasil e os demais BRICs**: comércio e política. Brasília: Cepal/Ipea, 2010.

HU, A.G. China and the World: Assessment and Prospect of the "Post-Crisis" Era. Oxford: **University Of Oxford TMD Working Paper Series**. Working Paper 40, 2010. Disponível em: <http://www.techrepublic.com/whitepapers/china-and-the-world-assessment-and-prospect-of-the-post-crisis-era/2918871>. Acesso em: 06, dez. 2012.

HUANG, Y. S. Rethinking the Beijing Consensus. **Asia Policy**, Washington, n. 11, p. 1-26, Nov. 2011. Dispon ível em:
http://www.nbr.org/publications/asia_policy/preview/AP11_BeijingConsensus_preview.pdf. Acesso em: 06, dez. 2012.

IKENBERRY, G. J. The Future of the Liberal World Order: internationalism after America. **Foreign Affairs**, New York, v. 90, n. 3, p. 56-68, Jun. 2011. Dispon ível em:
<http://www.foreignaffairs.com/articles/67730/g-john-ikenberry/the-future-of-the-liberal-world-order>. Acesso em: 06 dez. 2012.

JENKINS, R. China's Global Expansion and Latin America. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, v. 42, n. 4, p. 809-837, Nov. 2010. Dispon ível em:
<http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=7957032>. Acesso em: 06 dez. 2012.

JENKINS, R. China and Brazil: Economic Impacts of a Growing Relationship. **Journal of Current Chinese Affairs**, Hamburg, v. 41, n. 1, p. 21-47, 2012. Dispon ível em:
<http://hup.sub.uni-hamburg.de/giga/jcca/article/view/494>. Acesso em: 06 dez. 2012.

JENKINS, R. The China Effect on Commodity Prices and Latin American Export Earnings. **Cepal Review**, Santiago, n. 103, p. 73-87, 2011. Dispon ível em: <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/revista/noticias/articuloCEPAL/1/44061/P44061.xml&xsl=/revista/tpl-i/p39f.xsl&base=/revista/tpl-i/top-bottom.xsl>. Acesso em: 06 dez. 2012.

JENKINS, R.; BARBOSA, A. F. Fear for Manufacturing? China and the future of industry in Brazil and Latin America, **The China Quarterly**, Cambridge, v. 209, p. 59-81, Mar. 2012. Dispon ível em:
<http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=8520052>. Acesso em: 06 dez. 2012.

JIANG, S.X. The Panda Hugs the Tucano: China's relations with Brazil. **China Brief**, Jamestown, v. 9, n. 10, p. 7-10, May 2009. Dispon ível em:
http://www.jamestown.org/single/?no_cache=1&tx_ttnews%5Btt_news%5D=34990. Acesso em: 06 dez. 2012.

JIANG, S.X. South-South Cooperation in the Age of Globalization: recent developments in Sino-Latin American relations and its implications. *Revista de Estudios Internacionales*, Santiago, n. 7, p. 19-41, 2005. Dispon ível em:
<http://www.revistaei.uchile.cl/index.php/REI/article/viewFile/14364/14677>. Acesso em: 06 dez. 2012.

KANG, D. C. **China Rising: peace, power and order in East Asia**. New York: Columbia University Press, 2007.

KENNEDY, P. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. São Paulo: Mem Martins, 1990.

KHANNA, P. **O Segundo Mundo: Impérios e Influência na Nova Ordem Global**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

KISSINGER, H. **On China**. New York: Penguin Press, 2001.

LAYNE, Christopher. This Time It's Real: the end of unipolarity and the Pax Americana. **International Studies Quarterly**, New York, v.56, p.203-213, 2012. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2478.2011.00704.x/abstract>. Acesso em: 06 dez. 2012.

LEÃO, R.P.F.; PINTO, E.C.; ACIOLY, L. **A China na Nova Configuração Global - Impactos Políticos e Econômicos**. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12331&Itemid=1. Acesso em: 06 dez. 2012.

LEHMANN, S.; MORENO, D.; JARAMILLO, P. China, Precios de Commodities y Desempeño de América Latina: algunos hechos estilizados. Santiago: Banco Central de Chile. Working paper n. 424, 2007. Disponível em: <http://www.bcentral.cl/estudios/documentos-trabajo/pdf/dtbc424.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2012.

MEARSHEIMER, J. J. China's Unpeaceful Rise. **Current History**, Philadelphia, v. 105, n. 690, p. 160-162, Apr. 2006. Disponível em: http://www.cerium.ca/IMG/pdf/Chinas_Unpeaceful_Rise.pdf. Acesso em: 06 dez. 2012.

MEARSHEIMER, J. J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: Norton, 2001.

MELLENDEZ-ORTIZ, R. Mercosul: crise ou renovação? **Pontes**, Genebra, v. 8, n. 5, p. 4-22, ago. 2012. Disponível em: <http://ictsd.org/downloads/pontes/pontes8-5.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2012.

MENDES, C. A. Política Externa Chinesa: um jogo em vários tabuleiros. **Revista de Estudos Chineses**, Lisboa, v. 27, p. 230-242, jul. 2008. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/21191/1/2008_CAM_Pol_Externa_Ch_REVISTA_ESTUDOS_CHINESES_4.pdf. Acesso em: 06 dez. 2012.

MOFCOM. Statistics of FDI in 2012. **Ministry of Commerce of the People's Republic of China**. Beijing, 2012. Dispon ível em: <http://english.mofcom.gov.cn/aarticle/statistic/foreigninvestment/201211/20121108461051.html>. Acesso em: 06 dez. 2012.

MOREIRA, M. M. Fear of China: is there a future for manufacturing in Latin America? **World Development**, Cambridge, v. 35, n. 3, p. 355–76, 2007. Dispon ível em: <http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=8520052>. Acesso em: 06 dez. 2012.

NYE, J. S. N. The Future of American Power: dominance and decline in perspective. **Foreign Affairs**, New York, v. 89, n. 6, p. 2-12, Nov. 2010. Dispon ível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/66796/joseph-s-nye-jr/the-future-of-american-power>. Acesso em: 06 dez. 2012.

NYE, J. S. The Twenty-First Century Will Not Be a “Post-American” **World**. **International Studies Quarterly**, New York, v.56, p.215-217, 2012. Dispon ível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2478.2011.00698.x/abstract>. Acesso em: 06 dez. 2012.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrializa ção: conceitua ção, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Pol ítica**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 219-232, abr. 2010. Dispon ível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572010000200003&script=sci_arttext. Acesso em: 06 dez. 2012.

PAZ, G. S. China, United States and Hegemonic Challenge in Latin America: an overview and some lessons from previous instances of hegemonic challenge in the region. **The China Quarterly**, Cambridge, v. 209, p. 18-34, Mar. 2012. Dispon ível em: <http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=8520046>. Acesso em: 06 dez. 2012.

PINHEIRO, L.; Restabelecimento de Rela ções Diplom áticas com a Rep ública Popular da China: uma an álise do processo de tomada de decis ão. **Revista de Estudos Hist óricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 247-270, 1993. Dispon ível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1965>. Acesso em: 06 dez. 2012.

QIN, Y. Q. Struggle for Identity: a political psychology of China's rise. In: WOMACK, B. **China's Rise in Historical Perspective**. Lanham: Rowman and Littlefield Publishers, 2010.

QUINTANA, J. U. **China's Role in Asia Pacific and Latin American Integration: a peripheral realist analysis**. Chengchi: National Chengchi University Press, 2010.

RAMO, J.C. **The Beijing Consensus**. London: Foreign Policy Centre, 2004.

SASLAVSKY, D.; ROZENBERG, R. The Brazilian Case. In: JENKINS, R.; PETERS, E.D. (Ed.). **China and Latin America: Economic Relations in the Twenty-First Century**. Zurique: DIE, 2009.

STRAUSS, J. C. Framing and Claiming: contemporary globalization and “going out” in China’s rhetoric towards Latin America. **The China Quarterly**, Cambridge, v. 209, p. 134-156, Mar. 2012. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=8520061>. Acesso em: 06 dez. 2012.

STRAUSS, J. C.; ARMONY, A.C. From Going Out (zou chuqu) to Arriving in (desembarco): constructing a new field of inquiry in China-Latin America interactions. **The China Quarterly**, Cambridge, v. 209, p. 1-19, Mar. 2012. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=8520043>. Acesso em: 06 dez. 2012.

TEPASSÊ, A.C.; CARVALHO, C.E. Efeitos da Ascensão Chinesa sobre as Exportações Brasileiras para EUA e América Latina. In: CICLO DE DEBATES EM ECONOMIA INDUSTRIAL, TRABALHO E TECNOLOGIA. 7., 2010, São Paulo. **Anais... . São Paulo: PUC-SP, 2010**, p. 1-33. Disponível em: http://www.pucsp.br/eitt/downloads/viii_ciclo_debate/VIII_Ciclo2010_Art_Angela_e_Carvalho.pdf. Acesso em 06 dez. 2012.

THIRLWALL, A. P. **Economics of Development**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

USITC. The Effects of Increasing Chinese Demand on Global Commodity Prices. Publication 3864, Jun. 2006 (staff research study) Disponível em: http://www.usitc.gov/publications/332/working_papers/pub3864-200606.pdf. Acesso em: 20 nov. 2012.

VADELL, J. A China na América do Sul e as Implicações Geopolíticas do Consenso do Pacífico. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. Suplementar, p. 57-79, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782011000400006&script=sci_arttext. Acesso em: 06 dez. 2012.

WALTZ, K. **Theory of International Politics**. Reading: Addison-Wesley, 1979.

WALTZ, K. Structural Realism After the Cold War. **International Security**, New York, v. 25, n.1, p. 5-41, 2000. Dispon ível em: http://www.columbia.edu/itc/sipa/U6800/readings-sm/Waltz_Structural%20Realism.pdf. Acesso em: 06 dez. 2012.

WATSON, C. A. U.S. Responses to Chins's Growing Interests in Latin America: dawning recognition of a changing hemisphere. In: ARSON, C.; MOHR, M.; ROETT, R. **Enter the Dragon?** China's presence in Latin America. Washington: WWICS, 2004. Dispon ível em: <http://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/EnterDragonFinal.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2012.

WEI, H. (魏浩). 中国和巴西双边贸易的比较优势与互补性: 1992-2006. **社会科学战线**, n. 7, 2009.

WILLIAMSON, J. What Washington Means by Policy Reform. In: Williamson, J. (Ed.). **Latin American Adjustment: how much has happened?** Whashington: Institute for International Economics, 1990. Dispon ível em: <http://getcited.com/cits/PP/1/PUB/103401581>. Acesso em: 06 dez. 2012.

WOHLFORTH, W. C. How Not to Evaluate Theories. **International Studies Quarterly**, New York, v.56, p.219-222, 2012. Dispon ível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2478.2011.00708.x/full>. Acesso em: 06 dez. 2012.

Xu, L. (徐蕾). 中巴联手建造“火车头” (市场观察)。 **人民日报海外版**. n. 2, 2011.

YAN, X. T. The Rise of China in Chinese Eyes. **Journal of Contemporary China**, Georgetown, v. 10, n. 26. p. 33-39, 2001. Dispon ível em: <http://blog.hiddenharmonies.org/wp-content/uploads/2010/02/yxt.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2012.

ZHENG, B. J. China's Peaceful Rise: Speeches of Zheng Bijian 1997-2004. The Brookings Institution. (speeches). Dispon ível em <http://www.brookings.edu/events/2005/0616china.aspx>, Acesso em 06 dez. 2012.

Zuo X.Y. (左晓园). 中国与巴西: 战略伙伴关系的建立与深化。 **拉丁美洲研究**, v. 33, n. 2, p. 1-4, 2011.

APÊNDICES

Apêndice A – A Evolução da participação chinesa na pauta comercial e financeira brasileira e da participação brasileira na pauta comercial chinesa

Gráfico 17: Evolução da participação chinesa na pauta comercial brasileira (em %)

Ano	Exportações à China		Importações da China	
	Participação do Total	Posição no Ranking	Participação do Total	Posição no Ranking
1999	1,4%	15	1,8%	14
2000	2,0%	12	2,2%	11
2001	3,3%	6	2,5%	9
2002	4,2%	4	3,1%	7
2003	6,3%	3	4,5%	5
2004	5,7%	4	6,0%	4
2005	5,9%	3	6,3%	4
2006	6,2%	3	7,9%	3
2007	6,8%	3	9,4%	2
2008	8,5%	2	10,8%	2
2009	13,4%	1	11,6%	2
2010	15,6%	1	13,6%	2
2011	17,6%	1	14,0%	2

Fonte: dados brutos da UNCTAD. Elaboração própria.

Gráfico 18: Evolução da participação brasileira na pauta comercial chinesa (em %)

Ano	Exportações ao Brasil		Importações do Brasil	
	Participação do Total	Posição no Ranking	Participação do Total	Posição no Ranking
2001	0,7%	25	0,9%	20
2002	0,8%	25	0,9%	20
2003	1,0%	28	1,2%	15
2004	0,9%	25	1,1%	14
2005	0,9%	24	1,1%	15
2006	0,9%	24	1,2%	14
2007	0,9%	24	1,2%	12
2008	1,1%	19	1,6%	10
2009	1,7%	20	2,2%	9
2010	1,9%	15	2,4%	9
2011	2,3%	14	2,8%	9

Fonte: dados brutos da UNCTAD. Elaboração própria.

Tabela 5: Crescimento da participação chinesa e mundial na pauta comercial brasileira (em %)

Ano	Exportações		Importações	
	China	Mundo	China	Mundo
1991 - 2000	90,2	118,5	161,2	111,1
2001 - 2011	2329,7	439,3	2356,7	413,6

Fonte: dados brutos da UNCTAD. Elaboração própria.

Tabela 6: Origem dos IEDs com destino ao Brasil (em US\$ bi)

Posição	País	Valor	Porcentagem
1	EUA	12.358	19,6%
2	Reino Unido	12.248	19,4%
3	Japão	4.954	7,9%
4	França	4.899	7,8%
5	China	4.487	7,1%
Total		62.916	100%

Fonte: Banco Central (2012) e UNCTAD. Elaboração própria.

Apêndice B: participação chinesa nas importações mundiais de *commodities*

Tabela 7: Participação chinesa nas importações mundiais de *commodities* selecionadas

Produto	Importações Mundiais (US\$ bi)	Importações Chinesas (US\$ bi)	Importações Chinesas (% do mundo)
Minério de Ferro	147,0	86,8	59,0%
<u>Plástico</u>	7,4	3,8	51,5%
<u>Instrumentos Ópticos</u>	103,1	40,5	39,3%
<u>Cobre</u>	54,1	16,9	31,2%
<u>Borracha</u>	39,8	12,0	30,0%

Fonte: dados brutos da UNCTAD. Elaboração própria.

Apêndice C: dados brutos dos indicadores econômicos calculados

Dados brutos para o cálculo de Intensidade de Exportações da China

	EUA	América Latina	África	Europa	Ásia	Brasil	Mundo
2001	1,137	0,504	1,023	0,438	1,807	0,553	1,000
2002	1,223	0,552	0,968	0,424	1,759	0,593	1,000
2003	1,293	0,579	1,045	0,457	1,647	0,756	1,000
2004	1,342	0,656	1,003	0,469	1,580	0,895	1,000
2005	1,371	0,628	1,020	0,499	1,527	0,851	1,000
2006	1,402	0,744	1,113	0,514	1,507	0,965	1,000
2007	1,399	0,838	1,156	0,529	1,484	1,058	1,000
2008	1,393	0,930	1,208	0,546	1,416	1,201	1,000
2009	1,530	0,888	1,215	0,542	1,339	1,140	1,000
2010	1,479	0,988	1,228	0,579	1,238	1,265	1,000
2011	1,444	1,070	1,273	0,563	1,255	1,303	1,000

Dados Brutos para o cálculo do Índice Herfindahl-Hirschman de Concentração das Exportações

	Brasil	China	Mundo	UE	USA
1995	86,546	70,015	52,147	49,969	74,569
1996	87,137	72,599	55,303	51,997	77,324
1997	91,867	72,629	56,772	53,900	80,797
1998	89,479	74,461	55,647	57,763	88,065
1999	86,319	76,787	61,984	60,637	92,254
2000	88,080	77,188	73,578	69,634	91,057
2001	89,774	80,754	68,059	67,875	85,668
2002	87,444	87,808	67,658	68,755	84,542
2003	84,528	101,956	68,152	70,415	80,151

2004	82,722	108,319	69,839	69,659	76,162
2005	86,751	109,997	77,280	66,779	74,057
2006	90,033	109,621	79,989	65,566	75,462
2007	89,739	103,705	77,309	65,551	73,773
2008	107,058	97,127	86,670	65,239	69,147
2009	117,465	108,690	73,608	67,048	87,630
2010	156,652	106,533	77,209	65,849	82,637
2011	169,710	98,828	82,727	60,382	83,935

Dados brutos para o cálculo do Índice de Complementaridade de Comércio

Estados Unidos		União Européia		América Latina		Ásia		África		Mercosul	
Brazil	China	Brazil	China	Brazil	China	Brazil	China	Brazil	China	Brazil	China
0,422	0,506	0,488	0,513	0,459	0,465	0,419	0,431	0,482	0,460	0,422	0,444
0,423	0,518	0,478	0,521	0,457	0,467	0,411	0,436	0,479	0,463	0,427	0,447
0,430	0,527	0,486	0,526	0,473	0,470	0,392	0,442	0,498	0,468	0,453	0,446
0,435	0,544	0,490	0,531	0,480	0,469	0,367	0,435	0,492	0,466	0,463	0,450
0,431	0,546	0,488	0,532	0,463	0,487	0,369	0,448	0,475	0,463	0,441	0,450
0,447	0,563	0,502	0,529	0,485	0,498	0,367	0,457	0,488	0,450	0,450	0,469
0,463	0,560	0,513	0,532	0,487	0,503	0,400	0,470	0,508	0,442	0,448	0,463
0,465	0,570	0,516	0,523	0,491	0,496	0,410	0,475	0,501	0,436	0,433	0,409
0,461	0,559	0,517	0,511	0,491	0,495	0,403	0,460	0,501	0,433	0,442	0,413
0,456	0,560	0,509	0,516	0,484	0,507	0,398	0,459	0,504	0,431	0,439	0,433
0,479	0,554	0,532	0,520	0,513	0,521	0,419	0,461	0,526	0,442	0,474	0,458
0,484	0,557	0,536	0,520	0,516	0,546	0,428	0,464	0,531	0,448	0,493	0,477
0,470	0,558	0,544	0,524	0,518	0,513	0,430	0,466	0,533	0,463	0,504	0,433
0,448	0,540	0,524	0,523	0,483	0,546	0,435	0,457	0,511	0,479	0,471	0,476
0,428	0,576	0,488	0,516	0,452	0,545	0,422	0,454	0,470	0,463	0,438	0,483
0,409	0,574	0,457	0,523	0,413	0,547	0,407	0,454	0,433	0,468	0,405	0,484
0,414	0,560	0,469	0,522	0,408	0,543	0,404	0,449	0,438	0,463	0,389	0,485

Dados brutos para o cálculo das deslocamentos das exportações brasileiras devido à concorrência chinesa segundo o método *Constant Market Share*

	Participação do Brasil no total das importações dos EUA						Participação da China no total das importações dos EUA					
	Manufaturados	Intensivos	Baixa	Media	Alta	Commodities	Manufaturados	Intensivos	Baixa	Media	Alta	Commodities
1995	1,1%	1,7%	3,0%	0,9%	0,5%	1,8%	3,9%	10,5%	5,4%	1,5%	2,4%	1,0%
1996	1,1%	1,7%	3,1%	0,8%	0,6%	1,7%	4,1%	10,7%	4,9%	1,6%	2,8%	0,9%
1997	1,0%	1,5%	2,9%	0,8%	0,6%	1,7%	4,6%	11,7%	5,5%	1,9%	3,3%	1,0%
1998	1,0%	1,2%	2,6%	0,8%	0,8%	1,8%	5,0%	11,8%	6,8%	2,1%	3,8%	1,1%
1999	1,0%	1,3%	2,5%	0,7%	0,9%	1,8%	5,0%	11,6%	7,6%	2,3%	3,9%	0,9%
2000	1,1%	1,4%	2,6%	0,7%	1,1%	1,4%	5,4%	12,2%	9,2%	2,6%	4,3%	1,0%
2001	1,3%	1,6%	2,6%	0,8%	1,5%	1,5%	6,2%	13,1%	10,3%	3,0%	5,0%	0,9%
2002	1,4%	1,7%	2,7%	0,9%	1,5%	1,7%	7,7%	15,0%	12,4%	3,7%	7,2%	1,1%
2003	1,3%	1,9%	2,6%	1,0%	1,2%	1,9%	9,6%	17,0%	16,0%	4,3%	10,5%	1,2%

2004	1,4%	2,1%	3,6%	0,9%	1,1%	1,7%	11,3%	18,7%	17,2%	5,1%	13,1%	1,3%
2005	1,4%	1,9%	4,1%	1,1%	1,1%	1,4%	13,5%	23,2%	18,9%	6,0%	15,7%	1,3%
2006	1,3%	1,8%	3,5%	1,1%	0,9%	1,6%	15,3%	26,4%	20,9%	7,2%	17,7%	1,6%
2007	1,2%	1,5%	3,4%	0,9%	0,9%	1,7%	17,0%	29,7%	22,7%	8,5%	19,0%	1,5%
2008	1,3%	1,2%	4,2%	0,9%	1,1%	1,6%	18,1%	32,2%	23,0%	9,7%	19,1%	1,6%
2009	0,8%	1,0%	2,3%	0,8%	0,6%	1,6%	20,2%	35,8%	22,3%	11,3%	20,7%	1,9%
2010	0,8%	0,9%	2,2%	0,7%	0,5%	1,8%	21,2%	38,6%	23,3%	11,2%	22,7%	1,9%
2011	0,9%	0,8%	3,7%	0,8%	0,7%	1,8%	21,9%	39,5%	24,0%	12,0%	23,4%	1,6%

		Delta 1995 - 2001	Delta 2002 - 2011	Resultados 1995-2001	Resultados 2002-2011
Participacao Brasil - EUA	Manufaturados	0,24%	-0,40%	-0,01%	-12,87%
	Intensivos	-0,18%	-0,99%	-0,06%	-0,58%
	Baixa	-0,40%	1,00%	-0,17%	-8,73%
	Media	-0,10%	-0,12%	-0,01%	-0,08%
	Alta	1,02%	-0,81%	0,01%	-14,77%
	Commodities	-0,22%	0,16%	0,00%	1,22%

Participacao do Brasil no total das importa ções do Uni ão Europeia							Participacao da China no total das importa ções da Uni ão Europeia					
	Manufaturados	Intensivos	Baixa	Media	Alta	Commodities	Manufaturados	Intensivos	Baixa	Media	Alta	Commodities
1995	0,3%	0,6%	0,5%	0,2%	0,2%	1,8%	1,2%	2,7%	1,3%	0,4%	1,0%	0,5%
1996	0,3%	0,6%	0,4%	0,2%	0,1%	1,8%	1,2%	2,6%	1,3%	0,5%	1,1%	0,5%
1997	0,3%	0,5%	0,4%	0,3%	0,2%	2,1%	1,4%	3,1%	1,7%	0,6%	1,3%	0,5%
1998	0,3%	0,5%	0,5%	0,3%	0,2%	2,1%	1,6%	3,2%	2,1%	0,7%	1,4%	0,6%
1999	0,3%	0,5%	0,4%	0,3%	0,2%	1,9%	1,7%	3,3%	2,1%	0,8%	1,5%	0,6%
2000	0,3%	0,5%	0,5%	0,3%	0,3%	1,8%	2,1%	4,1%	2,9%	1,1%	1,9%	0,7%
2001	0,3%	0,5%	0,4%	0,2%	0,2%	2,0%	2,3%	4,3%	3,1%	1,2%	2,1%	0,7%
2002	0,3%	0,5%	0,4%	0,2%	0,2%	1,9%	2,6%	5,0%	3,3%	1,3%	2,6%	0,6%
2003	0,3%	0,5%	0,4%	0,3%	0,2%	1,9%	3,3%	5,6%	3,9%	1,6%	3,9%	0,7%
2004	0,4%	0,6%	0,9%	0,3%	0,2%	1,9%	3,8%	5,8%	4,2%	1,9%	4,7%	0,8%
2005	0,3%	0,5%	0,5%	0,4%	0,2%	1,7%	4,7%	8,2%	4,9%	2,2%	5,7%	0,8%
2006	0,4%	0,5%	0,5%	0,4%	0,2%	1,6%	5,5%	10,2%	6,1%	2,6%	6,1%	0,8%
2007	0,4%	0,6%	0,7%	0,3%	0,3%	1,8%	6,2%	9,8%	7,2%	3,1%	7,4%	0,8%
2008	0,4%	0,5%	0,5%	0,4%	0,3%	1,8%	6,8%	11,6%	7,5%	3,6%	7,8%	0,8%
2009	0,4%	0,4%	0,5%	3,3%	0,4%	1,8%	7,2%	12,8%	7,5%	38,9%	7,7%	0,8%
2010	0,4%	0,4%	0,7%	0,3%	0,3%	2,0%	8,5%	14,8%	8,7%	4,6%	9,3%	0,8%
2011	0,4%	0,4%	0,8%	0,3%	0,3%	1,9%	8,4%	15,2%	8,5%	4,6%	9,0%	0,8%

		Delta 1995 - 2001	Delta 2002 - 2011	Resultados 1995-2001	Resultados 2002-2011
Participacao Brasil - UE	Manufaturados	-0,01%	0,11%	0,00%	-5,49%
	Intensivos	-0,12%	-0,13%	-0,01%	-0,06%
	Baixa	-0,09%	0,41%	-0,01%	-4,79%
	Media	-0,01%	0,06%	0,00%	-0,01%
	Alta	0,09%	0,16%	0,00%	-6,26%
	Commodities	0,11%	0,03%	0,00%	1,72%

	Participacao do Brasil no total das importa ções da Am érica Latina						Participacao da China no total das importa ções da Am érica Latina					
	Manufaturados	Intensivos	Baixa	Media	Alta	Commodities	Manufaturados	Intensivos	Baixa	Media	Alta	Commodities
1995	5,5%	7,0%	11,0%	5,9%	3,4%	4,2%	1,4%	4,4%	1,7%	0,6%	1,0%	0,5%
1996	5,5%	7,1%	9,2%	6,3%	3,3%	4,1%	1,3%	4,3%	1,9%	0,5%	0,9%	0,4%
1997	5,7%	6,9%	9,7%	6,5%	3,4%	4,4%	1,4%	4,9%	2,0%	0,6%	1,1%	0,6%
1998	5,3%	6,7%	9,0%	6,1%	3,1%	4,7%	1,6%	5,2%	2,2%	0,7%	1,3%	0,7%
1999	4,5%	6,5%	7,0%	4,8%	3,2%	4,1%	1,7%	5,0%	2,5%	0,8%	1,4%	0,7%
2000	4,7%	6,5%	7,0%	5,2%	3,4%	3,8%	2,1%	6,1%	2,8%	1,2%	1,6%	0,7%
2001	4,6%	6,8%	7,3%	5,2%	2,9%	4,1%	2,5%	7,3%	3,3%	1,4%	2,0%	0,9%
2002	4,1%	4,8%	7,5%	4,8%	2,7%	3,6%	3,2%	10,2%	3,5%	1,5%	2,8%	1,3%
2003	5,3%	6,2%	7,9%	6,8%	3,2%	4,3%	4,0%	11,8%	4,6%	2,0%	3,5%	1,4%
2004	6,6%	7,0%	9,9%	8,7%	3,8%	5,2%	5,0%	14,0%	6,0%	2,6%	4,6%	1,8%
2005	7,2%	7,3%	10,8%	9,3%	4,5%	5,0%	5,6%	13,8%	7,1%	3,2%	5,5%	1,2%
2006	7,1%	6,8%	10,6%	8,9%	4,7%	5,8%	7,4%	17,8%	10,6%	4,6%	6,7%	1,1%
2007	6,8%	6,7%	9,7%	8,6%	4,5%	5,8%	9,3%	19,8%	13,1%	5,8%	9,1%	1,3%
2008	6,5%	6,6%	9,0%	8,5%	4,0%	5,8%	10,6%	21,6%	14,9%	7,0%	10,4%	1,8%
2009	5,7%	6,0%	8,2%	7,3%	3,8%	6,0%	11,1%	22,3%	12,3%	7,4%	11,2%	1,2%
2010	6,0%	5,9%	7,5%	8,1%	3,7%	5,9%	13,2%	27,5%	17,7%	8,8%	12,7%	1,7%
2011	5,7%	5,6%	6,5%	8,0%	3,4%	6,1%	14,7%	31,6%	18,0%	10,1%	13,8%	2,2%

		Delta 1995 - 2001	Delta 2002 - 2011	Resultados 1995-2001	Resultados 2002-2011
Participacao Brasil - Latin America	Manufaturados	-0,91%	1,63%	-0,08%	-7,30%
	Intensivos	-0,21%	0,83%	-0,21%	-0,94%
	Baixa	-3,69%	-1,04%	-0,23%	-7,05%
	Media	-0,70%	3,20%	-0,05%	-0,37%
	Alta	-0,52%	0,71%	-0,04%	-8,37%
	Commodities	-0,12%	2,44%	-0,02%	2,82%